



MUHAMMAD JUNIOR BRAGA BAZILA

# ARQUITETURA & MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO & LUTA:

O MUSEU DA  
HISTÓRIA E CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA E  
O MUSEU DO LEGADO



MUHAMMAD JUNIOR BRAGA BAZILA

# ARQUITETURA & MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO & LUTA:

## O MUSEU DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E O MUSEU DO LEGADO

Brasília, Agosto 2021

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria, História e Crítica

Linha de pesquisa: História e Teoria da Arquitetura

Orientador: **Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima**

MUHAMMAD JUNIOR BRAGA BAZILA

# ARQUITETURA & MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO & LUTA:

O MUSEU DA  
HISTÓRIA E CULTURA  
AFRO-BRASILEIRA E  
O MUSEU DO LEGADO

 **Universidade de Brasília**

Dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de mestre em Arquitetura e Urbanismo.

## Banca Examinadora

---

**Prof. Dr. Carlos Henrique Magalhães de Lima**  
Universidade de Brasília  
Presidente (*orientador*)

---

**Profa. Dra. Gabriela Leandro Pereira**  
Universidade Federal da Bahia  
*Membro externo*

---

**Prof. Dr. Ricardo Trevisan**  
Universidade de Brasília  
*Membro interno*

**Brasília, Agosto 2021**

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a todos aqueles que vieram antes de mim e lutaram para que uma pessoa negra pudesse se tornar mestre dentro da academia. Em especial, minha mãe.

# AGRADECIMENTOS

Em tempos tão difíceis, toda conquista é um grande motivo de comemorar e agradecer. A conclusão deste trabalho é fruto de esforço pessoal e coletivo. Agradeço a todas as contribuições intelectuais e emocionais que me trouxeram até este momento. A todas e todos que, em algum momento, atravessaram os caminhos deste trabalho: MUITO OBRIGADO!

Eu, aluno cotista na graduação da Universidade de Brasília, entendo que vivo o legado de muitas lutas sociais. Ativistas negras e negros conquistaram e abriram os caminhos que hoje eu passo. Meu maior exemplo tenho dentro de casa, minha mãe, Maria Luiza Junior. Obrigado por toda educação recebida, por me ensinar toda a ancestralidade que carregamos. Agradeço por sua generosidade me acompanhando em campo, tanto em Montgomery, como no Rio de Janeiro, sua sabedoria, militância e referencial bibliográfico são partes deste trabalho. Você é inspiração para contribuir por uma sociedade com equidade racial. Espero poder continuar seu legado.

Ao Rafael Almeida por todo carinho, incentivo, acolhimento, escuta atenta e leituras críticas desde o projeto de pesquisa embrionário, quando tudo não passava de ideias dispersas. Acompanhar sua trajetória acadêmica foi grande incentivo para iniciar a minha própria. Diversas experiências compartilhadas ajudaram a expandir meu horizonte e criaram novas relações de aproximações e distanciamentos socioculturais. Experiências que somam às construções feitas neste trabalho.

À minha família, minha existência coletiva. À minha avó, Dona Lindalva, que me deu meus primeiros relatos sobre a Pequena África, histórias se fizeram presentes em diversos momentos deste trabalho.

Aos amigos, Profa. Maribel Aliaga e Prof. Leandro Bulhões, por todas nossas conversas e contribuições que se fizeram presentes desde o início

deste trabalho. Ao amigo Prof. Caio Silva, um grande incentivador, por todos os cafés e conversas sempre muito inspiradoras e provocadoras. À Talita Reis e Luisa Malheiros, pelas colaborações nos momentos finais deste trabalho. Aos amigos da turma 1º/2009 da FAU UnB, por ouvirem atentamente os ensaios de apresentação e pelo espaço de reflexão arquitetônica e social que compartilhamos.

Ao professor e orientador Carlos Henrique Magalhães, por toda sua atenção e prontidão a contribuir durante todo o processo. Todos os momentos de orientação foram importantes para dar encaminhamentos a pesquisa e tranquilizar os ânimos, por vezes tão imersos em questões externas. Aos membros da banca de qualificação, Profa. Gabriela Leandro e Prof. Ricardo Trevisan, por suas contribuições fundamentais para prosseguir a pesquisa.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, pela formação crítica recebida na graduação que me permitiu poder questionar a própria instituição e a então ausência de discussões raciais. Este trabalho é uma resposta e contribuição pessoal para a discussão racial dentro da escola. É o início de uma pesquisa que encontrará continuidade na Universidade de Harvard, onde continuarei minha pesquisa.

Ao Coletivo Calunga, meu espaço de pertencimento e orgulho dentro da FAU UnB: obrigado por (re)existir! Agradeço o acolhimento, pelas de trocas e provocações intelectuais que só poderiam surgir de um espaço que guarda tamanha diversidade de experiências que se liga por nossas existências negras. Aos amigos e companheiros de Calunga: Raquel Freire, Guilherme Lemos, Andressa Melo; obrigado por todas as reflexões, escutas atentas e escritas inspiradoras. Que o Calunga possa ser pontes para os próximos.

A todas e todos que se sentem parte desta conquista.

**"EU SOU PORQUE NÓS SOMOS"**

UBUNTU

## RESUMO

BAZILA, Muhammad. **Arquitetura e memórias negras: uma análise do Museu do Legado e do Museu da Escravidão e Liberdade**. 2021. 133 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Esta dissertação fundamenta-se na análise das relações entre a arquitetura e narrativas históricas. Por meio do objeto de estudo, dois museus, que tematizam a escravização negra nas Américas, amplia-se o entendimento sobre as relações existentes entre arquitetura, memória e território em seus respectivos contextos urbanos com base em uma perspectiva racializada. Analisa-se o projeto do MUHCAB – Museu da História e Cultura Afro-Brasileira (2019), concebido para a região do circuito cultural do Valongo, no Rio de Janeiro, Brasil), e o Museu do Legado (2018), em Montgomery, EUA), com base em duas noções norteadoras: território e memória. Ao traçar breves aspectos históricos dos trechos da cidade em que esses edifícios estão inseridos, as referidas propostas museológicas e suas relações com a arquitetura, busca-se ampliar o entendimento sobre as populações negras no espaço urbano, reconhecendo suas influências e contribuições.

**Palavras-Chaves:** Museus Negros; Territórios; Etnicidade; Memórias; Diásporas.

## ABSTRACT

This study is grounded on the analysis between Architecture and historical narratives studies. The scope of the research, two museums of black slavery in the Americas, intends to broaden the understanding around different perspectives of Architecture, memory, and territory. These categories are approached in their respective urban contexts, with the adoption of a racially informed lens. The study assesses the "*MUHCAB - Museu da História e Cultura Afro-Brasileira*" - the Museum of Afro-Brazilian History and Culture (2019), planned for the cultural route of Valongo, in Rio de Janeiro; and The Legacy Museum (2018), in Montgomery (Alabama, U.S.). The underlying premise of this research is that, by historically studying the urban area where the museums are immersed, we can understand the interface between their museological proposal and architecture, further strengthening and acknowledging the role and influence of black communities in their own urban space.

**Palavras-Chaves:** Black History Museum; Territory; Museu Negro; Território; Ethnicity; Memory; Diaspora.

# SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>21</b>
<b>CAPÍTULO 1: Raça, Memória e Território</b>	<b>27</b>
1.1 Raça	27
1.2 Memória	30
1.3 Território	35
1.4 Problema	47
<b>CAPÍTULO 2: Os Museus e as Memórias da Escravidão e Liberdade</b>	<b>48</b>
2.1 Museu do Apartheid (Johanesburgo-AZ)	53
2.2 Casa dos Escravos (Gorée-SN)	54
2.3 Memorial da Abolição da Escravidão (Nantes-FR)	55
2.4 Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (Rio de Janeiro)	56
<b>CAPÍTULO 3: Museu Negros: MUHCAB E TLM</b>	<b>57</b>
3.1 Museu da História e Cultura Afro-Brasileira - MUHCAB	58
3.1.1 Entre o Samba na Rua e o MUHCAB	58
3.1.2 Valongo e o MUHCAB	64
3.1.3 Pequena África e o MUHCAB	66
3.2 Museu do Legado – TLM	71
3.2.1 O Trajeto a Montgomery	73
3.2.2 Visita ao Museu do Legado	76
3.2.3 Montgomery: O conto das duas cidades	83
<b>Conclusão</b>	<b>90</b>
<b>Referências Bibliográficas</b>	<b>95</b>
<b>Anexo I</b>	<b>102</b>
Fotografias do Acervo Pessoal Realizadas em Montgomery (2019)	

# LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Encontro em Selma	20
Figura 2: Aviso parede TLM, em que se lê “você está em um local onde pessoas escravizadas foram armazenadas	25
Figura 3: Museu do Apartheid (entradas segregadas)	53
Figura 4: Casa dos Escravos (ao fundo a "Porta do Não Retorno")	54
Figura 5: Memorial da Abolição (exposição permanente)	55
Figura 6: IPN – exposição permanente	56
Figura 7: G.R.E.S. Unidos da Tijuca (ensaio de rua)	61
Figura 8: Sítio histórico Cais do Valongo	64
Figura 9: Morro da Favela, 1965. Heitor dos Prazeres.	66.
Figura 10: entrada Museu do Legado	76
Figura 11: Duas crianças: relatos sobre a experiência da escravidão.	78
Figura 12: linha do tempo (TLM)	79
Figura 13: Vaso Community Soil Project	81
Figura 14: Simulador de visita a condenados a pena de morte	82
Figura 15: Marco Montgomery (conto das Duas Cidades)	84
Figura 16: Entrada Museu do Legado	102
Figura 17: Parede com vasos em memória das vítimas de linchamentos no Alabama.	103.
Figura 18: Museu do Legado - fachada lateral com frase de Maya Angelou.	104
Figura 19: National Memorial for Peace and Justice - estátuas do artista Kwame Akoto-Bamfo	105
Figura 20: National Memorial for Peace and Justice - estátuas do artista Kwame Akoto-Bamfo	105
Figura 21: Sinalização urbana - Mercado Escravo	106
Figura 22: Sinalização urbana – Personalidades Negras das história de Montgomery	107
Figura 23: Dexter Avenue King Memorial Baptist Church	108
Figura 24: Sinalização urbana - Dexter Avenue King Memorial Baptist Church	109
Figura 25: Rosa Parks Library & Museum	110
Figura 26: Sinalização urbana - Rosa Parks Library & Museum	111
Figura 27: Fonte da Praça do Tribunal, antigo local de leilão de escravizados, ao fundo, Capitólio do Estado do Alabama.	112
Figura 28: Sinalização urbana – O mercado de escravizados de Montgomery	113
Figura 29: Marcha Montgomery para Selma - arte urbana no centro de Montgomery	114

# LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Montgomery: Smart Code (centro) _____	<b>39</b>
Mapa 2: Montgomery: marcações Movimento dos Direitos Cívicos e Guerra Civil _____	<b>40</b>
Mapa 3: mapa circuito Passados Presentes: Pequena África _____	<b>42</b>
Mapa 4: mapa da presença negro no centro do Rio de Janeiro _____	<b>43</b>
Mapa 5: áreas de intervenção na Reforma Pereira Passos _____	<b>44</b>
Mapa 6: área influenciada pela abertura da Avenida Presidente Vargas _____	<b>45</b>
Mapa 7: MUHCAB   Centro de Referência Afro-Brasileiro e Afro-Atlântico – Na Escola José Bonifácio – e lugares de memória _____	<b>59</b>
Mapa 8: zona de amortecimento Cais do Valongo _____	<b>63</b>
Mapa 9: lugares de Memória Pequena África (MUHCAB) _____	<b>68</b>
Mapa 10: territorialidade na Pequena África _____	<b>70</b>
Mapa 11: equipamento urbanos Montgomery _____	<b>72</b>
Mapa 12: Montgomery (rua do Comércio, ano 1860) _____	<b>85</b>
Mapa 13: Montgomery (3 vizinhanças negras) _____	<b>86</b>

# LISTA DE SIGLAS

EJI: Equal Justice Initiative.

IAM: *International Afro-American Museum* (Museu Internacional Afro-Americano)

ICOM: Conselho Internacional de Museus

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAHBOI: Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense

MAN: Museu de Arte Negra

MEL: Museu da Escravidão e Liberdade

MUHCAB: Museu da História e Cultura Afro-Brasileira;

TLM: The Legacy Museum (Museu do Legado)

UNESCO: Organizações das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura.



**Figura 1: Encontro em Selma**  
Fonte: Produção do autor (2021)

## INTRODUÇÃO

Em abril de 2019, fizemos, minha mãe e eu, uma viagem ao Sul dos Estados Unidos. O propósito era estar presente na quinquagésima edição do Festival de Jazz de New Orleans (Estado da Louisiana), onde o Bloco Afro Ilê Aiyê da Bahia seria uma das atrações, representando a cultura negra brasileira. Queríamos, também, visitar as cidades de Montgomery e a cidade vizinha, Selma, ambas no estado do Alabama, palcos dos eventos determinantes da histórica luta pelos Direitos Civis dos afro-americanos contra a segregação racial. Aconteceu em Montgomery, em 1954, a prisão da costureira Rosa Parks por ter se recusado a ceder o assento a um homem branco, e ir para o fundo do ônibus, lugar reservado aos “Negroes” nos transportes públicos. Tal atitude de desobediência civil desencadeou uma série de protestos e importante boicote por parte dos afro-americanos aos ônibus durante 13 meses, resultando na primeira vitória contra a segregação. Montgomery é a cidade sede do The Legacy Museum, museu que é um dos objetos de análise desta dissertação de Mestrado.

O Movimento dos Direitos Civis, desde longa data, constitui um tema de interesse de minha mãe, Maria Luiza Junior, militante com forte atuação no Movimento Negro no Brasil. Na outra cidade, Selma, às margens do rio Alabama, sob a liderança do pastor Martin Luther King Jr., realizou-se a conhecida Marcha de Selma, reivindicando o direito ao voto para a população negra estadunidense.

Durante nossa viagem, reservamos dois dias para visitar Selma. Nosso propósito era conhecer a famosa ponte Edmund Pettus, de onde partiu a trágica Marcha do “Domingo Sangrento”, em março de 1965, de Selma

para Montgomery. Minhas expectativas estavam altíssimas. Estava curioso em conhecer a cidade. O filme “Selma”, dirigido por Ava DuVernay, e lançado nos cinemas em 2015, não me saía da cabeça. Durante o trajeto, conversamos sobre o quão difícil deve ter sido percorrer essa distância a pé e acompanhada de todo medo e tensão que a situação deveria representar.

Antes de alcançarmos a ponte, de um lado, vimos o modesto Museu do Voto, fechado, com seus muros grafitados em alusão à educação e ao “Yes, We Can”, marco da campanha do senador democrata Barack Obama à presidência dos EUA (2008). Na margem oposta, o Memorial, a céu aberto, dedicado aos heróis da luta contra a segregação racial, marcava a histórica presença negra na cidade.

Atravessamos a ponte, Edmundo Pettus, nomeada em homenagem a uma personalidade da história dos Confederados, que se tornou senador do Alabama. Os Estados Confederados da América, “A Confederação”, foram formados em 4 de fevereiro de 1861, como uma liga de sete Estados do Sul dos EUA, de vocação agrária e escravista, como reação à vitória de Abraham Lincoln nas eleições presidenciais de 1860. Chamaram a atenção as edificações logo na entrada da cidade, que não pareciam bem cuidadas. Ao passar por ali, decidi conhecer o entorno — o que me causou muita decepção.

Selma tinha o aspecto de uma cidade fantasma. Jamais havia visto algo semelhante: uma região inteira sem movimento, sem viva-alma ou fantasmas. Seus hotéis com tapumes, fontes vazias, edifícios de dois e três pavimentos abandonados. Muito estranho. Em comparação, por exemplo, à cidade de Montgomery — também palco decisivo na forte história do Movimento dos Direitos Civis e que, de alguma forma, poderia ter se capitalizado com o potencial turístico — Selma constituía uma incógnita, naquele momento.

Decidi, então, tirar fotos daquela paisagem inusitada, com pouquíssimo fluxo de carros. Registrei as fachadas vazias e, entre uma foto e outra, ouvi um som se aproximando, um barulho confuso que sugere alguns metais se batendo. Virando a esquina, vinha, em minha direção, um homem negro, magro, andarilho, com um surrado macacão jeans. Parecia ter qualquer idade entre 40 e 60 anos. Trazia um carrinho de supermercado, dentro do qual se viam algumas latas de refrigerante e de outros condimentos vazios. Ele se aproximou e me disse algo que não compreendi. Ele repetiu a pergunta, e percebi que meu inglês poderia não ser suficiente para aquela experiência. Resolvi aceitar o desafio da interação e o questionei novamente. Ele mudou a fala e, repetindo duas vezes, entendi a primeira frase, “are you deaf?” (você é surdo?). Eu ri, falei que não, ele se aproximou. Repetiu o que disse desde a primeira vez “don’t take my picture” (não tire foto minha). Respondi que não o estava fotografando (porém, ele era um personagem inusitado e, numa sequência de prédios abandonados, ele havia aparecido em uma ou duas fotos anteriores que foram apagadas em seguida).

Ele pareceu interessado em se comunicar, interessado em saber quem estava “invadindo seu território”, ou, talvez, em saber qual interesse que aquela dupla que, apesar de negros, não tinha semelhança com a população local. Apresentei-me, disse meu nome. Novamente, não entendi sua pronúncia quando ele se apresentou.

Obviamente, ele percebeu que eu não era estadunidense, e questionou sobre a minha nacionalidade, e a razão de eu estar ali. Respondi que fui à Selma para conhecer a cidade e um pouco mais da história negra. Ele não teve uma reação dramática, apenas disse que eu tinha de voltar para minha comunidade, e que ele, opo-

tamente, permaneceria lá porque a comunidade negra local precisava dele. Achei interessante a fala, tive vontade de ajudá-lo de alguma forma — pensei que deveria oferecer algum dólar que tivesse na carteira, até mesmo pela conversa. Novamente, perguntou-me sobre minha origem e, para minha completa surpresa, ao responder que “sou do Brasil”, ele se espantou: “Brazil” “Oh My God, Brazil”, e continuou: “você precisa voltar, eu ouvi que lá as coisas estão bem feias, vocês estão passando por momentos difíceis, e o presidente lá é mais racista que Trump... Qual o nome dele?”. Respondi: Messiah.

Fez-se uma pausa e, quando me dei conta, o homem começou a mexer em seus bolsos. “Let me see if I got a penny to help you guys” (deixa eu ver se eu tenho algum “trocado” para ajudar vocês). Eu me assustei. Ver aquele homem que julguei ser um “homeless” (situação de rua) procurando centavos de dólar para ajudar a população negra de meu país, enquanto eu insistia em não precisar de sua ajuda. A essa altura, minha mãe, que já estava próxima, tocou em meu ombro e disse: “aceita”.

Aceitei o centavo de dólar, ainda sem acreditar na suposta providencial ajuda de um “homeless” norte-americano. O episódio me fez refletir sobre duas hipóteses. A primeira, a de existência de um sentimento de superioridade nas relações interpessoais, entre cidadãos de diferentes nacionalidades, brasileira e estadunidense, que assegura a esse outro, em péssimas condições econômicas, a certeza de que somos, nós, os brasileiros, negros em primazia, como coletivo, mais depauperados que ele próprio. Por sua vez, essa reação originou-se de um homem aparentemente solitário, a vagar em ruas desertas numa cidade desprovida de opulência capitalista, outrora notabilizada pelo plantel de escravizados cujo

descendentes sobreviventes somente um século após a emancipação alcançaram, não sem sangue, o direito ao voto.

A segunda hipótese, que admito como mais provável, se refere ao fato de, numa cidade como Selma, onde a resistência negra foi enorme, marcada por uma sistemática violência institucional, ele, esse outro homem, enxerga na união, dita comunidade (uma existência negra coletiva), a única forma possível de existir. E que essa existência negra atravessa as experiências sociopolíticas, o que o autoriza a oferecer ajuda a outro, de uma outra comunidade negra, da mesma forma que ele entende contribuir para a sua própria. Nesse sentido parecia que, independentemente de nações territoriais, na Diáspora, as existências negras são partilhas tácitas e, como tal, demandam solidariedade para fortalecer a resiliência una e coletiva.

Definitivamente, foi uma experiência da ancestralidade que liga corpos negros que vagam pela cidade, que é dele, e que, eu visto presencialmente, e ele, no imaginário, supõe saber da minha. No encontro, reconhecemo-nos, porque (antes) somos parte de algo que é maior, que compartilhamos em segredo, que não é passível de mensurar e, ainda, difícil de significar, mas que, muitas vezes, é denunciado por nossos fenótipos, a despeito do hábito que trajamos.

Essa experiência continuou ressoando e influenciou a maneira como deveria elaborar meu problema de pesquisa. Afinal, minha proposta, neste trabalho, é a de analisar dois contextos urbanos separados por grande lapso temporal e espacial. Precisei encontrar alguma figura conceitual, metodológica, potencialmente capaz de fornecer algum sentido de aproximação entre Brasil e Estados Unidos, Rio de Janeiro e Montgomery — cidades historicamente atravessadas pela experiência da escravidão negra. Entendi ali

o que, até então, me havia aludido por leituras: a experiência diaspórica africana no mundo.

Para Gilroy (2012), o Atlântico Negro é o espaço desse intercâmbio, dessas formas de profundo deslocamento ao qual estiveram sujeitos os africanos. É também campo criador de potência a significados, o que aponta para uma espécie de futuro em que, por não realizar a conciliação possível, deixa a situação em permanente movimento.

Algo semelhante pode ser lido na obra do pensador antilhano Édouard Glissant (2011) a respeito de uma poética relacional. Para ele, por não ser possível identificar a origem, a condição negra no mundo é de exílio permanente, o que nos leva a todos, ética e idealmente, a buscar tecer relações numa estrutura rizomática, descentralizada, donde não se privilegia nenhuma linha hierárquica predominante.

Em minha abordagem, essas figuras conceituais foram iluminadoras de uma reflexão arquitetônica amparada em três dimensões primordiais.

A primeira diz respeito à raça. No nosso caso, não pretendemos entrar na discussão biológica sobre o assunto, a validação técnica do termo. No primeiro capítulo nos atentamos para a inegável existência social e histórica desse termo como uma construção social que organiza todas as nossas hierarquias e direitos. É importante reconhecer o não binarismo racial, brancos e negros, já que afeta outros grupos sociais que, assim como as populações negras, também são colocadas numa espécie de escala social para justificar supostas superioridades raciais. O racismo explica numerosos processos urbanos de segregação e outras mazelas deletérias para grupos que foram inferiorizados no curso da história.

A segunda dimensão abordada diz respeito à memória e como esta é impactada pelo fluxo transatlântico forçado. Numa perspectiva negra

diaspórica, essa memória permaneceu com as populações sequestradas da África e, de alguma forma, é reconstruída na Diáspora pelos novos encontros, por fragmentos e vestígios, por elementos que apresentam signos os mais variados e que se inscrevem, diferentemente, nos espaços habitados por essas populações.

A memória que pretendemos abordar aqui está ligada às sociabilidades dessas populações negras, que se reagrupam nesses novos territórios e se manifesta nos comportamentos, religiosidade, musicalidade, festividades e tradições. No Rio de Janeiro, os hábitos dos povos negros que lá construíram uma sociabilidade assinalam o que Simas (2020) denomina por “vida nas frestas”, isto é, uma presença que se escamoteia para poder se multiplicar, uma astúcia da experiência de quem encontrou no jogo e na relação seu sustentáculo e seu princípio dinamizador.

Na história política e social norte-americana, tensões raciais entre negros e brancos ganham outras dimensões, em que a oficialidade de práticas racistas – o que, no Brasil, acontece nas entrelinhas da oficialidade – cria outras sociabilidades e outros marcos na paisagem de Montgomery. Paisagem marcada por elementos que, ao recordar, refazem continuamente a experiência de um passado complexo e tumultuoso — não de forma pacífica, não sem inúmeras contradições entre símbolos, como veremos adiante.

Por último, o princípio teórico que diz respeito ao território, físico e existencial, em relação a como este pode contribuir para uma leitura teórico-histórica das duas cidades, Rio de Janeiro e Montgomery. Escolhi, portanto, museus como objetos de estudo. Museus que trazem elementos que os aproximam e os distanciam simultaneamente.

No Rio de Janeiro, mais especificamente na região portuária, a reaparição do Cais do Valon-

go em 2011, durante as escavações do projeto “Porto Maravilha”, intensificou o debate sobre memória negra, memória da escravidão e Diáspora africana. Um esforço conjunto entre Estado, Movimento Negro, acadêmicos e outros agentes da sociedade civil permitiu o reconhecimento do Cais do Valongo como patrimônio da humanidade pela UNESCO. A *patrimonialização* ocorreu em 2017, na categoria de sítio de memória sensível, mesma categoria de Hiroshima (Japão) e Auschwitz (Alemanha), locais que retomam a memória dos crimes contra a humanidade.

Juntamente à proposta de patrimonialização, nasceu o projeto do Memorial da Diáspora Africana, instituição que, seguindo tendências internacionais de museu de sofrimento e da luta pelos direitos humanos<sup>2</sup> (DUFFY, 2001 apud VASSALLO; RODRÍGUEZ CÁRCERES, 2019), lidaria com a memória da escravidão. O dossiê de candidatura juntamente à UNESCO expressava a intenção da equipe liderada pelo antropólogo Milton Guran de alavancar o debate sobre as Diásporas nas Américas por meio do Memorial (VASSALLO; CÁCERES, 2019). As autoras, ainda, completam sobre as intenções do Memorial e seu projeto de revisão identitária nacional: “o Cais do Valongo e o Memorial da Diáspora Africana trariam consigo um novo imaginário e um novo projeto à nação brasileira, que por muito tempo repousou no ideário de uma “democracia racial” (VASSALLO; CÁCERES, 2019).

Entre a execução do projeto de Memorial da Diáspora Africana apresentado à UNESCO e o início da implementação real de um espaço de memória na região portuária do Rio de Janeiro, houve enorme processo de disputas políticas internas e externas ao projeto. Foram realizadas mudanças significativas no projeto inicial, que serão abordadas com maiores detalhes no capítulo 03 deste trabalho.

Vassallo e Cáceres (2019) se dedicaram a explorar o processo de implementação do museu, encontrando algumas alterações e divergência, entre as quais destacamos: a transformação do memorial com sede prevista nas docas Dom Pedro II, construídas pelo engenheiro negro André Rebouças no século XIX, para museu de território de gestão participativa. O nome do projeto, na nova fase, foi alterado para MEL – Museu da Escravidão e Liberdade, referente aos engenhos de cana que exploraram a mão de obra negra escravizada, ao próprio “mel”. Tal nome despertou desconforto por parte dos envolvidos no projeto.

Outra grande mudança refere-se à troca da responsabilidade Federal, comprometida pelo IPHAN juntamente à UNESCO, pela gestão Municipal chefiada pela Secretaria de Cultura Municipal do Rio de Janeiro. A segunda mudança dá conta da remodelação do projeto de museu que se torna o MUHCAB – Museu da História e Cultura Afro-Brasileira, um de nossos objetos de análise.

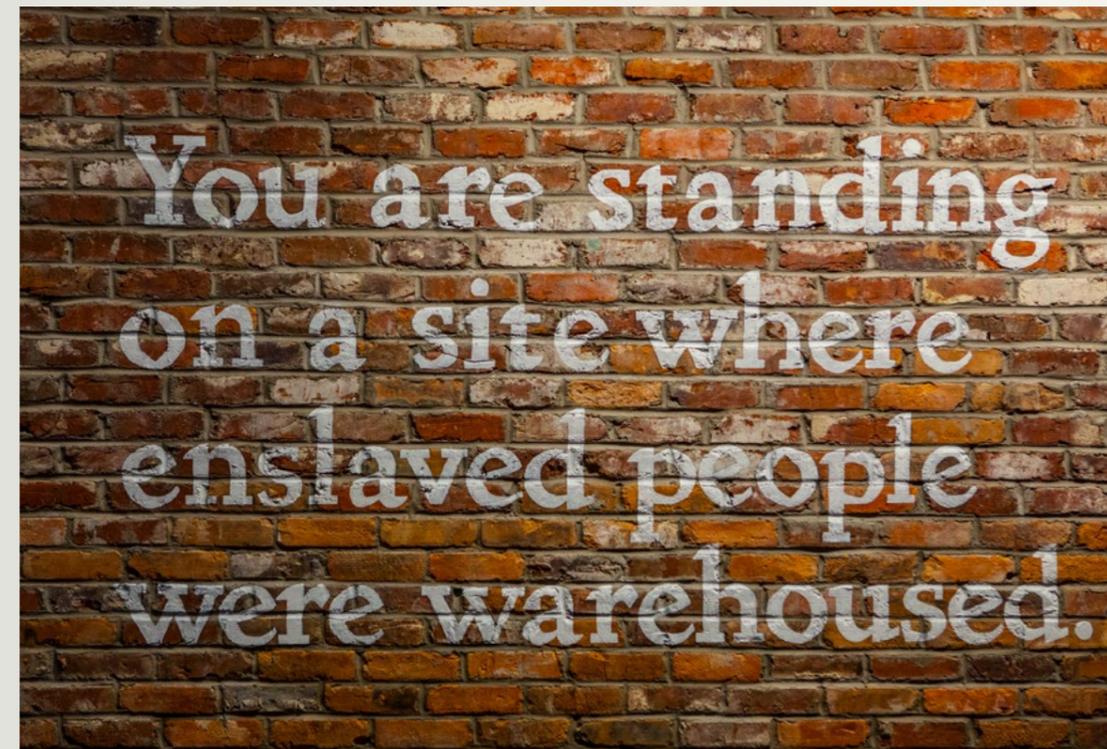
Nosso segundo objeto é o The Legace Museum (TLM), Museu do Legado, uma instituição museal não governamental que aborda a história das populações negras nos Estados Unidos com foco na escravidão e seu legado para essas populações. O museu foi fundado pela ONG E.J.I.— *Equal Justice Initiative* — que advoga contra o racismo estrutural no sistema penal norte-americano. O nome “legado” é alusivo aos impactos sociais que a escravidão deixou à população negra estadunidense, principalmente nos estados do sul do país, como o Alabama, onde o museu se encontra. *Da Escravidão ao Encarceramento em massa*<sup>3</sup> é o subtítulo do museu.

A marginalização, a segregação socioespacial, a violência, e, principalmente, o encarceramento em massa da população negra estão entre os reflexos da escravidão. Constituem, também,

<sup>1</sup> O projeto Porto Maravilha foi o projeto de requalificação urbana da zona portuária da cidade do Rio de Janeiro proposto pela Prefeitura durante o mandato do prefeito Eduardo Paes. O projeto era parte integrante dos investimentos que antecederam a realização dos grandes eventos mundiais na cidade, Copa do Mundo (2014) e Jogos Olímpicos (2016).

<sup>2</sup> Museu de Sofrimento (DUFFY, 2001): museus que lidam com a memória de crimes contra a humanidade.

<sup>3</sup> Tradução do autor para “From Enslavement to Mass Incarceration”.



os principais temas representados e discutidos nos espaços dessas instituições. A poucos metros de distância do antigo local de leilão de escravos de Montgomery, e próximo às docas do rio Alabama e à estação de trem da cidade, o museu ocupa o centro onde houve o maior mercado de escravizados nos EUA durante o século XIX, especialmente no período de tráfico interno de negros. A sede do museu ocupa um antigo armazém, *warehouse*, onde negros eram mantidos antes de serem encaminhados para seus destinos. A memória do edifício, como lugar de prática escravagista, é marcada logo à entrada. A mensagem pintada em branco na parede de tijolo não

deixa dúvidas: Você está em um local onde pessoas escravizadas foram armazenadas<sup>4</sup>.

Diversos recursos são usados pelo TLM para resgatar a memória negra e não se limitam ao espaço do museu em si, avançando pela cidade em diferentes intervenções no território. A linguagem arquitetônica e expográfica do museu se alterna entre a figuração e a experiência sensível e alusiva de outros tempos.

Museus, principalmente os museus públicos, têm sido constante objeto de interesse acadêmico, desde seus primeiros exemplares ainda no século XVII no contexto da Revolução Francesa. Diversos estudos se debruçam sobre a História

**Figura 2: Aviso parede TLM, em que se lê “Você está em um local onde pessoas escravizadas foram armazenadas”.**

Fonte: The Museum and Memorial - EJI<sup>5</sup>

<sup>4</sup> Tradução do autor para “You are standing on a site where enslaved people were warehoused.”

<sup>5</sup> Disponível em: <https://museumandmemorial.eji.org/museum>. Acesso em: 05 jul. 2021

e historiografias apresentadas por essas instituições. O TLM é importante por trazer um outro olhar crítico para a História Afro-americana e sua reconstrução historiográfica. Possibilita o entendimento dos papéis dicotomizados, senhor e escravizado, *Black and White*, ao longo do tempo, da Escravidão ao Encarceramento em Massa, desmistificando a construção de narrativas oficiais criadas, primordialmente, pelos grupos que detêm o poder econômico e o poder político; e, por conseguinte, o privilégio da narrativa.

O presente trabalho não pretende desenvolver uma reflexão histórica ou historiográfica sobre o papel dos museus em relação à perpetuação de grupos sociais hegemônicos no poder. Também não cabe reflexão aprofundada sobre o modo como isso fortaleceu construções narrativas amplamente difundidas fortemente consolidadas no imaginário social. O propósito implica, primeiramente, em analisar dois museus que não se dedicam a reafirmar a história dos “vencedores”, qual seja, a história em que se constrói e preserva um caráter da colonização.

Os museus que analisaremos aqui participam, direta ou indiretamente, de investimentos grandiosos como o Projeto do Porto Maravilha no Rio de Janeiro, e, o de revitalização do centro da cidade de Montgomery. Desse lugar de significância do poderio civilizatório, afirma-se a História com base em uma perspectiva negra, como coparticipantes imprescindíveis à edificação das urbes. Contam com organizações negras para a conceituação e a viabilização dos museus, o Movimento Negro no MUHCAB e a organização E.J.I. no TLM em Montgomery.

Os dois museus foram concebidos com propostas diferentes, além de terem diferentes trajetórias institucionais. Porém, há convergências entre as quais, a forte interação com a comunidade

onde estão inseridos. Em caráter educativo e de certa revisão histórica, abordam as histórias de colonização das Américas, o impacto da escravidão nas populações negras e em seus contextos territoriais imediatos.

Seguindo os caminhos de uma nova museologia, os museus se voltam a uma visão mais humanista e reparadora da História, adicionando aspectos socioculturais que valorizam as diversas identidades negras. A partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), organizada pela UNESCO, a visão sobre o museu e sua responsabilidade com a sociedade foram alteradas. Na época do encontro, o museu teve responsabilidade social de reconstrução e reparação histórica. Nesse entendimento, deixa de ser, exclusivamente, um objeto de poder, que corrobora a história dominante, e incorpora novos pontos de vistas para as narrativas apresentadas, “novas experiências museológicas com viés marcadamente educativo e comunicacional que ensaiavam uma virada decolonial inédita na museologia” (BRULON, 2020, p.17). O museu, criado para servir Estados nacionais na Europa, “se faz um instrumento de apropriação patrimonial, por meio do qual é possível reparar danos do passado e reformular as narrativas em qual as pessoas estão historicamente inseridas e a partir das quais se constroem os valores do grupo” (Idem).

A presente análise objetiva examinar a relação dos dois museus que trazem a temática da escravidão negra nas Américas, e a memória dos eventos, à época, nos territórios negros, próprios de seus contextos urbanos. Por meio de categorias que articulem as questões expográficas e os elementos arquitetônicos, a análise visa interseccionar as perspectivas históricas que dão sentido aos projetos desses espaços cujo tema guarda grande proximidade.

O trabalho está estruturado em três capítu-

los. O primeiro é dedicado à discussão teórica que fundamenta as categorias de análise. Neles estão explicitados os conteúdos referentes à Memória, ao Território e à Raça. As categorias de análise constituem: a) o lugar do museu na cidade, breves indicações de uma história urbana; b) características do contexto no presente / e como práticas e espaços remetem à herança da escravidão e da liberdade; c) proposta museológica — o que é tematizado nesses museus como aspectos relacionados à memória e linguagem arquitetônica.

A partir das categorias elencadas, o segundo e terceiro capítulos são dedicados à análise dos espaços dos museus, primeiramente à luz da caracterização técnica e objetiva, evidenciando o contexto urbano, estrutura, gestão e tipologia dos museus; em seguida, com base nas noções de memória e território, interseccionamos a presença do museu e suas ações territoriais com a história e a territorialidade negra.

O trabalho é concluído com considerações a respeito da relevância da existência dos museus de temas relacionados à Memória Negra e sua importância como instrumento de fortalecimento das narrativas históricas pós-coloniais. Traz reflexões que poderão subsidiar estudos posteriores. Ressaltamos a escassez de estudos dedicados a esse tema no Brasil, campo ainda difuso e inexato de percepções, mas que, crescentemente demonstra novos horizontes de pesquisa, interpretação e criação futura — algo tão caro ao pensamento e prática da Arquitetura e aos modos compartilhados de se fazer habitar cidades.

# CAPÍTULO I RAÇA, MEMÓRIA É TERRITÓRIO

Este capítulo constitui uma discussão conceitual entre Memória, Território e Raça. Buscamos sentidos entre essas expressões para nos orientar no vasto oceano — tantas vezes profícuo — da pesquisa histórica. Embora Raça, Memória e Território estejam atreladas (qualquer leitura que as considere como dimensões particulares e independentes será pouco produtiva), propomos, nesta dissertação, uma aproximação gradual entre os termos e os museus a serem analisados por meio de indagações produzidas por autores nesses campos.

Metodologicamente, produzimos confrontação de referenciais a respeito de termos relevantes para pensar a forma como essas palavras importam para leitura que propomos sobre os edifícios em questão. De antemão, sabemos que raça é produto das colonizações iniciadas no século XV, cuja escravização é um dos efeitos mais deletérios.

## 1.1 • RAÇA

A noção de Raça não é respaldada no âmbito das ciências biológicas. No entanto, quando falamos raça remetemos a relações sociais construídas com base em diferenciação de grupos humanos a partir de características fenotípicas, hábitos e expressões culturais. O conceito de *raça é uma construção social* (WILKERSON, 2021). O antropólogo Kabengele Munanga (2004) nos ajuda a compreender o processo de construção do conceito de Raça, e como este passou de classificação baseada no fenótipo da pele em três grandes grupos humanos, amarelo, branco e preto, para justificar a hierarquia entre eles. Para o autor, esse processo das raças legitimou sistemas de dominação “Gradativamente, os conteúdos dessa doutrina chamada ciência, começaram a sair dos círculos intelectuais e acadêmicos para se di-

fundir no tecido social das populações ocidentais dominantes” (MUNANGA, 2004, p.22).

Munanga complementa que a percepção social de Raça se diferencia de acordo com seu contexto político-geográfico. Isso quer dizer que o que entendemos como negros no Brasil não é o mesmo que nos Estados Unidos, por exemplo. As teorias raciais criadas com base na hierarquia racial justificaram, também, o processo de exploração e desumanização da população africana pela escravidão.

Wilkerson (2021), por sua vez, reconhece a existência social de raça, mas aponta um outro fator que precede a criação da raça e age com base na hierarquização social: castas. De acordo com a autora, raça consiste em símbolos aprendidos para identificar um grupo baseados em características físicas, fato importante para a diferenciação e, conseqüentemente, a hierarquização, porém. Nas castas, no entanto, o sentimento de pertencimento a certos grupos sociais e o desejo de manutenção dessa posição hierárquica afetam, largamente, a sociedade. Castas constituem o regime que limita a mobilidade social, e utiliza mecanismo similares ao racismo para o controle, como a violência.

Por meio de diferenciação entre *racismo* e *castismo*, Wilkerson (2021) explica que esses termos estão entrelaçados, mas o racismo implica a ação ou instituição que prejudica, pressupõe ou atribui inferioridade ou estereótipo a uma pessoa com base na construção social de raça; enquanto o castismo é ação ou estrutura que limita, detém ou coloca uma pessoa em uma posição hierárquica definida, com base naquilo que é percebido como sua categoria (WILKERSON, 2021).

As relações que tratamos neste trabalho são permeadas pelos reflexos do conceito de Raça e dos racismos que surgem a partir daí. Castas é um

conceito que nos auxilia a tratar das memórias e territórios negros em relação a uma estrutura social hierárquica, que se apoia no próprio Estado e limita o fluxo social negro.

Quando abordamos a memória negra como subalternizada nos espaços urbanos, tratamos da consequência da manutenção das castas e do racismo criado a partir da ideia de inferioridade das populações negras. Os conflitos territoriais de pertencimento e posse, aos quais as populações negras são submetidas, também as afastam da região central das cidades. Como resultado, os grupos dominantes criam estratégias pelas quais passam a não admitir a presença e memória negras nos espaços nobres das cidades, de forma a denegrir<sup>6</sup> qualquer traço vinculado à história e cultura negras. Portanto, é fundamental racializar o olhar sobre as relações sociais e urbanas para entender a cidade, pois os tensionamentos raciais estão sempre presentes, seja pelo caráter pejorativo ou pela ausência da discussão.

Em contrapartida, chamamos atenção para o caráter agregador e identitário que o conceito de Raça assume nas comunidades negras. Clóvis Moura (2019) ressalta como o fator “raça” foi mobilizado pela imprensa negra em caráter de exaltação como reflexos das relações sociais entre os negros, pois “tudo aquilo que para a sociedade discriminadora é negativo passa a ser positivo para o negro”. (MOURA, 2019, p. 250). Se, por um lado, a raça negra cria estigma; por outro, cria laços que se conectam pela partilha da experiência de ser negro.

Dentro do campo dos estudos da Arquitetura e Urbanismo, a grande disparidade entre os que racializam as relações urbanas e aqueles que usam outras lentes para ler a cidade é grande. Barone (2020) refere-se ao trabalho de Rolnik (1989) como precursor dos estudos urbanos ra-

cializados, ao tratar da formação dos territórios negros em São Paulo e no Rio de Janeiro. A inauguração tão recente desse campo de estudo no Brasil sugere, no passado, um propósito político de apagamento racial, que somente beneficia os grupos dominadores, em que qualquer tensão racial abordada passa a ser lida como fruto de outros fatores, principalmente econômico — a maioria dos pobres no país é de negros e negras.

Em Cidades Escravistas, Marcus J. M. de Carvalho (2018) escreve sobre o impacto da escravidão nas cidades brasileiras e como o urbanismo é indissociável da escravidão e do trabalho forçado em geral. Carvalho aponta que as cidades atlânticas se africanizaram muito cedo pela imensa presença negra oriunda do tráfico de gente. O grande aumento do fluxo do tráfico transatlântico, causado pela descoberta das minas, por volta de 1690, a chegada da corte portuguesa em 1808 e a ascensão do café fizeram do Rio de Janeiro a maior cidade escravagista das Américas. Além disso, o autor afirma que o comércio transatlântico define o espaço urbano, principalmente nas proximidades portuárias, transformadas em comércios escravagistas, mas também define a arquitetura de modo que as casas de famílias com alguma condição financeira tinham em seus quintais senzalas e outros espaços destinados aos negros que serviam a casa, compulsoriamente ou não. A pulverização da posse escravagista no Brasil é outro fator importante abordado por Carvalho. Dada a facilidade da compra do elemento servil, a população negra escravizada é onipresente nas grandes cidades coloniais como o Rio, sendo ela responsável por diversas partes da infraestrutura urbana, de pavimentação urbana, com os trabalhadores braçais, à comunicação, com os garotos de recado.

Por um lado, a escravização urbana forjou

regimes de trabalho extenuantes e expropriação de mão de obra; por outro, propiciou que essas populações se organizassem socialmente, e não somente em torno do trabalho, o que se efetivou, principalmente, em torno de irmandades de seus grupos étnicos, em que eram criadas estratégias de sobrevivência (CARVALHO, 2018). Carvalho ressalta a interação e colaboração entre as irmandades em revoltas e fugas, em que a escravidão era elemento de conexão entre os grupos. A partir do autor, compreendemos como as grandes populações negras nas cidades durante a escravidão afetaram a experiência e a conformação urbana, seja por serem responsáveis pelos serviços de infraestrutura de uma cidade em constante expansão, seja pela necessidade de abrigar essa população que servia à elite dominante em suas atividades domésticas e cotidianas.

Em Cidades Escravagistas (CARVALHO, 2018), compreendemos como as grandes populações negras nas cidades durante a escravidão afetaram a experiência e a conformação urbana, seja por serem responsáveis pelos serviços de infraestrutura de uma cidade em constante expansão, seja pela necessidade de abrigar essa população que servia à elite dominante em suas atividades domésticas e cotidianas.

Observar as cidades raciais à luz das perspectivas da população negra permite compreender novas possibilidades a respeito do espaço urbano, sua formação e dinâmica presente. E isso constitui uma forma de compreender a complexidade de fenômenos históricos em suas variadas facetas, e de entender processos de formação urbana. Nos museus analisados, essas narrativas e expressões se misturam e se apresentam em formas diversas que acionam dados objetivos e leituras subjetivas do tema. Além disso, convocam os visitantes para uma experiência ativa.

Essas vinculações entre diferentes expressões vêm ganhando corpo nos estudos urbanos. Gabriela Pereira (2019) traz importantes contribuições nessa direção ao investigar as trajetórias espaciais e literárias da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977), mulher negra, migrante e favelada. Sua principal obra, "Quarto de Despejo", publicada em 1960, é um conjunto articulado de pensamentos e vivências na favela do Canindé, em que a autora passou boa parte da vida. A partir do encontro com a literatura de Carolina Maria de Jesus, Pereira costura as histórias de construção e ocupação negras, principalmente as periféricas, nas cidades. No trabalho, por meio de narrativas artísticas, abordam-se temas centrais que dialogam com corpo, cidade e território. Corpo, Discurso e Território tornaram-se um projeto contínuo que, desde 2017, se encontra como um grupo de estudos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, onde

Pereira é professora e coordenadora do grupo. A produção desse espaço de pesquisa é pautada por olhares interdisciplinares, múltiplos, e reflete estruturas sociais vigentes a respeito de novas possibilidades assentadas em m referencial afro centrado.

Outro projeto dedicado aos estudos urbanísticos com o foco racial é o Laboratório Raça e Estudos Urbanísticos – LabRaça, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. O laboratório aborda a intersecção entre os estudos das relações raciais e o urbano, com vista à conformação da cidade e à formulação de políticas públicas. Barone (2019; 2020) aponta como as relações raciais são indissociáveis do desenvolvimento da cidade de São Paulo e região metropolitana. A diferença racial entre os acessos a recursos urbanos tensiona o crescimento da cidade, que possui muitos migrantes. O acesso à moradia pelas famílias negras é outro tema abordado por Barone (2019): a moradia, como um patrimônio material da família, é apontada como fator territorializante da população negra, pela possibilidade de passar o bem às próximas gerações. Paralelamente, são abordadas as dificuldades das populações negras em relação ao acesso à moradia mediante as políticas públicas habitacionais, e o interesse por parte do poder público de limitar a presença negra às zonas periféricas, Barone se aproxima dos estudos de Rolnik (2009), que aborda a inserção territorial das populações negras nas cidades brasileiras. Através da análise das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, Rolnik refaz o trajeto das populações negras desde a escravidão à formação desses territórios, analisando aspectos como as singularidades, aspectos comuns e consequente exclusões dentro dos espaços urbanos

Fabio Velame amplia esse campo de problemas ao tratar das culturas e religiosidades de matriz africana como formas de entender particularidades e pluralidades de um recorte da população negra que mantém tradições trazidas de África, as quais vão se expressar em suas territorialidades. O projeto de pesquisa SANKOFA, da Universidade Federal da Bahia, objetiva fortalecer a produção de conhecimentos, saberes e práticas em Direitos Humanos com base nos estudos da etnicidade. Sankofa é, também, um símbolo da mitologia africana, o pássaro que voa para frente com a cabeça voltada para trás, símbolo da relação entre estar no presente e seguir em frente, mas dando a devida atenção ao passado. Nesse mito, articulam-se passado, presente e futuro, o que nos leva a indagar que “para transformar positivamente o futuro, é preciso no presente visitar, criticamente, o passado para que o que foi olvidado, encoberto, possa emergir e ser considerado”. (SANKOFA, 2018, p. 1).

Estudos a respeito de terreiros e a interação comunitária com esses ter-

<sup>6</sup> A escolha pelo uso da palavra “denegrir” é simbólica por exemplificar a carga negativa que qualquer relação ao elemento “negro” passa a ter. O dicionário etimológico traz a palavra “denegrir” como tornar negro.

ritórios sagrados fazem conexões não apenas com o tempo, mas também com valores espaciais e sua relação com a cultura. Cultura e religiões, nas expressões culturais negras, são fenômenos constantemente cruzados para as construções de teorias e interpretações. Sankofa, o tempo que é hoje e ontem, se manifesta no Museu do Legado na forma dos corredores que não se apresentam de forma linear; e no MUHCAB, como a diluição entre interior e exterior, feita e desfeita continuamente.

As religiões e culturas de matrizes africanas foram importantes agregadores da população negra no contexto brasileiro. Em um território como a Pequena África, essa cultura de síncope, como se refere o historiador Luiz Antônio Simas (2019), que se manifesta no espaço entre, na brecha, paralelo à colonialidade imposta, traz à experiência racial a ideia de uma origem comum, a África, como um fator aglutinador dessa cultura diaspórica que se recria com base na desconstrução do sequestro negro, de suas diversas Áfricas.

A síncope é a alteração inesperada no ritmo de um surdo, instrumento marcador rítmico do samba. Por isso, o autor traça o paralelo entre expressões religiosas, culturais com a cidade e a sociedade como analogia às inconstâncias urbanas e sociais que obrigam certos grupos, geralmente minoritários ou subrepresentados, a *florear, usar a criatividade, o que tem disponível*, entre uma nota e outra. Em "O Corpo Encantado das Ruas" (2019), Simas trata as ruas cariocas em suas potências ancestrais de encantamentos, territorializações que, às vezes efêmeras, outras assentadas, acontecem com base em olhar a rua como um espaço de materialidade e imaterialidades. Simas apresenta um Rio de Janeiro indissociável do fator raça, que define a sociabilidade carioca com base nas culturas negras.

Carvalho (2019), por sua vez, apresenta o Rio de Janeiro como uma *Cidade Porosa*, oferece uma história cultural da cidade do Rio que foge da ideia celebratória de "sincretismo" ou "miscigenação", que, desde 1930, se vincula à suposta democracia racial, segundo o autor. Ao focalizar, então, a cidade porosa trata do compartilhar, mesmo sendo de realidades opostas. Sem que isso signifique uma unidade. Como em Montgomery, que se propõe a existir na dicotomia entre ser o berço dos Confederados e a cidade natal do Movimento pelos Direitos Civis negros, duas experiências opostas que, eventualmente, compartilham do imaginário e espaços da cidade. Algo que é e não é ao mesmo tempo.

O conceito de *cidade porosa* (CARVALHO, 2019) tem alguma proximidade com a síncope de Simas (2019). Relacionamo-nos com a porosidade ao entender outras territorialidades no espaço da Pequena África, e como existe alguma partilha cultural entre elas. Porém, é nessa pluralidade de leitura sobre o

território que emerge a necessidade de as religiosidades e culturas negras — que, às vezes, são (in)compreendidas como indesejáveis — permearem entre os espaços possíveis, arritmos, como uma estratégia de sobrevivência.

A noção de raça se articula com tempo, memória e expressões culturais, e permite pesquisar relações entre o interesse, e o desinteresse, o poder público e a formação dos territórios negros na cidade. Abordar as relações raciais nos espaços urbanos permite entender a conformação dos espaços físicos e simbólicos, assim como sociabilidades entre os que habitam essas cidades. Os museus, ao tratar da história negra, lidam com a herança negra nos espaços das cidades, assim como as sociabilidades criadas com base nesses lugares. Isto nos conduz para o segundo campo de problemas, relacionado à memória.

## 1.2 • MEMÓRIA

A memória é fonte de indagação para o campo da historiografia da cidade e da arquitetura, a partir de variadas angulações. Stone (1991) reflete sobre memórias individual e coletiva, sobre como se constroem narrativas em variadas escalas. Para o autor, há franco contraste entre esses procedimentos e as metodologias que configuram a episteme das ciências sociais, amparadas no rigor da construção de grandes arcos históricos. Stone nos ajuda a entender que a história negra se constitui a partir de fragmentos, pois, se a diáspora é fenômeno de trauma e ruptura, as culturas que daí resultaram são produzidas no esforço de tentar refazer esse mundo estilhaçado, fazendo convergir cosmologias diversificadas. O interesse dos historiadores (incluídos os que pesquisam história da arquitetura) sempre se movimentou entre as dimensões vestigiais e aquilo que é estrutural, quer dizer, entre as leis gerais que operam mudanças e produzem algo intelectual e as interpretações baseadas em conjunto, relativamente pequeno de observações, de contato próximo.

História e Memória são termos que se aproximam e confundem por muitas vezes, mas também se mostram contrastantes e divergentes. Estão vinculados à compreensão do passado e, de alguma forma, constroem uma zona em que os limites e especificidades podem se confundir. Essa relação é tema de diversos trabalhos no campo das ciências sociais. Na obra "*História e Memória*", Le Goff (1990) discorre sobre a relação entre a história e memória, atribuindo à história um caráter de oficialidade do

passado, enquanto a memória é um dos instrumentos da história, podendo aquela não servir à oficialidade e ter tipos e funções específicas dentro de grupos sociais.

A historiadora Lilia Schwarcz abre sua participação no seminário "Memória como direito" sintetizando a diferença entre história e memória antes de se aprofundar na discussão. (SCHWARCZ, 2019). Para Schwarcz, Memória, em uma acepção geral, é meio de reconstituir o passado a partir da subjetividade da primeira pessoa, enquanto a História reconstitui o passado a partir de elementos coletivos e dados aferíveis (Idem, 2019). Le Goff (1990) aponta para a existência de duas histórias, a memória coletiva e a história dos historiadores. A primeira "mítica, deformada, anacrônica", "história tradicional falseada". Sobre a segunda história, a dos historiadores, Le Goff completa: "a história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os erros" (LE GOFF, 1990, p. 29). Da mesma forma, assume a memória coletiva como passível de alterações por meio da subjetividade de quem lembra, enquanto a história dos historiadores, segundo ele, tem um caráter objetivo e oficial, capaz de intervir em outras formas de acessar e apresentar o passado (Ibid.).

A disciplina histórica tem o propósito de coletar "dados aferíveis" tanto quanto de "reinterpretação do passado" (SCHWARCZ, 2019). Uma construção de narrativa histórica, mesmo se valendo de documentos e outros métodos de lembrança aferíveis, tem de ser considerada a partir de algum lugar, "dentro de um contexto, não podendo por isso ser utilizada como instrumento neutro de interpretação" (CRUZ e SILVA, 2015, p. 137). Assim, a História é uma construção, sujeita às interferências de poderes diversos, ferramenta de dominação e fortalecimento do vértice dominante do seu

saber histórico. A "não inocência dos documentos" (LE GOFF, 1990) à qual a história recorre é permeada por escolhas, resultando na inclusão de uma memória em detrimento de outra. Porém, esse entendimento não pode significar a descrença no caráter objetivo, e da própria noção de verdade em história (LE GOFF, 1990), mas revela certa subjetividade de uma história influenciada pelo meio em que é produzida.

A Memória é subjetiva por ser construída a partir dos grupos sociais e do indivíduo (HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992). O conceito de *memória coletiva* (HALBWACHS, 1990) é uma das principais contribuições do sociólogo para o campo das ciências sociais. Para ele, a memória é uma construção que somente é possível com base nas relações do indivíduo com seus grupos sociais. A memória é construída de forma conjunta onde cada indivíduo contribui para a memória coletiva com base nas referências individuais que trazem. Esses grupos sociais que constroem uma memória em conjunto são denominados *comunidades afetivas*. (HALBWACHS, 1990).

Por sua vez, a memória individual pode ser interpretada como derivação das expressões compartilhadas coletivamente. uma leitura da memória coletiva. Halbwachs, ainda, acrescenta que, mesmo a memória individual na qual o sujeito experiencia algo só, isolado de qualquer outra pessoa, tal memória é construída a partir dos grupos sociais, ao passo que esses próprios grupos forjam o indivíduo, não existindo individualidade isolada destas influências grupais (HALBWACHS, 1990). Halbwachs (1990) nos permite pensá-la com base na existência das comunidades afetivas. Dessa forma, podemos pensar os museus não apenas como resgate da memória negra, mas como elo de seu fortalecimento, compartilhada entre indivíduos pertencentes à população negra.

Ao analisar as narrativas históricas criadas por meio de mecanismos que possibilitam acessar o passado (incluindo a própria memória), primeiramente, precisamos repensar um possível caráter de verdade irrefutável dessas narrativas. É importante entender possíveis graus de parcialidade das narrativas históricas construídas e seu impacto nessas construções da história. Nesse processo, grupos minoritários ou subalternizados, que não possuem o protagonismo da construção da memória e a história como suas ferramentas sociais, são sujeitas a outros grupos que possuem a oficialidade do discurso histórico narrativo.

Memória é poder (Le GOFF, 1990) e, por isso, é alvo de disputa. Pollak (1992) identifica a memória como um dos elementos formadores do sentimento de identidade individual e dos grupos sociais. Sendo “elemento constituinte do sentimento de identidade [...] ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1992, p. 205).

Assim como Pollak (1992), assumimos o sentimento de identidade como “o sentido da imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992, p. 205), ou seja, a projeção da imagem feita pelo indivíduo, ou grupo social, de si mesmo a partir de uma visão própria. Para o autor, a construção da identidade ocorre com base em três elementos essenciais: a unidade física, que lida com as fronteiras físicas e corporais para os indivíduos; a unidade social, entre os grupos coletivos; e o sentimento de coerência, em que os diferentes elementos formadores são unificados. Nessa perspectiva, um dos atributos da memória é trazer a coerência entre os grupos sociais. A memória se torna algo que agrega e separa simultaneamente. Halbwachs (1990) nos permite pensá-la com base

na existência das comunidades afetivas. Dessa forma, podemos pensar os museus não apenas como resgate da memória negra, mas como elo de seu fortalecimento, compartilhada entre indivíduos pertencentes à população negra.

Para Pollak (1992) a memória é um elemento constituidor do sentimento de identidade pela relação da memória com os sentimentos de continuidade e coerência, ambos importantes para a constituição da identidade individual ou de grupos sociais. Apesar de serem elementos importantes para a constituição do indivíduo, Pollak alerta que “memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo” (POLLACK, 1992, p. 205). À medida que a memória e identidade são construções e estão ancoradas nas relações coletivas, a identidade social é “a imagem de si, para si e para os outros” (POLLAK, 1992, p. 205). É submetida ao crivo externo, “o outro”, com o qual é necessário negociar a construção da autoimagem.

No caso das populações negras em diáspora, é preciso considerar, historicamente, as diversas discontinuidades às quais essa população foi submetida pelas violências da escravidão. Discontinuidades afetam as construções identitárias pela leitura de Pollak (1992). A história de Montgomery e Rio de Janeiro estão marcadas por exclusões e apagamentos. Os diversos processos de desterritorialização ao qual as populações negras foram e são submetidas, desde a própria Diáspora, como um sequestro atlântico, são violências raciais que interrompem vínculos e laços criados nas relações com o espaço físico e as relações interpessoais. “História, apesar da dor excruciante, não pode ser (des)vivida, mas se encarada com coragem, não precisa ser vivida novamente” (ANGÉLOU, 1993, tradução nossa), é a frase de Maya

Angelou, grafada no Museu do Legado, para nos dizer sobre a necessidade de encarar o passado como forma de proteger o futuro.

Podemos traçar um paralelo entre a necessidade de “encarar” a História e a de continuidade da Memória. Isso importa não apenas para abordar a história da escravidão e os traumas causados à população negra, mas também a importância do não apagamento da história negra e a necessidade de continuidade da memória das populações negras, evitando, mais uma vez, a descontinuidade de sua história, potencialmente interrompendo as identidades (re) criadas na Diáspora.

Os museus, ao abordarem a memória subterrânea (Pollak, 1990) negra, atuam de modo a preencher as frestas criadas pela descontinuidade. As culturas de síncope, referenciada pelo historiador Luiz Antônio Simas (2009), ao tratar das culturas negras (re)criadas na diáspora, são culturas que acontecem entre os espaços, as frestas da oficialidade. Por não serem contempladas pela oficialidade, essas culturas constroem suas continuidades nas frestas.

No Museu do Legado, o agenciamento de espaços aponta para uma reconstrução da narrativa histórica que trata do encarceramento em massa da população negra. Como uma consequência de um sistema de punição e terror ao qual a população negra estadunidense é submetida desde a escravização, a narrativa do museu traça a conexão entre um fato presente, encarceramento em massa, e a memória de um passado ligada à escravidão. “Apesar da dor excruciante”, como escreveu Maya Angelou, o TLM traz a público a continuidade das violências escravocratas. Esse elemento é abordado não como um caráter identitário, mas como algo que reverbera ainda na comunidade. Propostas como esta, que demonstram continuidade das trajetórias negras, ainda que sejam no viés da violência submetida,

da, possibilitam a construção de uma memória negra mais completa. Uma memória que vê no presente consequências de um passado recente, e que entende, em uma construção maior, o que a oficialidade e seus apagamentos propõem.

Bryan Stevenson (2018), diretor executivo da Equal Justice Initiative, EJI<sup>7</sup> ressalta a importância de encarar o passado como forma de reparar as iniquidades às quais a população negra estadunidense é acometida. Em uma cidade que viveu a memória dos líderes do exército dos Estados Confederados, que defendiam a manutenção da escravidão, a existência do Museu do Legado como um *lugar de memória* negra revisa a memória e identidade do espaço urbano da cidade que passa a ter monumentos e indicações de uma história negra que não corrobora o heroísmo forjado dos Confederados.

As descontinuidades da memória negra que abordamos nesta dissertação servem para o propósito da construção de uma memória maior, uma memória com o ideal hegemônico, para qual não interessa pormenorizar a história das populações pouco representadas; pelo contrário, interessa a construção da identidade nacional por meio de uma memória que trabalha para que se mantenha com o que serve para a manutenção desse poder. O trabalho exercido na construção dessa memória nacional é o que Pollack (1992) conceitua como enquadramento da memória. Assim, ao tratar das memórias das populações negras, consideramos os diversos processos de apagamento aos quais a memória negra é submetida.

Para Gilroy (2012), as memórias das populações negras foram desfiguradas pela experiência da Diáspora. O autor britânico reflete sobre o Atlântico Negro como esse espaço instável, de permanente fluxo, em que fragmentos se entrecrocaram para formar uma cultura nova.

<sup>7</sup> Equal Justice Initiative, instituição responsável pela realização e administração do Museu do Legado. Conferir o site: <https://eji.org/>.

Culturas e identidades negras formadas a partir da experiência do Atlântico Negro têm em comum a escravidão moderna que, para além da violência física, utiliza de outras violências sociais como forma de manutenção de sua estrutura e dominação. Dessa forma, a experiência da negação das memórias coletivas vividas pela população negra e o esfacelamento dos grupos sociais rompidos pelo tráfico negreiro e constantemente interrompidos pelo terror e dinâmica comercial imposta pela escravidão provocam constantes (re)criações identitárias e culturais. Em uma perspectiva transnacional, essas reconstruções são fomentadas nessas conexões desse Atlântico Negro.

Gilroy (2012) propõe que uma análise interrelacionada entre diferentes expressões da diáspora, sem relação detida entre grupos e territórios, já que o trânsito do Atlântico Negro faz convergir manifestações de origens dissimiles e plurais. As contribuições feitas por grupos sociais e personalidades negras no decorrer da História, destacando as contribuições estadunidenses, são absolvidas como parte da identidade negra diaspórica nos diversos contextos.

No Brasil, há diferentes expressões culturais e religiosas que contribuem para o que poderíamos chamar de identidade negra brasileira, que, inseridas nessa perspectiva do Atlântico Negro, encontra vivências que se aproximam de outras, apesar das diferenças geográficas e limites nacionais. É o caso da religiosidade expressa no Candomblé e na Umbanda, religiões de matrizes africanas que encontram semelhanças de ritos e símbolos na *Santeria* cubana Cuba e no Vodou haitiano. A experiência musical, que também é tema abordado por Gilroy (2012), dá indícios de uma experiência transnacional de ritmos que não apenas possuem uma referência em comum, mas que se retroalimentam no decorrer do tempo histórico.

A leitura de uma memória negra diaspórica que propomos com base no trabalho de Gilroy (2012) diz respeito à memória que chega às Américas pelos africanos e africanas trazidos à força e pela pulverização, patrocinada pelos colonos europeus, das diversas culturas de diferentes grupos étnicos reagrupados à revelia nas Américas, e, principalmente, pelas (re)construções dessa memória a partir da Diáspora negra. Se a diáspora é algo dispersante, que pulveriza um grupo, cultura e etnia em diferentes espaços, as culturas diaspóricas (e a própria memória negra) são elementos aglutinadores, que reúnem esses diversos vestígios em torno da reconstrução daquilo que foi disperso (SIMAS, 2020). A memória negra é, pois, construída a partir dessas diversas contribuições, presentes em diferentes contextos nacionais nas Américas.

Essas reconstruções a partir da Diáspora negra vivem a dupla consciência, termo que aparece no subtítulo do livro de Gilroy. Esse conceito foi primeiramente abordado pelo sociólogo negro estadunidense W.E.B. Du Bois (1970) se refere à sensação de ter a identidade cultural dividida em diferentes partes, dificultando que o indivíduo tenha uma identidade unificada. A dupla consciência da memória negra e a construção identitária negra nas Américas oscilam entre a europeização imposta e as (re)construções afrocentradas. A dupla consciência é vivida, também, entre o se entender negro, em uma perspectiva transnacional, e a identificação nacional, como o caso dos negros estadunidenses abordados por Du Bois (1970).

Aproximando-se de Pollak (1992), Gilroy (2012) aponta que as identidades e culturas negras não estão enraizadas, estáveis. Não estão seguras em alguma construção nacional ou étnica, mas flutuam e percorrem diversos caminhos. Portanto, é indispensável pensar no caráter du-

plo que possui a memória, quando articulada a partir de uma perspectiva negra. São esses os elementos que subsidiam os projetos museográficos nesta dissertação.

Nas culturas, a ocupação territorial é prática ancestral. Para a História, a valorização de outras fontes históricas, a não ser a escrita, é mais recente. Mattos e Martins (2018) revisam as memórias do cativo a partir de uma pesquisa coletiva cujo propósito é acompanhar o movimento de emergência de uma nova memória, uma identidade particular atrelada a identidades transitórias. A Constituição Federal brasileira declara que remanescentes de comunidades quilombolas têm reconhecida a propriedade para efeitos de titulação de posse coletiva de terras tradicionais ou constitutivas de lugares da Memória.

A História Oral como fonte histórica permitiu que diversos grupos sociais, que as narrativas oficiais não alcançavam, tivessem voz dentro das construções de narrativas históricas para registrarem suas próprias histórias a partir de suas memórias. Esses novos registros permitem colocar em perspectivas assuntos cuja história tratou com olhar unilateral. O Laboratório de História Oral e Imagem, LBHOI, rede de pesquisa com sede na Universidade Federal Fluminense, segmenta seus projetos em três linhas de pesquisa: fotografia, arte, mídia; américas, política, comunidades; e memória, áfricas, escravidão. Destacamos os trabalhos feitos sobre a memória negra, em comunidades que guardam, em sua memória, tradições, culturas e resistência. Por meio das pesquisas da história oral em comunidades negras, o LBHOI constrói a história com base na experiência da escravidão e liberdade.

Assim como o Museu do Legado, o LBHOI aborda o tema da escravidão como experiência antes e pós-abolição, assumindo o período esca-

vocrata como uma das chaves para pensar a atual condição social negra. “Da escravidão ao encarceramento em massa”, subtítulo do Museu do Legado, traduz a construção narrativa feita pelo museu, contempla a experiência da escravidão, o período imediato à escravidão (era do terror racial) até os dias atuais em que há um encarceramento maciço da população negra estadunidense.

Como autores que pensam a história a partir do que é particular, o trabalho de Mattos e Martins (2018), juntamente ao LBOI, aborda a história de Paulo Vicente Machado, a partir de um único sujeito, de forma a ilustrar as trajetórias das migrações negras após a escravidão, e como a superioridade numérica da população negra se tornou característica das periferias das cidades e da região em questão.

A história de sujeitos e seus testemunhos são, portanto, fundamentais para que se possa lastrear suas origens, identificar coincidências narrativas que constituem formações históricas que sucedem a escravidão.

### 1.3 • TERRITÓRIO

Como sabemos, o território que hoje corresponde ao Brasil refere-se à porção do continente americano que recebeu maior número de africanos escravizados (RODRIGUES, 1997). Não há fragmentos ou peças dos navios empregados para esse transporte, o que somente pode ser feito por meio de relatos de artistas e viajantes estrangeiros do século XIX. Por analogia, o mesmo pode ser dito a respeito do território formado por negras e negros, após a experiência do desterro, da separação da comunidade, e o desuso da língua mater. São espaços em que se forjaram práticas e experiências mais do que marcos visuais indelévels. Essa breve

revisão tem o propósito de adensar esse problema.

O mapeamento do uso do conceito de Território nas ciências sociais, realizado pelo geógrafo Haesbaert (2007), identifica dois grandes grupos de referenciais teóricos: 1) o binômio materialismo e idealismo; e 2) historicidade do conceito, abordando tanto sua inserção histórica como seu caráter absoluto ou relacional. Dessa forma, a utilização do conceito se diferencia entre a perspectiva materialista, de um território ligado à natureza, “fonte de recurso”; e um idealismo de um território que privilegia dimensões sociais (economia, política e/ou cultural).

Em relação às dimensões priorizadas na definição de Território, Haesbaert (2007) diferencia: a) dimensão natural, biológica; b) “relação de poder, condição política do território”, ligação com o Estado nação; c) dimensão simbólico-cultural; e d) econômica. Assim como o autor, interessa-nos entender os territórios a partir de suas interseccionalidades entre suas dimensões, afinal, “é imprescindível trabalhar com território numa interação entre múltiplas dimensões sociais” (HAESBAERT, 2007, p.52)

Em uma perspectiva histórica, o território varia de acordo com seu tempo, tendo o “poder” que define o território pelas relações mediadas pelo espaço, variando de acordo com seu tempo (HAESBAERT, 2007). O território ainda pode ser lido em um caráter absoluto, “como um a priori ou coisa (substrato concreto)”, ou como relacional, como resultado das interações sociais (HAESBAERT, 2007). As referências apresentadas são usadas como uma forma combinada para construir a noção de território; “a resposta a esses referenciais irá depender, sobretudo, da posição filosófica a que estiver filiado o pesquisador” (Ibid, p. 45).

Para nosso trabalho, precisamos considerar o território como relacional, pois surge a partir das interações sociais. Quando falamos dos territórios

criados a partir das presenças negras, consideramos as relações culturais e simbólicas que essas populações desenvolvem dentro de um recorte espacial urbano. A partir daí, é necessário entender as diversas dimensões territoriais que agirão sobre o mesmo espaço para tentarmos compreender os processos de disputas que acontecem dentro desses recortes espaciais. Entre os elementos em disputas, estão os valores simbólicos e econômicos que podem legitimar presenças nesses espaços, o que nos leva a pensar nos processos de apagamentos das memórias negras nas cidades como forma de desterritorialização, ou seja, de deslegitimação de um valor simbólico e a quem ele significa sobre o espaço. Da mesma forma, consideramos as dimensões políticas e econômicas que vão dar conta dos usos desses territórios à parte dessas chaves de poder, em que a relação política e do capital interferirá nesses espaços.

Dito isso, entendemos a presença dos museus nos territórios como algo que age de forma a reforçar o caráter simbólico e político dos territórios negros. Além disso, permite identificar os lugares de memórias negras nos espaços urbanos, de forma a agir com as comunidades negras em seus contextos, e fortalecer laços entre si e com os espaços físicos urbanos, afirmando uma presença histórica das comunidades negras e suas agências dentro do espaço público.

Numa abordagem materialista, o território é um mecanismo de diferenciação do espaço, algo que restringe e diferencia grupos sociais (HAESBAERT, 2007). Para Fuini (2014), o recorte espacial que o território representa é definido a partir da relação de poder, controle, apropriação e uso. O geógrafo complementa que essas relações são definidas em termos políticos e políticos-institucionais, em termos econômicos, socioeconômicos e em termos culturais e simbólicos-imateriais

(FUINI, 2014). É importante que se faça a diferenciação entre espaço e território; o território é a porção de espaço ocupado por um indivíduo, grupos sociais ou Estado (ESPOSITO, 2003).

Para Haesbaert (2004; 2007), o território é multidimensional (político-jurídico, econômico e culturalista). Sua concepção de território parte de uma dimensão espacial e relaciona-se a processos de dominação mais concretos, de forma material. Assim como em termos jurídicos-políticos. Isso não impede que Haesbaert reconheça a apropriação imaterial, subjetiva e simbólica na construção da identidade do território.

Para Santos (2007), o território está intimamente ligado a um caráter existencial: território é o lugar para o qual convergem “todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2009). Santos afirma que território não é apenas o “conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas”; para o geógrafo, território deveria ser entendido como *território usado*, a soma do território e identidade (SANTOS, 2009). O autor continua: “território usado é o chão mais identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (ibid. p. 8).

Compreendemos, portanto, as fortes relações que os territórios, assim como a memória, possuem com a identidade de uma população negra. Nessas perspectivas, vemos os dois museus, TLM e MUHCAB, como agentes de uma ação (re)territorializante, pois, ao afirmarem lugares de memória negra em seus contextos urbanos, com percursos guiados, placas de identificação, dentre outras estratégias, afirmam valores

simbólicos e culturais diante da esfera pública.

No Brasil, mais especificamente na Pequena África, em que os territórios negros foram submetidos a processos urbanísticos higienistas violentos (GUIMARÃES, 2014; Rolnik, 2009), Sodré (2019) identifica que, apesar de a população negra ser desprovida do território físico, isto é, não exercer o poder sobre a terra, ela se inscreve no simbólico, e, nesse processo, espaços de expressão de religiosidades de matriz africana constituem o “território político-mítico-religioso”, que não é marcado, necessariamente, por uma espacialidade física, mas na relação gerada a partir da interação social. Nele, foi possível se “territorializar” na diáspora por meio de um “patrimônio simbólico, consubstanciado no saber vinculado ao culto dos muitos deuses, à institucionalização das festas, das dramatizações dançadas e das formas musicais” (SODRÉ, 2019). Assim, a Cultura Afro-brasileira, expressa nas mais diversas possibilidades, preservada pelas comunidades negras é, também, uma forma de expressão territorial.

Anjos apresenta o “território étnico” (2009) como a confluência que nos permite pensar espaços a partir do sentimento de pertencimento, racial. O geógrafo define *território* como: “um fato físico, político, categorizável, possível de dimensionamento, onde geralmente o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais simbólicas da população”. À vista disto, território étnico é o espaço construído a partir de referências de identidade e pertencimento territorial em que, geralmente, a população divide um traço comum de origem (ANJOS, 2009). Continuando, Anjos aponta que, para esse tipo de organização espacial, a opressão do sistema dominante exige uma organização e a instituição de uma autoafirmação política, social e econômica territorial. Porque tratamos aqui de duas cidades das Américas

profundamente marcadas pela escravidão negra.

Montgomery está localizada na região central do estado do Alabama, às margens do rio Alabama. Fundada em 1818, a cidade assumiu posição estratégica para economia da região, como um ponto de escoamento de mercadorias, assim como de comércio de mão-de-obra escrava. Com o crescimento da produção agrícola, principalmente de algodão, o aumento da demanda por mão-de-obra escrava provocou crescimento da população negra no Alabama, principalmente nas três últimas décadas da escravidão norte americana (EJI, 2018). A população escravizada passou de 41.879 pessoas em 1820, para 435.080 pessoas em 1860 (EJI, 2018). Estados vizinhos, como Mississippi, que dividiam estrutura econômica similar também registraram crescimento exponencial da população escravizada nas últimas décadas da escravidão nos EUA. Em relação a esse crescimento, Montgomery representou o maior local de comércio escravagista.

Os africanos e africanas escravizados chegavam a Montgomery pelo cais no rio Alabama ou pela estação de trem, ambos localizados no centro da cidade. Adjacente ao cais e estação de trem, está localizada a rua do Comércio, que recebe esse nome pelas atividades realizadas durante a escravidão. Nos armazéns localizados na rua do Comércio, os negros eram mantidos pelo espaço de tempo necessário para sua venda ou até serem encaminhados para as *plantations* da região.

Esse percurso de chegada dos negros escravizados é destacado entre os guias turísticos que buscam contar a história da cidade a partir da perspectiva histórica negra. O trajeto do cais e estação de trem aos armazéns; os marcos do início do movimento dos Direitos Civis; igrejas onde a comunidade negra congregava pela religião e

organização política, fator essencial às conquistas coletivas durante o regime de segregação; são esses alguns dos marcos território étnico de Montgomery, o território usado negro, apesar da inevitável intersecção com a memória oficial racista preservada em marcos e monumentos.

Uma das visitas ao centro de Montgomery foi acompanhada pela artista e ativista, Michelle Browder, natural de Montgomery, Browder é responsável por algumas intervenções artísticas na cidade que racializam a esfera pública. Em junho de 2020, a intervenção na *Court Square Fountain* com o dizeres “*Black Lives Matters*”<sup>8</sup> ganhou projeção nacional. A fonte era um antigo local de leilões de escravizados como veremos adiante neste trabalho. Browder é fundadora da *More Than Tours*, agência turística que se dedica a guiar visitantes pela memória negra da cidade de Montgomery e região. O roteiro proposto para a visita se iniciava pelo cais, em seguida o túnel sob os trilhos do trem em direção à rua do Comércio.

Durante a travessia do túnel, dois músicos locais reproduziram o que Du Bois (1970) chamou de *Sorrow Songs*<sup>9</sup>, enquanto Browder descrevia mitos sobre o lugar, referido como “túnel do adeus” e às músicas que eram cantadas pelos escravizados durante a passagem que antecipava a separação dos grupos e famílias provocadas pelo comércio escravagista. Após caminhar pela Rua do Comércio, mostrando alguns marcos da história local, e entre os armazéns remanescentes, a sede administrativa da EJI, assim como o TLM que está nesses antigos galpões.

A visita seguiu em direção a *Court Square Fountain*, originalmente um poço artesiano que, com o crescimento do comércio escravagista, assumiu função central como local de higiene e leilão dos escravizados, ao redor, casas bancárias. Em uma das calçadas, marco da modernidade,

há uma placa no chão, simplória, quase desaparecida, indicando o ponto de interceptação do ônibus onde estava sentada Rosa Parks, a costureira negra que, ao recusar ceder o seu lugar a um homem branco, foi presa e desencadeou o Movimento dos Direitos Civis. O tour, ainda, se dedica a outros lugares de memória negra da cidade, destacando a Igreja Batista Dexter Memorial King, onde Martin Luther King Jr. (1929-1968) liderou a comunidade negra cristã da região.

Durante todo o percurso, Browder demonstrou que a memória negra precisa ser contraposta à memória da população branca da região. A cidade de Montgomery vive dividida entre as duas lembranças coletivas: a negra, muito relacionada à escravidão e ao Movimento dos Direitos Civis; e a memória branca, igualmente relacionada à escravidão, embora remeta à conflituosidade dos Confederados. E aqui gostaríamos de ressaltar como diversos elementos se apresentam no espaço urbano.

O centro da cidade de Montgomery, historicamente, não é uma área dedicada à residência. Nessa perspectiva, tanto a população negra quanto a não negra vivem a certa distância da região central que ocupa o TLM. A prefeitura de Montgomery reconhece a área central como *Smart Code*, uma espécie de centro expandido que abrange o centro histórico, preservado em sua arquitetura ainda remanescente dos tempos da escravidão, e regiões adjacentes como a sede da política do Estado do Alabama, e áreas majoritariamente comerciais e institucionais, além de zonas menores nos arredores do *Smart Code*. Apesar de não ser um centro eminentemente residencial, ainda assim é possível perceber uma centralidade das áreas residenciais brancas em relação às áreas negras, que, no capítulo 3, apresentamos a partir de três vizinhanças historicamente negras: Centennial Hill, King Hill e West Montgomery.

**Mapa 1: Montgomery: Smart Code (centro)**

Fonte: gráfico elaborado pelo autor.



**Legenda**

- 1 Museu do Legado
- 2 Porto/Cais
- 3 Estação de Trem
- 4 Capitólio do estado do Alabama
- Centro da Cidade

<sup>8</sup> *Black Lives Matter* é um movimento social norte americano iniciado em 2013 a partir da morte brutal do jovem Trayvon Martin, e que reverbera no Brasil com o movimento Vidas Negras Importam. Ambas são organizações negras que lutam contra o genocídio das populações negras promovido pelas forças do Estado. Consultar, por exemplo, o site <https://blacklivesmatter.com/> e, no Brasil, <https://vidasnegrasimportam.changebrasil.org/>

<sup>9</sup> *Sorrow Songs* são canções culturalmente negras ligadas aos cantos que os negros escravizados costumavam entoar durante a escravidão.

## Mapa 2: Montgomery: marcações Movimento dos Direitos Civis e Guerra Civil

Fonte: gráfico elaborado pelo autor.

### Marcações Movimentos de Direitos Civis

- 6 Porto e Parque Rio Alabama
- 7 Comércio Doméstico de Escravos
- 8 Armazém de escravos de Montgomery
- 9 Cinco Pontos
- 10 Juiz Frank M. Johnson: Justiça Judicial na Era da Segregação
- 11 Mercado de Escravos
- 12 Parque Rosa Louise McCauley
- 13 Depósito de Escravos

### Marcações Guerra Civil (Confederação)

- 14 Prisões Militares da Guerra Civil
- 15 Primeiro Escritório do Governo
- 16 Primeira Casa Branca da Confederação
- 17 Telegrama que começou a guerra entre os Estados
- 18 Departamento de correios Confederado dos Estados da América
- 19 Escola Barney
- 20 Capitólio do estado do Alabama
- 21 Casa Branca



Identificamos, no território central da cidade de Montgomery, três locais importantes das memórias em disputa: os acessos, cais e estação de trem; a fonte da “Court Square”, local onde aconteciam os leilões e vendas dos escravizados, e que, desde 1885, em um processo de apagamento da memória pública, foi construída uma fonte com motivos mitológicos gregos, e que fora doada pelos franceses; por último, o Capitólio de Montgomery, sede do poder político. A cidade de Montgomery, capital do Estado do Alabama, sediou, também, a primeira capital dos exércitos Confederados contra a União dos Estados Unidos durante a Guerra de Secessão. Guarda a memória “heróica” daqueles que lideraram as tropas do Sul, apesar de revisão recente os terem retirados – fisicamente – dos pedestais aos quais ocupavam. Na região marcada por esses equipamentos urbanos destacados, configura-se o centro da cidade e estão concentrados os principais empreendimentos imobiliários.

Em relação à paisagem urbana de Montgomery, estão marcadas as duas memórias. A respeito da cidade, é possível encontrar sinalizações, monumentos, museus e memoriais que dividem o espaço público entre a memória negra e a confederada. A contradição na paisagem urbana de Montgomery, a qual os geógrafos Alderman e Inwood (2020) se referem em seu artigo, é exemplificada nas duas sinalizações existentes a poucos metros de distância na avenida Dexter: de um lado, próximo à Igreja Batista onde pregava Dr. Martin Luther King Jr., a sinalização em mármore comemora a marcha de Selma para Montgomery como um marco da luta pelos direitos civis; ao outro lado da rua, uma sinalização idêntica comemora a cidade de Montgomery como a primeira capital dos Confederados (ALDERMAN e INWOOD, 2020).

Dessa forma, o espaço urbano é disputado entre uma memória historicamente marcada no espaço urbano e uma “nova”, emergente, que conta com agentes políticos como a EJI e Browder para disputar a esfera pública da memória.

Voltando a refletir sobre nosso outro objeto de análise, o MUHCAB. A cidade do Rio de Janeiro vive sob a dualidade da lógica morro-asfalto<sup>10</sup>: as tensões raciais, presentes desde a escravidão, são parte da justificativa do processo de periferização da população negra na cidade. “Como no Brasil, a questão racial ‘não existe’, os conflitos aparecem mais como tensões territoriais do que como tensões raciais” (ROLNIK, 2009, p. 85). As demarcações territoriais, representadas nos indicadores raciais das populações nos bairros, são um demonstrativo da segregação racial existente na cidade do Rio, onde “sobrou para os negros o pior, ou seja, a periferia insalubre e os morros” (SODRÉ, 2019), enquanto bairros da zona sul carioca, mais valorizados, registram população majoritariamente branca.

A presença negra na capital carioca sempre foi marcada pelos conflitos territoriais e por sua resistência, desde o ato de fundação da cidade. Dois milhões de africanos aportaram na cidade do Rio durante o século XVIII, principalmente na segunda metade, por motivo do aumento da demanda da mão-de-obra escrava com a descoberta das minas (MOURA, 1995). Esse fluxo escravagista permaneceu no século XIX com a cultura do café no sudeste brasileiro, além da migração negra da Bahia para a cidade. (Ibid.). A estimativa é que o Brasil tenha recebido, pelo menos, 40% dos negros sequestrados de África para as Américas; desse número, cerca de 60% entraram pelo Rio, sendo o Cais do Valongo o maior comércio escravista das Américas (IPHAN, 2016). O Cais do Valongo foi construído em 1811, na região do Va-

<sup>10</sup> Morro e asfalto são expressões populares para distinguir a favela e seus moradores (morro) daqueles que moram em áreas residenciais privilegiadas pelas ações do estado (asfalto).

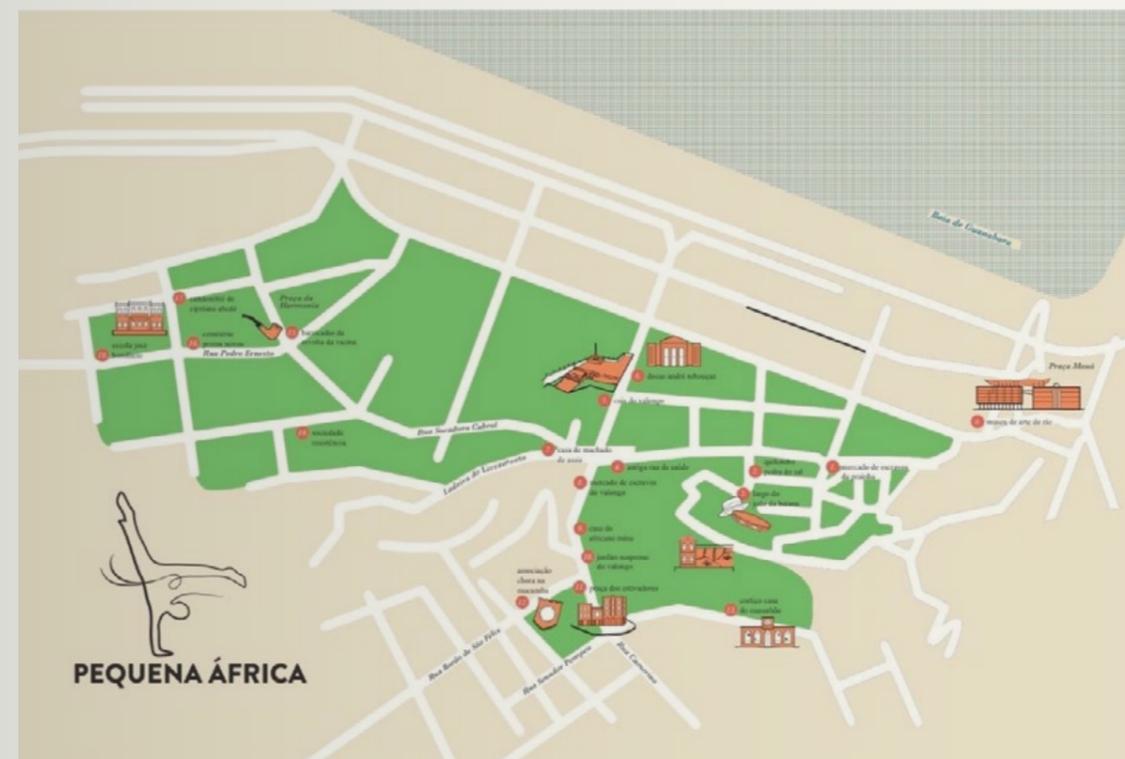
longo, onde já se recebiam, com exclusividade, os navios negreiros na cidade do Rio desde 1774. O cais funcionou até o ano de 1831, mas, mesmo com a proibição do tráfico negreiro, a região permaneceu como local do mercado escravagista carioca. (IPHAN, 2016).

A região portuária do Rio é habitada por uma população majoritariamente negra. Desde a existência do Cais do Valongo, a população

negra se manteve na região pela possibilidade de renda associada à atividade do porto e pelo baixo valor da terra, por ser uma parte isolada das zonas nobres da cidade. O termo “Pequena África”, cunhado pelo artista Heitor dos Prazeres (1889-1966), faz referência a à grande presença negra na região. A “Pequena África, que se estendia do entorno da Praça Mauá até a Cidade Nova” (IPHAN, 2016).

### Mapa 3: mapa circuito Passados Presentes: Pequena África

Fonte: passados presentes: memória da escravidão no Brasil<sup>11</sup>.



**11** Projeto **Passados Presentes: memória da escravidão no Brasil**, é realizado pelo LABHOI/UFF com coordenação de Hebe Mattos (LABHOI/UFF). Disponível em: <http://passadospresentes.com.br/site/Site/index.php>.

#### Marcações Movimentos de Direitos Civis

- 0 Museu de Arte do Rio – MAR
- 1 Mercado de escravos da Prainha
- 2 Quilombo da Pedra do Sal
- 3 Largo João da Baiana
- 4 Antiga Rua da Saúde
- 5 Cais do Valongo
- 6 Docas André Rebouças
- 7 Casa de Machado de Assis
- 8 Mercado de Escravos do Valongo
- 9 Casa do Africano Mina
- 10 Jardim Suspenso do Valongo
- 11 Praça dos Estivadores
- 12 Associação Cora na Macumba
- 13 Cortiço – Casa do Maranhão
- 14 Sociedade Resistência
- 15 Barricadas da Revolta da Vacina
- 16 Cemitério dos Pretos Novos
- 17 Candomblé de Cipriano Abedé
- 18 Escola José Bonifácio

A abordagem territorial feita pelo MUHCAB, como museu de território, surgiu da ideia de Pequena África. O território é abordado como fonte histórica da memória da escravidão, assim como testemunha da criação identitária e cultural da população negra carioca. O território que guarda, em sua arquitetura, os vestígios da chegada dos africanos também preservam a memória da construção cultural feita a partir dos encontros dessa população. Lugares de memória como as casas de zungus<sup>12</sup>, os terreiros de religiões de matrizes africanas e as casas das Tias Baianas foram locais símbolos da sociabilidade e articulação política e cultural da população negra criadas a partir da Diáspora. O livro "Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro" (MOURA, 1995) ressalta a importância da migração negra baiana no século XIX, a *diáspora baiana*, para a construção social negra da região. A população negra que saíra da Bahia em direção ao Rio em busca de condições melhores de vida e motivada pelo crescimento da cultura do café, principalmente no Vale do Paraíba, era acolhida na Pequena África (Ibid.). Por ali, muitos permaneciam, a chegada dos baianos ao Rio reforçou manifestações culturais e religiosas de matriz africana na região.

Para além da construção social negra da Pequena África, o território é marcado por um constante processo de disputa territorial e desterritorialização da população negra. Entre planos e reformas urbanas aplicados na região, o “Bota-Abaixo”, da Prefeitura de Pereira Passos (1902-1906), é uma das principais reformas que redimensionam a presença negra na região. A reforma higienista de Passos foi fortemente marcada pelo desejo de “civilização” da sociedade brasileira, o que corresponde à importação vagamente mediada das ideias europeias. Silva e Coelho (2018) demonstram, cartograficamente, o impacto das reformas na presença negra da região.

**12** Casas de zungus eram espaços onde se servia alimentação aos africanos e seus descendentes, mas também eram um importante espaço de convivência e organização social, assim como de consolidação cultural e identitária.

### Mapa 4: mapa da presença negro no centro do Rio de Janeiro

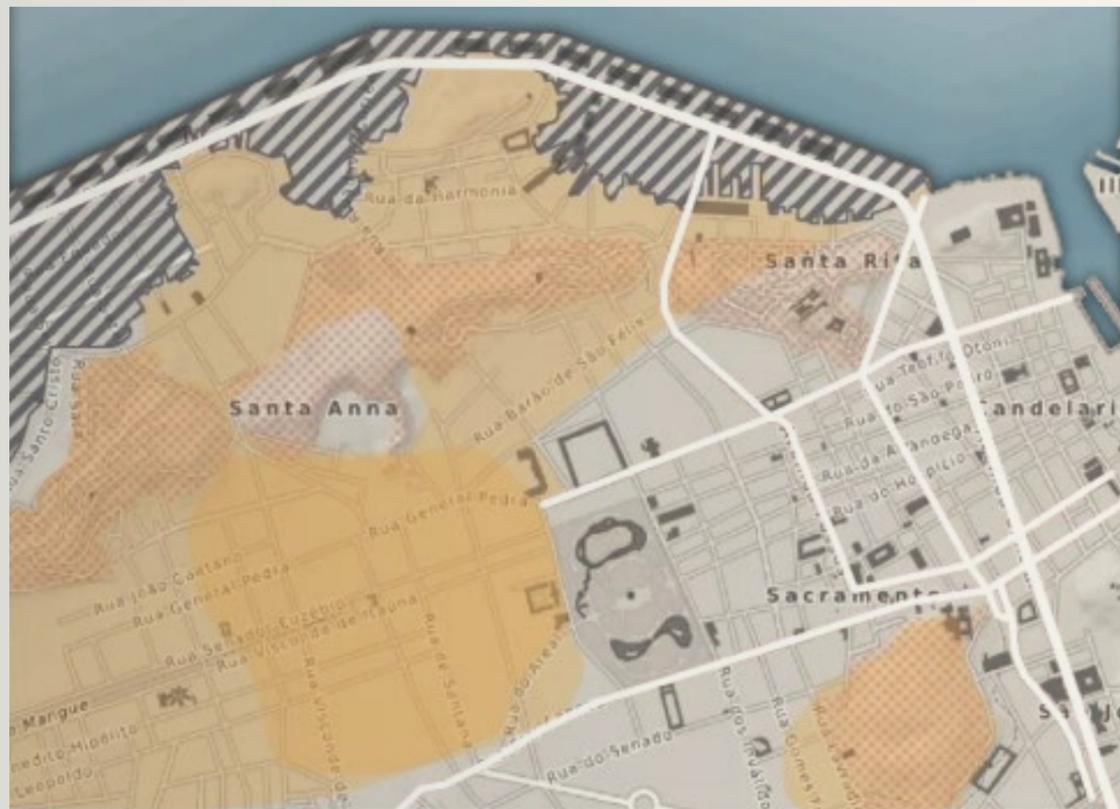
Fonte: Silva e Coelho (2018)



1890

Mapa 5: áreas de intervenção na Reforma Pereira Passos  
Fonte: Silva e Coelho (2018)

**1902 – 1907**



Mapa 6: área influenciada pela abertura  
da Avenida Presidente Vargas  
Fonte: Silva e Coelho (2018).

**1940 – 1942**



Pela representação gráfica apresentada, é possível ver o processo de segregação ao qual a Pequena África foi submetida. Identificam-se vários movimentos migratórios em direção ao bairro da Cidade Nova, dali para São Cristóvão, e, por fim, para a Baixada de Irajá, nos mangues entre o porto da Penha e a Serra da Misericórdia, onde, posteriormente, se fixaram grandes conjuntos de favelas do Rio de Janeiro.

Ao longo de décadas, práticas urbanísticas de caráter coercitivo se sobrepuseram a um agenciamento de espaço com graves prejuízos para a população negra. Consoante Fridman (1999), a propriedade fundiária no porto carioca se deu por um processo de acumulação de territórios que teve grande participação das ordens religiosas como agentes modeladores do espaço urbano. Os religiosos construíram e alugaram moradias com o emprego de mão de obra de escravizados e seus descendentes. Estes, por sua vez, eram incapazes de arcar com os custos de moradia. Essa segregação espacial, figurada nas classes de renda e, conseqüentemente, racial, induziu a classificação de sujeitos de acordo com seus hábitos e práticas espaciais. O estigma figurado na ideia das chamadas “classes perigosas” resultou em ações de controle e supressão de expressões culturais nas ruas, por exemplo, a capoeira e práticas ritualísticas associadas a cosmologias diversas.

Historicamente, os estigmas que daí resultam beneficiaram a ação de segmentos privados na configuração do espaço e extração de benefícios decorrentes de atividades produtivas. Essa relação ganha corpo em épocas sucessivas, atingindo ponto de saturação significativo no final dos anos 1990. O empreendedorismo urbano (VAINER, 2000) ganha força com os investimentos que visavam à realização dos grandes eventos da Copa do Mundo de Futebol masculino e os Jogos Olímpicos

de Verão. Com efeito, o Porto se restabeleceu como região de acumulação do capital, com base no contestável “vazio” demográfico e na necessidade de ocupação e preenchimento de novos equipamentos, como o caso do Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, produzindo novo sentido para o local (GONÇALVES; COSTA, 2020).

Entre essas intervenções, a mais recente intervenção foi o projeto Porto Maravilha (2011), que tentou promover um redesenho da paisagem voltado para atrair interesse de grandes investidores para a região. Nesse contexto, Guimarães (2014) reflete como o Estado mobiliza a ideia de Pequena África como um produto cultural, apesar de diversas intervenções dos Estados não contemplem as populações negras às quais se referem esses laços culturais afro-brasileiros.

Ao tentarmos compreender esses territórios negros, no Rio de Janeiro e em Montgomery, percebemos que as marcas dessas presenças negras nem sempre estão associadas a uma história fácil de ser lembrada, mas que, apesar da dor, precisa ser acessada, como nos ensina Maya Angelou (1993). Esses territórios são testemunhas de grandes organizações sociais mobilizadas pelas populações negras que se fazem presente apesar de qualquer esforço de invisibilização pela articulação clara e consciente entre segmentos governamentais e representantes do capital privado. São memórias muitas vezes não contempladas pelos arcos historiográficos consolidados e amplamente difundidos, mas que podem ser usadas como instrumento de barganha e manipulação territorial, como Guimarães (2014) discute em relação à (re)construção social da ideia de *Pequena África* em que costumes e culturas negras, às vezes, são usados como fator depreciativo ao território. Por outras vezes a cultura negra surge como ponto de valorização, e que não necessariamente, be-

neficia a própria população negra.

Nos dois territórios abordados, apesar dos eventuais soterramentos, físico como o Cais do Valongo e simbólico como a não preservação da história negra no espaço público, esta *memória subterrânea* negra, é utilizada pelos museus, a partir de certa dimensão de oficialidade da qual fazem parte, e trazem a público a experiência negra da escravidão e liberdade nos respectivos territórios, a partir de seus lugares de institucionalidade.

Portanto, nesses territórios, Pequena África e centro de Montgomery, a experiência da escravidão está indissociável da experiência urbana que é permeada pelas memórias remanescentes deste período. Mesmo com diferentes formas de invisibilidade e apagamentos de suas memórias e contribuições negras das narrativas oficiais, prática comum nos dois contextos estudados, os museus agem de forma a preservar e resgatar a história e os laços culturais com os quais aproximam as comunidades negras dos seus contextos territoriais. As agências dos museus ao interseccionar a História oficial, a História negra e suas comunidades constituem ações de inserção territorial/ expressão territorial, isto é, ações que, em perspectiva interseccional de Haesbaert (2007), caracterizam o território a partir de valores socioculturais e relação de poder, ao passo que reforçam a relação de identidade das comunidades com o espaço urbano, assim como dialogam com o poder público e suas intervenções urbanas.

Dessa forma, nos permitimos tecer relações com três pontos descritos nessa seção: a) do território marcado pela experiência da escravidão; b) da particularidade referida entre as duas cidades, Rio de Janeiro e Montgomery, uma que atualmente vive na tensão entre duas memórias opostas que dividem o espaço público; e outra que vive o processo de dessoterrar as memórias

negras e afirmar as territorialidades para além dos estigmas urbanos; e c) como os museus abordam a presença e memória negra em seus contextos. Em conjunto com as reflexões sobre território e memória negra, é fundamental refletir sobre a raça, e sobre as questões interseccionadas nesses dois termos.

## 1.4 • PROBLEMA

No Quadro 1, apresenta-se uma síntese das questões discutidas até aqui, que formam o referencial teórico deste trabalho. Buscamos com isso nos guiar nas análises dos museus a serem apresentados.

No capítulo seguinte, desenvolveremos nosso argumento com base em projetos de museus negros, relacionando a memória da escravização. Entendemos como um processo que envolveu lutas pela liberdade, modos específicos de se apropriar dos espaços urbanos com repercussões em sua configuração territorial.

Quadro 1: questões de pesquisa

<b>Questão Central</b>		
<b>Como a arquitetura se relaciona com a memória?</b>		
<b>História</b>	<b>Cidade</b>	<b>Museu</b>
<i>Os lugares de memória criados a partir da escravidão negra são registros urbanos deste período. Podemos pensar no apagamento histórico a partir da invisibilização desses lugares de memória na cidade?</i>	<i>A escravidão é marca incontestável nas cidades abordadas. Quais são os registros ou espacialidades criadas na arquitetura a partir da presença negra?</i>	<i>Os museus estudados abordam a escravidão como princípio para pensar a condição social e territorial da população negra. Como essa arquitetura dialoga com essa visão?</i>
<b>Desdobramentos</b>		
<b>Como os museus estudados abordam a experiência negra em seus contextos?</b>		
<i>Quais são os registros da memória negra apresentados por essas instituições e quais os mecanismos utilizados para esta apresentação.</i>		
<b>Qual é o impacto dos museus estudados no território?</b>		
<i>Como as ações dos museus extrapolam seus espaços arquitetônicos e impactam no território usado? Como a abordagem histórica realizada pelos museus se relaciona com o presente das populações negras de seus contextos?</i>		

## CAPÍTULO 2 OS MUSEUS E AS MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO & LIBERDADE

Como ressaltamos na introdução, este trabalho é motivado pelo interesse em somar esforços para o diálogo entre as pautas raciais e o campo das ciências sociais aplicadas, nomeadamente nos estudos em Arquitetura. Nessa área, é possível identificar número crescente de produções acadêmicas que estudam a cidade, dando relevo para as diferenças raciais entre trechos urbanos. Em um país com dimensões continentais como o Brasil, as cidades foram produzidas a partir de diferenças históricas significativas. Carvalho (2018) aborda como a exploração do trabalho de escravizados e seus descendentes libertos foi fundamental para a construção das cidades. O autor descreve como a posse da mão de obra não remunerada contribuiu para que as cidades se tornassem “negras”, principalmente em áreas litorâneas.

As cidades brasileiras vivem o tensionamento racial desde sua origem. Porém, seus conflitos raciais foram, por muito tempo, invisibilizados e abordados como tensões territoriais amparadas por critérios de classe (ROLNIK, 2009, p. 87). O não reconhecimento da Raça como valor socioanalítico dentro da cidade impossibilita entender a diversidade de experiências que são pautadas com base nessa diferença racial. Recortes econômicos ou de gênero não conseguem contemplar algo que

não os compete: a diferenciação racial. Seguimos o entendimento de Pereira (2015), que traz a partir do “Corpo, Discurso e Território”, as interseccionalidades fundamentais para entender a experiência urbana e arquitetônica de uma intelectual como Carolina Maria de Jesus (1914-1977), mulher, negra, periférica, favelada, migrante; ela é o conjunto complexo de experiências e não apenas uma (ou uma por vez). Da mesma forma, a cidade é um local complexo e contraditório, onde é preciso considerar diversas lentes sobre o mesmo espaço. Aqui buscamos olhar os espaços urbanos e arquitetônicos através do conceito de Memória e Território vinculados à Raça.

Portanto, os museus aparecem como esse lugar que, ao tratar de uma *memória sensível* como a escravidão, transita entre um caráter educacional e reconciliador com o passado. Mas reconciliação não é reparação, não diz sobre sua superação ou esquecimento contrário. Constitui, especialmente, uma maneira de ver a dor ancestral com a possibilidade de olhar para o passado e entender suas atuais consequências.

A tipologia de museus estudada nesta dissertação aborda memórias sensíveis, oriundas das interações humanas, e baseadas na hierarquização racial, ou seja, museus que abordam os racismos e suas consequências. Ao tratarem de crimes contra a humanidade, escravidão, holocausto, como objeto museal, acionam subjetividades de uma memória dolorosa e que ainda impactam a sociedade. É preciso que se olhe com rigor para a história e se respeitem os milhões de vítimas dessas violências.

A arquitetura, por sua vez, assume a interlocução entre a intenção museal e o visitante. Às vezes, a arquitetura é remanescente do fato histórico, como no caso da Casa dos Escravos no Senegal, onde um antigo cárcere de escravizados é, atualmente, um museu que conta aquela história de exploração. A arquitetura também opera o propósito de discutir uma memória sensível como o Museu do Apartheid. Além disso, a arquitetura pode ser o próprio acervo, como no caso dos museus território, como o MUHCAB.

A memória sensível nos casos a serem observados esta relacionada à violência como parte integrante. A respeito da recobrança da violência no próprio local, Lima (2018) argumenta sobre a maior facilidade de compreender as narrativas históricas criadas por meio da ponte no tempo possibilitada pelo lugar. “O trânsito entre o passado e o presente, mobilizado pela história trazida pela evidência do patrimônio material, pode ser realizado com muito mais efetividade” (LIMA, 2018)

Wilkerson (2021), ao abordar a experiência alemã com a memória do nazismo, relata como esta afeta e se faz presente no cotidiano do país, e

reforça a “indiscutível necessidade de se lembrar” os lugares de memória relacionados ao holocausto. A autora reforça os esforços de não se deixar esquecer com a memória do aviso na estação de metrô de Berlim em que deixa claro: “lugares de horror que jamais devemos esquecer” (WILKERSON, 2021, p. 354). Os museus abordados a seguir seguem a mesma linha de pensamento em relação à necessidade de realce da memória desses lugares, relacionados à escravidão.

Na placa a que Wilkerson se refere estão gravados alguns nomes de campos de concentração nazista, onde milhares de pessoas foram assassinadas; entre os nomes listados, está o atroz campo de extermínio de Auschwitz, que se junta ao Cais do Valongo como patrimônio mundial pela UNESCO, na categoria de sítio de memória sensível. O crime contra-humanidade aproxima os dois lugares de memória. De certa forma, a experiência do trauma social da escravidão cria conexões entre os museus negros que dialogam dentro da perspectiva da diáspora negra.

O conceito de diáspora se torna relevante, pois, mesmo que as instituições de memórias apresentadas neste capítulo não estejam localizadas na diáspora negra, ou seja, fora de África, são referências relevantes por marcarem importantes memórias sensíveis da experiência negra que se conectam em uma perspectiva transnacional, de uma partilha entre as populações negras que se dão no fluxo do Atlântico Negro. Os museus a serem apresentados abordam desde a partidas dos tumbeiros europeus e suas expedições, ao embarque e o último contato das pessoas negras com seu lugar de origem, aos registros subterrâneos daqueles que não completaram a travessia, e o impacto em tempos mais próximos de um sistema políticos baseado em uma construção social a partir da escravidão, o Apartheid. Para além do referencial arquitetônico, esses museus e memoriais trazem uma possibilidade diversa de diálogos de memórias negras que são localizadas desterritorializadas de África, na diáspora.

Retomamos Gilroy (2012) para refletir sobre o que poderiam ser essas conexões entre as narrativas negras a serem apresentadas dentro da modernidade (narrativas negras que resultam da experiência da modernidade, ou da colonização se preferirmos). Para o autor, a diáspora negra rompe os vínculos entre lugar e o indivíduo, isto é, a ideia de identidade enraizada, ligada a um território nacional. Gilroy sugere que a diáspora vence as barreiras do Estado-nação como fundamento identitário e que a população negra (re)cria vínculos baseados em um fluxo transnacional. Nesse conceito, as trocas culturais que se dão nos encontros diaspóricos do Atlântico Negro estão desterritorializadas, são formas geopolíticas e geoculturais

que se influenciam em sentido múltiplo. Em outras palavras, os grupos são influenciadores e influenciados dentro do fluxo transnacional. Gilroy usa o exemplo da música para representar essas trocas.

Com base nessa perspectiva diaspórica, pensamos os museus como uma possibilidade de diálogo com a história negra, mas, de forma atenta, como uma possível armadilha que possa surgir por meio da relação museu-raça. Para Millet (2018), os museus são instituições que, historicamente, serviram à ideologia da cultura dominante e, mesmo reconhecendo virada ao impacto social da instituição museu, a autora alerta riscos nessa relação. A cultura dominante tem a capacidade de absorção de culturas não-dominantes, incluindo manifestações de caráter contestatório ou marginal. Ao ser absorvidas, estas outras culturas seriam mitigadas pela cultura dominante como forma de evitar confronto (MILLIET, 2018). No caso das narrativas e culturas negras, há risco de incorporação de algumas características da cultura dominante, sem que essa incorporação se reflita em mudanças efetivas nas estruturas sociais hierárquicas.

O alerta feito por Milliet está relacionado à construção imagética na narrativa social de museus com foco em artes plásticas, algo que não é objeto central deste trabalho. Entretanto, trazendo tal preocupação aos museus de narrativas históricas, podemos pensar como a experiência é mobilizada e encontra reflexo no impacto social, ou se a memória sensível abordada se limita à instituição como um espaço temático e não reflexivo. Neste momento, reconhecemos a importância de tal questionamento, que pode ser abordado em pesquisas futuras. Como a relação entre um museu de memória sensível, como o Museu do Apartheid, se incorpora a um comple-

xo de parque temático de diversão e cassino em Joanesburgo na África do Sul.

A possibilidade de (re)construção imagética das populações negras por meio dos museus, isto é, a possibilidade de valorização identitária em uma sociedade racista — e cassista<sup>13</sup> — não é recente. A luta contra a reprodução da imagem subalternizada e sem agência própria das populações negras permeia tanto o movimento ativista negro no Brasil quanto nos Estados Unidos. No contexto brasileiro, destacamos a agência do intelectual e multiartista Abdias do Nascimento<sup>14</sup> (1914-2011) que, de 1950 a 1968, fundou e foi curador do Museu de Arte Negra (MAN). Encerrou suas atividades pelas repressões sofridas durante a ditadura militar (NASCIMENTO, 2002). Atualmente, o museu se engaja em esforços para, finalmente, ter sua sede física permanente. A atitude de Nascimento representa um pioneirismo relacionado à museologia nacional que insere o negro no centro do discurso narrativo das artes, “colocando-os em igualdade de condições com obras de artistas brancos do Brasil e de outros países” (CASTRO, 2021, p. 188). Nascimento (1968), ao registrar as intenções do Museu de Arte Negra, assevera que o museu vai além de acervo, se transforma em “instrumento de pesquisas no amplo e vasto universo cultural afro-brasileiro”, valoriza o típico, o autêntico, o significativo e o específico da arte brasileira que vem da “emoção, da sensibilidade do negro”, traduzida em manifestação artística (NASCIMENTO, 1968). No MAN, “está implícito o empenho de uma revalorização simultânea das fontes primitivas e seu poder de fecundar a manifestação artística do povo brasileiro” (NASCIMENTO, 2002, p. 147)

Ao se aproximar das palavras de Milliet (2018), em “O Quilombismo”, Nascimento (2002) se retifica por sua escrita passada apresentar es-

<sup>13</sup> O termo *cassista* está relacionado aos esforços desprendidos, por parte dos grupos sociais dominantes, contra a mobilidade social grupos inferiorizados na escala de hierarquização social. Segundo Wilkersons (2021), a manutenção do sistema de castas, o cassismo, mantém a hierarquia social vigente e, assim como o racismo, impacta negativamente populações negras que são sistematicamente prejudicadas enquanto grupo social.

<sup>14</sup> Abdias do Nascimento (1914-2011) foi escritor, dramaturgo, poeta, artista plástico e ativista pan-africanista. Além de fundar o Museu de Arte Negra, Abdias fundou o Teatro Experimental do Negro (1944), foi o primeiro senador negro do Brasil, e por sua trajetória indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2010. Sua bibliografia detalhada consta no Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros. Ela está disponível em: <https://ipeafro.org.br/ipeafro/missao/>. Acesso em: 05 de jun. 2021.

<sup>15</sup> Museu Internacional Afro-Americano (tradução nossa). Título original: International Afro-American Museum

perança na compreensão da magnitude do projeto do MAN dos “meios oficiais”, da sociedade “branca” brasileira, que, em sua opinião, ou ainda está sob a influência da mentalidade escravagista, ou procura a manutenção de seus benefícios por meio de práticas capitalistas que exploram os afro-brasileiros (NASCIMENTO, 2002). O museu negro, nesse sentido, tem seu desafio no encontro com a oficialidade. Às vezes, a oficialidade pode absorvê-lo esvaziando sua potência, ou representa o impedimento de sua existência. Nessa chave de leitura, a existência do TLM e do MUHCAB pode se dar dentro da oficialidade, ou, apesar da oficialidade.

O Museu Negro é tema importante, abordado por Wilson (2012), no contexto norte-americano. A autora identifica a criação de um dos primeiros museus negros norte-americanos. Na década de 1960, o Museu Internacional Afro-Americano<sup>15</sup> (IAM) de Detroit-MI. O museu negro estava ligado ao progresso e à valorização das comunidades negras, a possibilidade de exibir e axaltar sua cultura nesses espaços. Ao relatar a saga dos ativistas negros que intencionavam a criação do IAM, Wilson (2012) destaca a intenção das pessoas envolvidas: o sentimento entre os envolvidos era que o museu negro dialogaria com a identidade negra local e, pretensiosamente, internacional. O médico e ativista Dr. Charles Wright, que liderou a criação do museu, acreditava que a instituição formaria uma nova identidade negra emancipada, liberta da submissão social, destacando a agência das populações negras na história, e controle sobre suas próprias instituições (WILSON, 2012).

O desejo por uma nova identidade negra, em que o museu seria parte integrante desse processo de criação, está relacionado a um contexto maior de ativismo pelo movimento por Direitos Civis

aos negros norte-americanos, iniciado em Montgomery. Com rápido caráter nacional, tal mobilização promove contraposição de representações estereotipadas e racistas das populações negras. A reconstrução subjetiva da consciência negra e identidade negra se dá no processo de empoderamento dos negros, que passam a ter controle social sobre si (MERCER, 1924. apud, WILSON, 2012). Slogan como *Black Is Beautiful* (Negro é Lindo), e *Black Power* (Poder Negro), associados a importantes movimentos ativistas negros, são exemplos dessa nova agência própria que empodera a população negra (Idem). Assim como Moura (2019) identifica na imprensa negra o termo raça como caráter agregador, os slogans atribuem à raça um valor desejável: Orgulho Negro.

Os fundadores do IAM mudaram as fundações culturais em que os negros norte-americanos baseiam sua identidade coletiva através do museu (WILSON, 2012). Tanto o MAN quanto o IAM apresentam a importância do museu negro como fator identitário das populações negras. Reconhecem o caráter celebrativo cultural e de poder social, capaz de transformações significativas, e buscam instrumentalizar o museu a favor das populações negras, dando outro sentido à história negra. Essas abordagens negras sobre o museu antecedem o marco da Mesa Redonda de Santiago de 1972 que lança um olhar de responsabilidade social sobre as instituições museais, capaz de reparar danos (BRULON, 2020). Os museus abordados neste capítulo, assim como o MUHCAB e TLM, pertencem a um movimento museológico que mobilizam seus recursos museais a fim de provocar impacto social, deixando de servir exclusivamente às narrativas hegemônicas. São partencentes a nova museologia.

O movimento da Nova Museologia, que surgiu a partir de questionamentos às práticas mu-

seológicas tradicionais da segunda metade do século XX, a *Sociomuseologia*, é uma escola de pensamento acadêmico da nova museologia, o qual amplia as noções de patrimônio da museologia tradicional e adiciona a possibilidade de museu enquanto construção coletiva (OLIVEIRA, 2015, p. 42). A *sociomuseologia* se conecta ao MUHCAB como um museu de território, que intenciona a interação com a comunidade presente em seu contexto. Tanto o MUHCAB quanto o Museu do Legado, como projetos educacionais, salvaguardam memórias sensíveis como ferramenta de mudança social.

O (ICOM) Conselho Internacional de Museus dá indícios de uma atenção ainda maior para o caráter social das instituições museológicas, afirmando o engajamento comunitário e a potência que tem para induzir mudanças sociais. A nova proposta de atualização da definição de museus do ICOM foi submetida, em setembro de 2019, para assembleia extraordinária em Tóquio, porém teve sua votação adiada. A respeito dos eixos do documento, nos interessam, nessa abordagem: a) os museus como espaços “democratizantes, inclusivos e polifônicos para um diálogo crítico sobre o passado e o futuro”, onde os conflitos e desafios do presente são reconhecidos e enfrentados e onde artefatos e espécimes são salvaguardados e servem de “memórias para as futuras gerações [...] garantindo direitos iguais e acesso igual ao patrimônio para todos os povos”; b) instituições participativas e transparentes, sem fins lucrativos, que “trabalham em colaboração ativa com e para várias comunidades, a fim de coletar, preservar, investigar, interpretar” percepções de mundo, “com o propósito de contribuir para a dignidade humana e justiça social, para a igualdade mundial e bem-estar planetário”. (ICOM, 2019).

Conforme definição vigente do ICOM, oficializada em 2007 na Assembleia Geral de Viena, Áustria:

[...] um museu é uma instituição permanente e sem fins lucrativos, aberta ao público a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, em que são adquiridas, conservadas, pesquisadas, comunicadas e exibidas as heranças tangíveis e intangíveis da humanidade e seu ambiente, com propósitos educativos, acadêmicos e de entretenimento. (ICOM, 2019)

Essa nova definição de museu levada para votação pela ICOM revela sentidos importantes para a (des)construção desses espaços: diversas memórias, direitos iguais e acesso igual, colaboração ativa, expansão dos entendimentos do mundo, dignidade humana e justiça social. Explícita a intenção em tratar os museus como agentes sociais, capazes de influenciar em realidades distintas, e, sobretudo, superar as hegemonias da memória e história que partiam (e ainda partem) dos interesses dominantes.

Para isso, é preciso que se compreendam, profundamente, os contextos sociais de ação dessas instituições para que elas sejam efetivas, “finçar o pé na realidade é a condição básica para que o museu assuma uma postura consequente, a de agente de transformação social” (MILLIET, 2018). A seguir, analisaremos alguns museus que abordam memória sensível, com temas relacionados a crimes contra a humanidade, como a escravidão. Construiremos nossa análise com base nas seguintes categorias:

- breve histórico dos lugares em que o museu se insere;
- contexto atual e relação do museu com o entorno;
- projeto expográfico/museográfico.

## 2.1 • MUSEU DO APARTEID — (JOHANESBURGO-ZA)

O Museu do Apartheid localiza-se na cidade de Johannesburgo. Essa cidade, terceira maior cidade em população da África do Sul, foi estabelecida em 1886 e cresceu a partir da exploração de minério, abundante na região. Johannesburgo viveu o *apartheid* em que dividiu racialmente a cidade, destinando áreas para a população negra e áreas exclusivas para população branca. Como resultado, a cidade acentuou as diferenças sociais existentes entre as duas populações. O regime de segregação racial, oficialmente instituído, durou de 1948 a 1994. O fim do regime foi resultado do movimento de resistência liderado pelo ANC – The African National Congress, no qual Nelson Mandela, Oliver Tambo e Walter Sisulu fizeram contribuições fundamentais ao movimento. Atualmente, a cidade vive a reconciliação com seu passado segregacionista.

A proposta de criação do Museu do Apartheid partiu do consórcio Akani Egoli, que venceu a concorrência para construção de um cassino na periferia da zona central de Johannesburgo. O museu é registrado como empresa de benefício público e seu edifício faz parte do complexo construído do Gold Reef City, que abriga o museu, o cassino, e um parque temático de diversões (APARTHEID MUSEUM, 2011), uma incongruência que diminui a potência do projeto (SLESSOR, 2011). O museu foi inaugurado em 2001, sendo a *GAAP Architects e Urban Designers* o escritório que liderou o design do projeto. Com traços que remetem à produção arquitetônica dos anos 1960 em grande parte do continente europeu e americano, o edifício faz uso expressivo de concreto, tijolos, pedras e elementos metálicos. O edifício está inserido em um



complexo Gold Reef City, uma ilha cercada dentro do contexto local da cidade.

A arquitetura é parte importante da exposição. Já na entrada, duas portas, reproduzindo a segregação entre brancos e não brancos, dividem os visitantes a partir da mesma dinâmica que existiu durante o apartheid. O museu se distingue entre espaços internos e externos, com seu acervo permanente apresentando cronologicamente o apartheid em vinte e um momentos. Entre estes, destacam-se a “classificação por raça”, “segregação”, e “libertação de Mandela”. O museu usa de recursos visuais como fotografias, instalações artísticas e textos para narrar a história do apartheid. O museu é rico em informação acadêmica, mas falha em termos de conexão com a comunidade (GARCIA-BARON, 2015). A historiadora ressalta que a estética e o tom acadêmico não contribuem para se aproximar da comunidade, o que acaba configurando a instituição como lugar de “autoridade histórica”.

**Figura 3: Museu do Apartheid (entradas segregadas)**

Fonte: Apartheid Museum.<sup>16</sup>

<sup>16</sup> Disponível em: <https://www.apartheidmuseum.org/exhibitions/race-classification>. Acesso em: 03 jul. 2020.

## 2.2 • CASA DOS ESCRAVOS — (GORÉE-SN)

A Casa dos Escravos está localizada na ilha de Gorée, a 3 km da capital do Senegal, Dakar. Gorée é uma ilha pequena, mas importante para a história do país e da humanidade. Gorée foi entreposto para o comércio transatlântico de escravos durante o século XIX, quando africanos eram trazidos da costa, principalmente da região de Senegâmbia, e dali faziam a travessia para as Américas (BRAGA, 2018). A ilha, hoje pacata, reflete a arquitetura colonial, herança dos diferentes povos que a ocuparam: portugueses, franceses, britânicos e holandeses. Em 1978, a ilha se tornou patrimônio mundial pela UNESCO, por se tratar de um local de memória da escravidão. A “Casa do Escravos” e a “Porta do Não Retorno” são símbolos marcantes presentes na ilha.

A casa onde se encontra o museu foi construída em 1776 pelos holandeses e recebeu um fluxo intenso de comércio escravagista. Um dos elementos marcantes é a Porta do Não Retorno, passagem final dos aprisionados a caminho das embarcações, símbolo aberto para o mar que representa a morte. Não a morte como a compreendemos no ocidente, da vida que cessa, mas sim como esquecimento, de quem não será lembrado (SIMAS, 2019). A maioria dos locais do comércio humano na ilha não preserva sua memória como tal; boa parte se converteu em residências particulares, o que torna, ainda mais significativa, a resistência da Casa dos Escravos, a única remanescente. (BARRET, 2015).

O museu foi criado em 1962 a partir dos esforços de Boubacar Joseph Ndiaye (1922–2009), com a intenção de lidar com a memória da escravidão a partir da última experiência em solo



africano antes da travessia atlântica. A expografia é organizada com base nos próprios elementos arquitetônicos, mediada pelas histórias que apresentam a trajetória dos africanos que ficavam encarcerados em condições desumanas e aviltantes.

Os visitantes circulam pelas celas, espaços onde 15-20 homens ficariam confinados em menos de 7m<sup>2</sup>. O museu apresenta a dinâmica social vivida pelos escravizados, os fluxos do comércio realizado entre as escadarias no pátio central, os espaços de repressão, e o caminho até a Porta do Não Retorno, a última passagem. A arquitetura se torna registro físico-espacial da violência que foi a escravização e o tráfico de pessoas. O museu representa grande esforço de preservação das memórias de milhares de vítimas que, sequestradas para as Américas, não regressaram a suas terras.

**Figura 4: Casa dos Escravos (ao fundo a “Porta do Não Retorno”)**

Fonte: Sites of Conscience.<sup>17</sup>

<sup>17</sup> Disponível em: <https://www.sitesofconscience.org/pt/membership/maison-des-esclaves-senegal-3/>. Acesso em: 03 de julho, de 2020.

## 2.3 • MEMORIAL DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO — (NANTES-FR)

Assim como outras cidades apresentadas, Nantes também tem um forte laço com a escravidão. Localizada no litoral sul francês, a cidade constituiu o maior mercado escravagista da França durante o século XVIII, onde, de 4220 expedições marítimas, 1714 tumbeiros saíram de Nantes (THE MEMORIAL, 2019). A cidade concentra os esforços de reconciliação da memória da escravidão em duas instituições: o Museu de História de Nantes e o Memorial da Abolição – o museu com uma história pormenorizada e o memorial elemento simbólico da vida pública que dialoga com sua memória sensível.

Inaugurado em 2012, o memorial aborda a história de Nantes como proeminente mercado escravista no século XVIII e relembra as vítimas que sofreram e, ainda sofrem, com a escravidão (THE MEMORIAL, 2019). O projeto foi desenhado pelo artista Krzysztof Wodiczko e o arquiteto Julian Bonder. O memorial é descrito com uma tripla intenção: é um tributo àqueles que lutaram contra a escravidão, um convite à reflexão sobre os crimes executados do período e um chamado para que se continue a luta contra qualquer regime de exploração humana.

Wodiczko e Bonder (2019) descrevem que o desenho do memorial oferece uma dupla perspectiva: uma voltada para a cidade, e outra para o mar. O projeto tem duplo elo entre memória e história: a memória que precisa ser reconciliada com a cidade, e a história como o ato em si da escravidão. A intervenção começa na calçada ao redor do memorial, cravejada com



pequenas placas translúcidas que trazem nomes das expedições marítimas que partiram de Nantes. O volume não apresenta forte presença na paisagem, está dividido entre o nível da rua e um subsolo, onde estão expostas cronologias da escravidão e passagens literárias de autores diversos. Schwarcz (2018) descreve a experiência de acessar esse nível inferior do memorial como adentrar o porão do tumbeiro, sobretudo pela disposição cadenciada da estrutura.

**Figura 5: Memorial da Abolição (exposição permanente)**

Fonte: Mémorial de l’abolition de l’esclavage.<sup>18</sup>

<sup>18</sup> Disponível em: <https://memorial.nantes.fr/en/>. Acesso em: 03 de julho, de 2020.

## 2.4 • INSTITUTO DE PESQUISA & MEMÓRIA PRETOS NOVOS (RIO DE JANEIRO)

Assim como o MUHCAB, o Museu Memorial do Instituto dos Pretos Novos - IPN está localizado na Pequena África, região portuária da cidade do Rio de Janeiro. O termo Pequena África faz referência à enorme população negra e a seus referenciais culturais cravados no território. Pretos Novos era o nome dado aos africanos recém-chegados. O museu parte das descobertas dos vestígios do Cemitério dos Pretos Novos (1769-1830): “a principal prova material e incontestável, encontrada até hoje, sobre a barbárie ocorrida no período mais intenso do tráfico de cativos africanos para o Brasil.” (TEOBALDO, 2018). O curador Marcos Antônio Teobaldo (2018) ressalta que, após a descoberta, “não há mais como admitir uma visão equivocada e romanceada sobre a escravidão de africanos e seus descendentes diretos no Brasil.” Foram depositados no cemitério os restos mortais de dezenas de milhares de africanos, “brutalmente retirados de sua terra natal e trazidos à força para o trabalho escravo” (TEOBALDO, 2018).

O Museu Memorial surgiu a partir dos esforços da Família Guimarães dos Anjos que, em 1996, encontrou os vestígios do cemitério; diversas ossadas estavam sob sua residência no bairro da Gamboa, zona portuária do Rio. Atualmente, o museu segue com dificuldades financeiras; o descaso com a instituição pelos órgãos competentes é constante alvo de denúncias em jornais e outros periódicos.

O museu se divide entre a vocação educacional e o memorial. O acervo permanente se dedica a contar a história vinculada à escravidão dos africanos na região e principalmente dos Pretos Novos. No espaço do museu, realizam-se



oficinas e palestras sobre temáticas da escravidão e cultura negra oferecidas à comunidade. Na galeria exposições temporárias adicionam ao espaço novas camadas de reflexões sobre a existência, história e cultura negra.

Nesta dissertação, vamos observar as duas cidades a partir dos seguintes termos:

- i. Breve histórico de Montgomery (de uma região específica) / o Cais do Valongo, no Rio de Janeiro.
- ii. Características do contexto no presente / e como práticas e espaços remetem à herança da escravidão e liberdade;
- iii. Analisar o que é tematizado nesses museus e a forma como é exposto.

**Figura 6: IPN – exposição permanente**  
Fonte: IPN.<sup>19</sup>

<sup>19</sup> Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/museu-memorial-2011-2017/>. Acesso em: 03 de julho, de 2020.

## CAPÍTULO 3 MUSEU NEGROS: MUHCAB E TLM

Neste capítulo apresentamos os museus MUHCAB E TLM por meio de três recursos. O primeiro através dos relatos de visita em que os registros feitos em visita aos museus são colocados sob a perspectiva do visitante. Elementos expográficos, espacialidade, impressões que marcaram a experiência nesses espaços são testadas como forma de aproximar o leitor da experiência de visitação. O segundo recurso de leitura dos museus é a abordagem histórica que intenciona contextualizar a formação dos territórios sob a luz das relações raciais que são fundamentais para suas conformações urbanas. Com isso, procuramos na história elementos que se conectam com as narrativas apresentados pelos museus e a relação dessas instituições negras com seus contextos. O terceiro recurso mobilizado vem

das próprias instituições museais e seus discursos institucionais. Identificamos nas instituições suas intenções enquanto museu e, a partir dessas informações refletimos como e se as intenções se refletem em espacialidade e elementos simbólicos nesses museus. Traçamos então relações entre: *raça*, a partir da proposta de ambos os museus de impacto prioritário entre as populações negras; *memória*, por meio da abordagem do passado que, em narrativas museais, tem a forte presença de experiências relacionadas à escravidão negra; por último, território, com base na inserção urbana dos museus e seus contextos territoriais, abordando como a memória negra da região se relaciona com a existência dos museus.

### 3.1 • MUSEU DA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA - MUHCAB

Inicialmente chamado de MEL – Museu da Escravidão e Liberdade, o MUHCAB foi criado pela Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, pelo Decreto Municipal n.º 43128, em 12 de maio de 2017. Porém foi alterado para Museu da História e Cultura Afro-Brasileira por pressão dos envolvidos no processo de criação do museu, em que a sigla MEL não poderia condizer com um museu que intencionava lidar com a memória da experiência negra no Brasil (VASSALLO; CÁ CERES, 2019). O MUHCAB foi criado com base na patrimonialização do Cais do Valongo juntamente à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), reconhecido como Patrimônio Mundial, na categoria de Sítio de Memória Sensível (2017), e conta com financiamento público para sua implementação e manutenção.

No decorrer de sua implementação, o museu se identificou como museu de território. Recentemente, no ano de 2021, após a Consultoria de Museologia na Modalidade Produto (PRODOC) contratada pela UNESCO, este foi definido como um museu de tipologia híbrida, e contempla as seguintes definições dadas pela própria instituição (MUHCAB, 2021):

- **Museu de território** | cujas coleções estão, e são, o próprio território. A instituição articula os patrimônios materiais e imateriais de um território específico, através de participação comunitárias e de colaboradores “detentores de saberes relacionados”
- **Museu a céu aberto** | onde o território e lugares de memória formam um museu

vivo, isto é, as relações sociais e históricas entre a instituição e seu contexto, material e imaterial, “estão em constante transformação.”

- **Museu histórico** | está relacionado à centralidade da História para a construção e entendimento da narrativa social a que se propõe. Sendo a história o conector entre passado, presente e futuro.
- **Museu socialmente responsável** | tem seu propósito central o impacto socioeconômico. As ações museais se dedicam ao impacto social por programas educacionais, capacitações e pesquisa.

O museu ainda se encontra em implementação. Atualmente, sua sede MUHCAB | Centro de Referência Afro-Brasileiro e Afro-Atlântico: é na Escola José Bonifácio, rua Pedro Ernesto, 80, bairro Gamboa, Rio de Janeiro.

A instituição tem visão integradora entre história, comunidade e território e define sua atuação entre missão e valores (MUHCAB, 2021):

- **Missão** | “transformar o entendimento do que é ser negro no Brasil, afetando e empoderando as comunidades afro-brasileiras pela garantia do direito de conhecer, preservar e disseminar sua história de afirmação e resistência a partir do território físico e simbólico do Cais do Valongo e seu entorno, contada de forma participativa, pelas vozes de seus protagonistas; e propor à sociedade uma revisão da escrita da história do Brasil, valorizando a cultura africana como matriz cultural brasileira.”
- **Valores** | “a abordagem histórica será baseada no tripé personagens (históricos e contemporâneos) + Patrimônio (lugares de

memória e objetos) + eventos históricos, e complementada por conceitos de patrimônio e espiritualidade.”

#### 3.1.1 ENTRE O SAMBA NA RUA E O MUHCAB

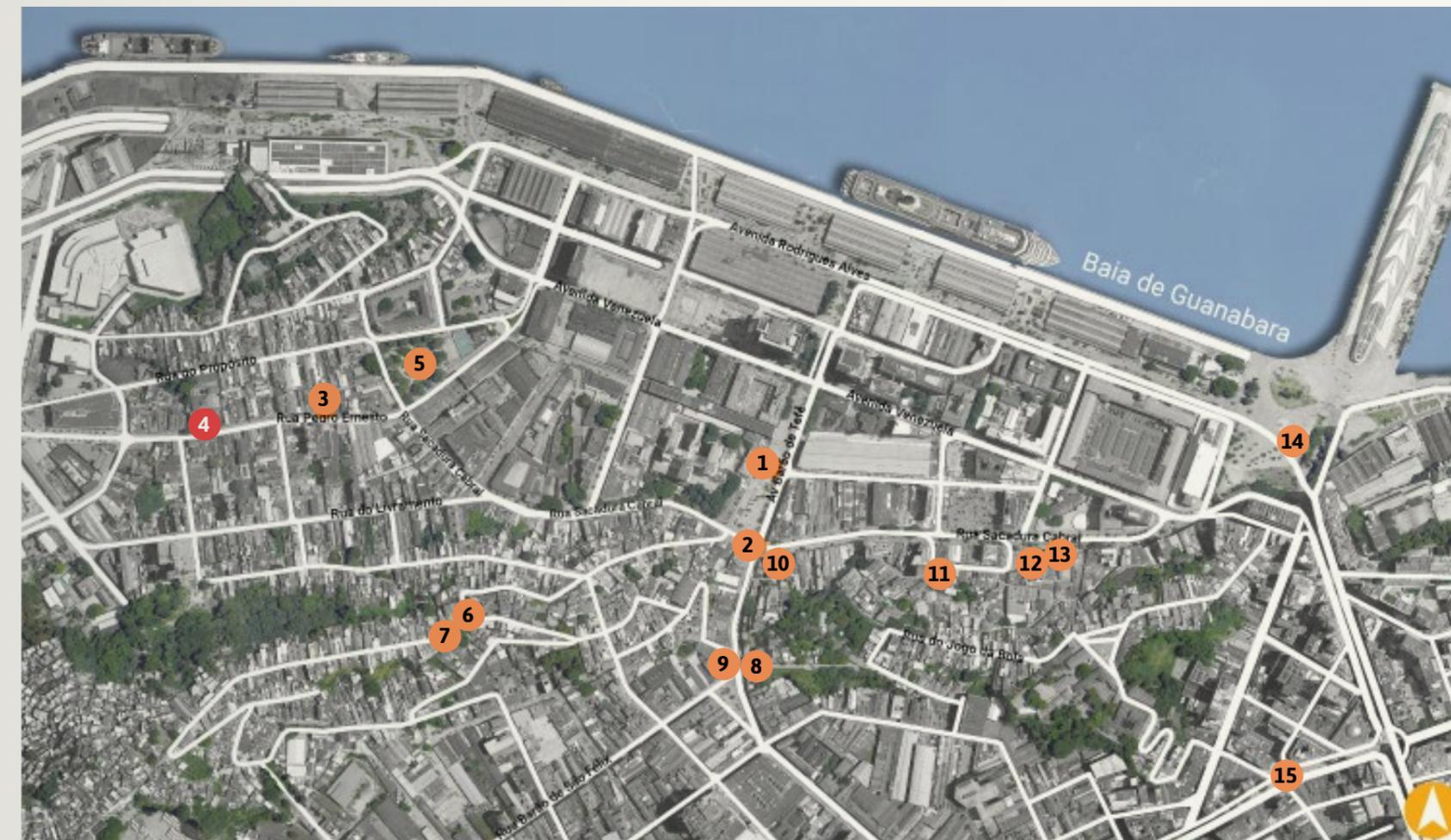
Em fevereiro de 2019, fiz minha primeira visita ao Museu da História e Cultura Afro-Brasileira. Apesar de ter passado pela região do Cais do Valongo em outras ocasiões, aquela foi a primeira ida com o objetivo de conhecer a sede do MUHCAB, abrigada na antiga Escola José Bonifácio, na rua Pedro Ernesto, número 80 na Gamboa, um dos bairros que compõe a zona portuária do Rio de Janeiro, Brasil.

A Escola José Bonifácio, construída em 1877 a pedido de D. Pedro II, foi a primeira escola pública do Brasil. Desativada em 1966, a escola ressurgiu como biblioteca, exercendo papel importante de referência em História e Cultura Negra. Posteriormente, no ano de 1986, com o objetivo de “incentivar o estudo, a valorização e a divulgação da Cultura Afro-brasileira”, foi reinaugurada com o nome de Centro Cultural José Bonifácio. (Guia Cultural do Centro Histórico do Rio de Janeiro, 2021).

Entre as formas da arquitetura renascentista do prédio, há algumas sinalizações do MUHCAB, que o revelam como tal. Quando subi as escadarias para entrar no local, um servidor solicitou que eu assinasse o caderno de visitas, e afirmou que eu poderia ficar à vontade para circular no espaço. Confesso que a primeira impressão foi decepcionante, não conseguia enxergar, naquele espaço, a existência de um museu. Mesmo considerando ser um museu de território, em que o acervo é o próprio contexto territorial, no caso, o território da Pequena África, sobre o qual discorreremos a seguir.

Mapa 7: MUHCAB | Centro de Referência Afro-Brasileiro e Afro-Atlântico – Na Escola José Bonifácio – e lugares de memória.

Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir de foto de satélite (2021)



- 1 Cais do Valongo
- 2 Mercado de escravos do Valongo
- 3 Cemitério dos Pretos Novos – IPN
- 4 Escola José Bonifácio – MUHCAB
- 5 Praça da Harmonia - Interpreta as Barricadas da Revolta da Vacina

- 6 Sindicatos e associações negras – Sociedade da Resistência dos Trabalhadores do Trapiche e Café
- 7 Casa de Machado de Assis
- 8 Mirante da Pequena África
- 9 Largo do Depósito/Praça dos Estivadores
- 10 Trapiches e atividades portuárias da Rua da Saúde

- 11 Pedra do Sal, Quilombo da Pedra do Sal e Rua São Francisco da Prainha
- 12 Zungu Largo de São Francisco da Prainha
- 13 Igreja São Francisco da Prainha
- 14 Praça Mauá
- 15 Igreja de Santa Rita

Ao visualizar o palacete que abriga o museu, recobrei, em minha memória, outra experiência na mesma rua. Alguns anos antes, convidado por meu pai, Luiz Claudio da Silva Braga, o “Cocoroca”, Diretor de Harmonia do Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos da Tijuca, frequentei os ensaios de rua da escola de samba que se preparava para o carnaval carioca de 2012 quando tais ensaios passaram a ser realizados na avenida Pedro Ernesto. Em 2011, quando começava a sequência de reformas da Operação Urbana do Porto Maravilha, ocorreu o fechamento da Avenida Venezuela, onde a Unidos da Tijuca, tradicionalmente, realizava seus ensaios de rua. O novo trajeto, na Av. Pedro Ernesto, começava nas proximidades da Cidade do Samba, complexo que reúne os barracões de produção carnavalescos das escolas de samba do grupo especial do carnaval carioca, seguindo até a Praça da Harmonia (ver figura 7).

O MUHCAB reconhece a Praça da Harmonia como importante *lugar de memória* da história negra na região. Foi nos arredores da praça que no ano de 1903 o primeiro sindicato do Brasil, o Sindicato dos Estivadores, com maior parte de seus associados, trabalhadores negros. Na praça também se preserva a tradição baiana trazida com na *diáspora baiana*, atualmente, naquele local, está a sede do Afoxé Filhos de Gandhi. Outra memória importante que se relaciona com a Praça da Harmonia são das barricadas armadas durante a Revolta da Vacina (1904), movimento popular contra a vacinação obrigatória, que previa a entrada dos agentes de saúde nas residências acompanhado da força policial.

No trajeto do ensaio, a escola de samba ainda passava em frente ao Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, apresentado no capítulo anterior, que está na mesma rua do MUHCAB. A proximidade entre as instituições museais e os

próprios lugares de memória negra registrados no território se tornam evidências da rede de memórias que permeia a experiência da região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Assim como o trajeto feito pela escola de samba, andar nessa região é passear entre memórias importante da história negra local e brasileira.

Os primeiros contatos que tive com a região portuária, ou melhor, o território da Pequena África ao qual o museu MUHCAB se dedica, ocorreram por meio dos eventos culturais que acontecem na região, principalmente os relacionados às festividades carnavalescas. Meu pai sempre apresentou a região relacionando as suas vivências na infância, como morador, e também na fase adulta com os eventos carnavalescos. Ele nasceu na Gamboa, no Morro da Providência, cujas encostas serviram de moradia para pessoas despejadas de cortiços demolidos ao final do século XIX. O crescimento populacional do morro se deveu aos soldados retornados da Guerra de Canudos (1896-1897), que ali fixaram residência, apelidando o local de *favela do Morro da Providência*, referência a uma planta vulgarmente denominada “favela” que era abundante em Canudos/BA e no morro (MOURA, 1995).

Durante uma visita a Pequena África acompanhado de meu pai ele revelou que estudou na Escola José Bonifácio, sede do MUHCAB. Resgatou memórias dos grupos sociais formados durante a passagem na instituição de ensino, e, observou como o prédio de sua antiga escola estava mal conservado. Hoje, essas memórias são compartilhadas no grupo “Ateliê José Bonifácio”, formado por ex-alunos de sua época que interagem por aplicativo de mensagem.

Fundada em 1932, a Associação Recreativa Vizinha Faladeira é uma entre várias escolas de samba, ranchos carnavalescos, e outras or-



Figura 7: G.R.E.S. Unidos da Tijuca (ensaio de rua)

Fonte: Rota do Samba.<sup>20</sup>

<sup>20</sup> Disponível em: <https://www.rotadosamba.com/unidos-da-tijuca-realiza-ensaio-de-rua-nesta-quinta-feira-2/>. Acesso em: 14 de julho, 2021.

ganizações culturais que nasceram na Pequena África. A escola foi uma das primeiras escolas de samba do Rio de Janeiro. Após protestar contra a organização do concurso das escolas de samba de 1939, no ano seguinte, a *Vizinha Faladeira* interrompeu suas participações no carnaval por longos 49 anos. Entre os diretores da escola de samba, que contribuíram para o seu retorno ao carnaval carioca, dois são especiais para mim, meus avós paternos, conhecidos como Dona Lindalva (1936-2011) e Seu Ari (1937-2021).

Mas por que apresento essas histórias relacionadas ao carnaval? Entre a memória pública que a Pequena África preserva, uma é especial-

mente citada, ser o berço do samba. Para além do samba, essas escolas são organizações culturais relacionadas à identidade daqueles que vivem o território, caminhos de sociabilidade, que fazem da região um *território usado*. As referências que trago de *dentro de casa*, que também abarcam outras famílias, são esses exemplos das relações comunitárias construídas dentro do território. O MUHCAB como *museu socialmente responsável de construção participativa*, demonstra intenção em fortalecer relações existentes. Esses “lugares de afeto [...] que visibilizem o protagonismo negro” no território promovem como ponto basilar o “reconhecimento e reescrita de uma História que

secularmente nos foi negada” (SANTOS, 2020, p.5).

O museu de território proposto no MUHCAB é o encontro entre a sociabilidade cotidiana, construções culturais daqueles que praticam o território, juntamente à espacialidade poética de Heitor dos Prazeres que viu, naquela enorme confluência negra, uma Pequena África. Analisando-se os objetivos institucionais do museu, à época da visita inicial, o espaço encontrado no José Bonifácio não condizia com uma estrutura museal, concomitante à patrimonialização do Cais do Valongo juntamente à UNESCO. A existência do MUHCAB, naquele espaço da antiga Escola José Bonifácio, pouco parecia interagir

com o novo propósito. Mesmo considerando-se o museu a céu aberto, a sede administrativa era a referência da existência do MUHCAB aos visitantes. E não atendeu as expectativas.

No salão que recebe os visitantes, identificado como Galeria Heitor dos Prazeres, o segurança ficava sentado próximo de uma das laterais, algumas esculturas artísticas contemporânea pareciam estar um tanto descontextualizadas, e entre outros objetos, algumas esculturas remanescentes do período da construção do edifício. O ambiente em si era difícil de ser lido com um espaço galeria, não parecia ter sido criado nenhuma ambiência para os objetos que estavam expostos, sem qualquer regularidade na forma como as esculturas estavam sendo apresentadas, sem criar algum destaque para o que se propunha a apresentar. A turma escolar que visitava o salão no momento observado, se aglomerava aos pés da escadaria de madeira pintada em preto, com dragões ao final dos corrimãos. A cena observada demonstrava que a escada era o elemento de maior destaque. Arquiteteticamente ela ocupa a centralidade do salão, alcança o pavimento superior de forma sinuosa, porém, não se trata da galeria proposta para o espaço.

No MUHCAB - Centro de Referência Afro-Brasileiro e Afro-Atlântico - Escola José Bonifácio, cada sala leva o nome de uma personalidade negra brasileira. De maneira geral, as salas de piso em madeira, paredes brancas e pé direito alto que se voltava para o pátio interno do museu, pareciam ser usadas para atividades coletivas, como aulas, palestras, as cadeiras e carteiras escolares dispostas entre as salas davam essa dica. Alguns avisos sinalizavam encontros que tinham ocorrido anteriormente. Desde o lançamento do museu em 2017, pelas páginas

das redes sociais do museu, principal meio de comunicação e acesso a informações das atividades do museu até 13 de maio de 2021, quando foi lançado um novo site do MUHCAB, era possível acompanhar atividades propostas à comunidade local.

Apesar da quebra de expectativa inicial com um museu que busca “tornar-se referência mundial de serviço museal socialmente responsável, com impacto social para a população afro-brasileira e território de entorno” (JESUS, 2020, p. 205) como expressa a visão do museu. Nas salas Grande Otelo e Agnaldo Camargo, como herança imaterial, nesse espaço de Memória Negra, o MUHCAB recebia a exposição “Kambondles” em novembro de 2019, uma instalação singular referente às religiões de matrizes africanas. A ampla sala continha uma árvore, sugerindo um baobá africano, ao redor do qual estava a legião de Orixás, em tamanhos adultos humanos, identificáveis por suas indumentárias e fetiches; no piso, folhas naturais, o que indicava ao visitante a necessidade de ali entrar descalço, e andar em círculo, exatamente como numa cerimônia religiosa afro-brasileira, para que visse cada um dos Orixás. Ali estava a recriação de uma comunidade de almas, como a define Barbosa:

[...] a união dos negros em atos criadores de fé, nos terreiros e nas praças é que lhes facultou criar uma comunidade de alma, engendrando uma superestrutura que lhes era comum, que se expressaria com psicologia e sua poderosa ideologia social. Assim, a África viu-se recriada ou reinventada no Brasil ainda no século segundo (1650-1750) e penetraria no século terceiro como uma força política alternativa (1750-1850). Forneceu a comunidade negra o contingente físico básico de todas as revoltas liberais, republicanas e sociais. (BARBOSA, 1996, p. 4).

A comunidade de almas parte da religiosidade africana ou afrobrasileira para criação do grupo social, se trata da partilha que pode ocorrer no território, podendo ser a própria um grupo territorializante, já que esta traria o caráter identitário para aqueles que partilham o espaço e dividem a raiz étnica comum. De certa forma, a exposição insere o MUHCAB nessa partilha comunitária maior. Porém sendo o MUHCAB por excelência um museu, híbrido, e com uma de suas abordagens o território, não fica nítido como a instituição participa ou apresenta ao que visitam. Como é formado esse território maior da Pequena África, quais as experiências e sociabilidade que fazem parte do projeto. Ao visitante resta recorrer a instituição vizinha, IPN, para conhecer e percorrer o território. Assim como me foi sugerido por um dos funcionários do MUHCAB quando questionei sobre como conhecer de forma guiada e instrumentada o a Pequena África.

Na ocasião da visita ficou claro que o museu, apesar de aberto, ainda não apresentava informações básicas ao público como a que território ele se dedica. À época, a Pequena África se apresentava de forma esvaziada já que não era possível ter informações básicas através da própria instituição, como por exemplo, a abrangência do território. Vassalo e Cáceres (2019), identificam que uma das dificuldades de implementação do museu passa pelas trocas de responsabilidades sobre a gestão do museu à mercê da mudança do quadro político. Esse atraso na impacta na experiência do visitante e na efetividade do museu perde oportunidade de impactar a história pública com intervenções e apontamento que reforcem a narrativa do museu entre os espaços de memória negra da região.

Sobre os limites do território adotado pelo MUHCAB, a instituição utiliza o território ex-

**Mapa 8: zona de amortecimento Cais do Valongo**

Fonte: gráfico elaborado pelo autor



pandido da zona de amortecimento do Cais do Valongo apresentado no dossiê de patrimonialização (2016). O território engloba os bairros Centro, Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Mesmo com indicações dos bairros, talvez a chave para leitura do território que o museu aborda, e da própria memória negra, não esteja na ideia de limites meticulosamente estabelecidos, fronteiraço como uma borda entre nações, como busquei entender inicialmente. Seria mais preciso entender este território numa perspectiva de espacialidade orgânica que é vivida por essa população negra que, historicamente, coabitou a região com outras populações não negras. A porosidade (CARVALHO, 2020) da capital carioca é, também, refletida nos territórios da região central carioca. Mais do que delimitar, perceber o alcance dos lugares de memória negra preservados na herança material e imaterial da região. Mesmo o território abordado não tendo as fronteiras rígidas como de um Estado Nação, é preciso que se comunique de forma efetiva, sendo o museu um dos interlocutores que expandem o conhecimento de seus usuários sobre a Pequena África.

### 3.1.2 VALONGO E O MUHCAB



**Figura 8: Sítio histórico Cais do Valongo**

Fonte: Produção do autor (2021)

O Cais do Valongo é patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO, desde 2017. Juntamente ao dossiê de candidatura do cais, surge a necessidade de um equipamento museal que lide com a memória e história negra relacionada ao bem da humanidade. Nesse contexto, como contrapartida, a patrimonialização do Cais do Valongo, surge o Museu da Escravidão e Liberdade – MEL, que originou o Museu da História e Cultura Afro-Brasileira – MUHCAB.

A partir do dessoterramento do cais, inicia-se uma discussão ampla sobre a memória diaspórica negra na região do Valongo. Vassallo e Cicalo (2015) abordam a institucionalização da memória negra na região a partir de negociações e conflitos entre o Estado, lideranças dos Movimentos Negros e pesquisadores. Os autores apresentam como o Cais do Valongo participou de uma conjuntura fortuita para que a memória negra fosse afirmada, onde o interesse do Estado é fator crucial para a institucionalização.

Mesmo antes da reaparição do cais, foram recorrentes os esforços para a valorização da memória e história negra por parte de lideranças e organizações negras, sendo o cais o marco inicial da Pequena África. A presença negra na região é marcada por resistência e lutas contra a invisibilização. Diferentemente de outras ocasiões, como a descoberta do Cemitério dos Pretos Novos, que não mobilizaram, da mesma forma, a discussão pública da memória negra na região. Com o Cais do Valongo, o dessoterramento está relacionado aos investimentos urbanos pré-grandes eventos esportivos.<sup>21</sup>

O Estado foi mobilizado pelo potencial turístico e de valorização mobiliária da região. Vassallo e Cicalo (2015) apontam para os riscos gentrificadores do projeto Porto Maravilha. Sendo as populações negras as mais vulneráveis

economicamente na região, cresce o risco de nova desterritorialização das populações negras pressionadas pelo poder do capital que passou a ter interesse maior na região.

Porém, o interesse no Cais do Valongo como Patrimônio da Humanidade era unânime, já que as lideranças do Movimento Negro buscavam, por meio da simbologia ancestral do cais, o reconhecimento enquanto povos negros e visibilidade. Além disso, buscavam, em relação a pesquisadores e intelectuais, a possibilidade de um turismo étnico ou de memória que se transformasse em reflexão maior sobre o passado escravocrata e a discriminação racial no país (VASSALLO; CICALO, 2015).

A respeito das reflexões apresentadas por Vassallo e Cicalo (2015) sobre o contexto e o processo sociopolítico do cais, questiona-se: a quem serve a patrimonialização do Cais do Valongo? Não encontramos uma resposta para esse questionamento, porém ressaltamos a potencial importância do MUHCAB nesse processo que, de alguma forma, é agente duplo. Se, por um lado, ele é parte da estrutura do Estado, gerido pela Secretaria Municipal de Cultura; por outro, tem a vocação *museu de território*, de um museu socialmente responsável, onde somente é possível sua existência, pela existência das comunidades negras em seu entorno, que territorializam a Pequena África, e dão sentido à proposta, apresentada pelo MUHCAB, sobre ser um museu vivo.

<sup>21</sup> Os grandes eventos esportivos sediados sequencialmente pelo Brasil, Copa do Mundo de Futebol masculino (2014) e Jogos Olímpicos de Verão (2016), fomentaram, na cidade do Rio de Janeiro, uma sequência de investimentos urbanos em revitalização e requalificação. Entre os investimentos, o projeto Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha (2011), de revitalização da zona Portuária do Rio de Janeiro.

## 3.1.2 VALONGO E O MUHCAB



**Figura 9: Morro da Favela, 1965. Heitor dos Prazeres<sup>22</sup>.**

Fonte: Enciclopédia Itaú Cultural

<sup>22</sup> MORRO da Favela. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2021. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra70341/morro-da-favela>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

Moura (1995) descrevia que a Pequena África “se estendia da zona do cais do porto até a Cidade Nova, tendo como capital a Praça Onze” (MOURA, 1995). Para o museu, o território é composto pelos bairros do Centro, Gamboa, Santo Cristo e Saúde. Jesus (2020), museóloga que prestou a Consultoria de Museologia na Modalidade Produto (PRODOC), aponta que o território e lugares de memória considerado pelo museu parte dos pontos atuais e futuros do Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana (CHACHA).

O CHACHA, criado pelo Decreto Municipal n.º 34803 de 29 de novembro de 2011, inclui seis espaços como vinculados à história e à cultura afro-brasileira, são eles o Centro Cultural José Bonifácio (sede do MUHCAB); Cemitério dos Pretos Novos (Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos); Cais do Valongo e da Imperatriz (Cais do Valongo Patrimônio da Humanidade – UNESCO, 2017. Cais da Imperatriz, criado com base no soterramento do Cais do Valongo); Jardim do Valongo (antigo mercado escravagista); Largo do Depósito (local relacionado ao mercado escravagista); Pedra do Sal (tradicional Quilombo da Pedra do Sal). Guias locais promovem tours pelo circuito, sendo o principal deles o Museu Memorial Instituto dos Pretos Novos.

Como abordamos no capítulo inicial, a Pequena África não permanece estática desde seu momento embrionário com a chegada dos primeiros tumbeiros oriundos do continente africano, desembarcados no Cais Valongo. Tampouco desde seu batismo por Heitor dos Prazeres. Heitor, filho da *Diáspora Baiana*, filho de baianos, mas nascido no Rio de Janeiro, é parte de um grupo de personalidades negras que habitaram a região; algumas desconhecidas do público em geral, outras com certa notoriedade histó-

rica, com presenças marcadas desde registros escritos acadêmico, como registros culturais, a exemplo do(s) samba(s).

Dentre as transformações físicas sofridas ao decorrer da história, o MUHCAB tem o desafio de afirmar esse passado no presente e como a Pequena África ainda preserva o caráter identitário negro, o chão + identidade, novamente, o território usado (SANTOS, 2007). Para além do berço do *samba urbano*, ou *samba tradicional*, como define Simas (2015), a região é, também, testemunha do encontro entre cultura, crenças e ritos religiosos de diferentes nações Africanas, como registra Moura (1995), assim como testemunha dessas culturas diaspóricas negras com outros povos não negros (MOURA, 1995; CARVALHO, 2019).

**Mapa 9: lugares de Memória Pequena África (MUHCAB)**

Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir de foto de satélite (2021)



- |                                  |                                  |                                |                                    |
|----------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|------------------------------------|
| 0 Museu de Arte do Rio - MAR     | 5 Cais do Valongo                | 10 Jardim suspenso do Valongo  | 15 Barricadas da Revolta da Vacina |
| 1 Mercado de escravos da Prainha | 6 Docas André Rebouças           | 11 Praça dos Estivadores       | 16 Cemitério dos Pretos Novos      |
| 2 Quilombo da Pedra do Sal       | 7 Casa de Machado de Assis       | 12 Associação Chora na Macumba | 17 Candoblé de Cipriano Abedé      |
| 3 Largo João da Baiana           | 8 Mercado de Escravos do Valongo | 13 Cortiço - Casa do Maranhão  | 18 Escola José Bonifácio           |
| 4 Antiga Rua da Saúde            | 9 Casa do Africano Mina          | 14 Sociedade Resistência       |                                    |

Os locais levantados pelo MUHCAB (**mapa 7**) celebram as memórias relacionadas à escravidão e sua resistência, por exemplo o Cais do Valongo e Mercado de escravos do Valongo, locais de registro de organização sociais como a Praça da Harmonia, o Zungu e Sindicatos, associações negras e a casa de Machado de Assis, além de registros vinculados à religiosidade católica. Apesar de entender certa permeabilidade entre os diferentes espaços, considerando-se que a importância de cada lugar não é, necessariamente, por motivo único. Ao ver os lugares de memória propostos pelo museu, é de se estranhar a ausência de locais que marquem, de forma contundente, as memórias das religiosidades afro-brasileiras.

Para complementar nosso entendimento sobre a presença negra no território da Pequena África, trazemos o trabalho Cartografia do Invisível (SILVA, 2018), como forma de perceber outros elementos de memória negra não contemplados inicialmente pelo MUHCAB. No mapa de Territorialidade Negras na Pequena África, regista-se a casa de Tias Baianas<sup>23</sup>, terreiros de religiões de matriz africana e casas da afoxés, outras potencialidades para discutir a presença negra no território (**mapa 8**).

A construção da Pequena África é dinâmica, e se faz pelas leituras institucionais e históricas do território, mas também extrapola as representações oficiais e pode ser lida de forma expandida, a partir dos lugares de memórias da população negra. Em nossa leitura, a Pequena África de Heitor dos Prazeres se faz presentes na forte presença negra da população que reside na região, nas tradições culturais, no Samba da Pedra do Sal, nos Barracões de escolas de samba espalhados em antigos galpões, na presença imaterial da espiritualidade afro-brasileira em toda esquina.

Guimarães (2014) conclui o capítulo que trata as disputas territoriais entre o Quilombo da Pedra do Sal e os Franciscanos com a fala de uma das ocupantes branca que disputa a narrativa histórica do morro, Tatiana. Indagada sobre a Pedra do Sal ser espaço de ritos do candomblé, Tatiana respondeu com ironia: “se fosse considerar como marco territorial todos os espaços de oferenda, ‘qualquer esquina, qualquer cruzamento vira quilombo’” (GUIMARÃES, 2014, p.168). Eu concluo, com essa passagem, que é significativo pensar que nossas manifestações, culturais, religiosas, territoriais, enquanto afrodescendentes, na Pequena África estão em todos os lugares, em todas “as esquinas”.

<sup>23</sup> Tias Baiana foram importante personalidades negras da Pequena África, eram ligadas às religiões afro-brasileiras praticadas na região, assim como fomentadoras socioculturais. As Casa das Tias Baianas constituíam local de manifestação cultural, assim como de abrigo para os mais necessitados. Durante o fluxo migratório negro para o Rio de Janeiro no século XIX, a Diáspora Baiana, frequentemente eram as Tias Baianas, que davam os primeiros socorros aos recém-chegados da longa viagem. (MOURA, 1995).

**Mapa 10 - territorialidade na Pequena África.**

Fonte: Cartografia do Invisível (SILVA, 2018).

(Adaptações do autor)

- 1 Cais do Valongo
- 2 Mercado de Escravos da Prainha
- 3 Casa de Zungu
- 4 Pedra do Sal
- 5 Terreiro de Mãe Aninha
- 6 Casa da Tia Sadata
- 7 Casa da Tia Aurora
- 8 Casa da Tia Dadá
- 9 Cortiço, R. Sen. Pompeu, 34
- 10 Cortiço, R. Sen. Pompeu, 65
- 11 Casa da Tia Amélia
- 12 Afoxé Filhos de Gandh
- 13 Jardins Suspensos do Valongo
- 14 Praça dos Estivadores
- 15 Casa do Africano Mina
- 16 Cortiço Cabeça de Porco
- 17 Candomblé de João Alabá
- 18 Casa da Tia Perciliana
- 19 Cortiço, T. Cunha Barbosa, 39
- 20 Mano Eloi
- 21 Sociedade Resistência
- 22 Rancho Recreio das Flores
- 23 Cortiço, R. do Livramento, 147
- 24 Cortiço, R. Sacadura Cabral, 295
- 25 Cemitérios dos Pretos Novos
- 26 Candomblé de Cipriano Abedé
- 27 Praça da Harmonia
- 28 Casa de Ojô e Baba Sanin
- 29 Largo de São Domingos
- 30 Casa da Tia Bebiana
- 31 Casa da Assiata (Tia Ciata)
- 32 Casa de Miguel Pequeno
- 33 Alufá João Mussé
- 34 Casa do Mina Apotijá
- 35 Cortiço, Ladeira João do Homem 35

**3.2 MUSEU DO LEGADO – TLM**

Inaugurado em abril de 2018, o Museu do Legado ocupa uma área de, aproximadamente, 1000 m<sup>2</sup>, em um antigo armazém utilizado pelo mercado escravagista local na rua Cossa, 115, Montgomery, Alabama (EUA). O museu foi criado pela organização sem fins lucrativos *Equal Justice Initiative* (EJI), o museu e o memorial propostos pela organização dividem um investimento de 20 milhões de dólares segundo o jornal *New York Times* (2021), a EJI contou com doações para arrecadar o valor. O design do museu é produto entre a equipe da EJI e empresas parceiras locais e multinacionais como Google e HBO (EJI, 2018).

A EJI é organização formada, inicialmente, por advogados que lutam contra o racismo no sistema judiciário norte-americano e “acredita que a história de desigualdade racial e injustiça econômica nos Estados Unidos criou desafios contínuos para todos os americanos, e mais deve ser feito para promover nosso objetivo coletivo de justiça igual para todos”. (EJI, 2018, tradução nossa).

O Museu do Legado é, de certa forma a extensão da sua organização criadora que entende que é de extrema importância trazer a para a esfera pública, em um museu de narrativa histórica, um recorte da experiência das populações negras nos Estados Unidos em uma narrativa temática que conta o percurso “Da Escravidão ao Encarceramento em Massa”.

Stevenson (2021), diretor Executivo da EJI, acredita que “a narrativa pública que uma nação cria sobre o que é importante se reflete em memoriais e monumentos. Quem é homenageado, o que é lembrado, o que é memorializado contam uma história sobre uma sociedade que não pode ser refletida de outras maneiras” (STEVENSON,

2021, tradução nossa). Dessa forma o museu e todo o complexo memorial proposto pela organização a cidade de Montgomery é parte de uma ação educativa que a organização propõe como forma de *lidar e reconciliar com o passado de forma honesta* (STEVENSON, 2021).

Este trabalho concentra seus esforços analíticos ao Museu do Legado, porém, em conjunto com o museu, existem outros projetos que fazem parte dos mesmos esforços de a EJI lidar com a história da escravidão e seu legado, são eles:

- *The National Memorial for Peace and Justice*: projeto cria um espaço de memória as mais de 4000 vítimas de linchamento durante a *Era of Racial Terror and Lynchings*, 1877-1950, levantados pela organização por meio do projeto Community Remembrance Project.
- *The Legacy Pavilion*: centro de boas-vindas que dispõe de livreria, café, restaurante, além de espaço para exposições e atividades. O espaço também conta com monumento em memória a vítimas de violência racial.
- *The Peace and Justice Memorial Center*: centro comunitário, conta com teatro, auditório e salas. O espaço é focado em atividades educacionais.

**Mapa 11: equipamento urbanos Montgomery**

Fonte: gráfico elaborado pelo autor a partir de imagem de satélite.

**Equipamentos Urbanos**

- 22 Ponte de Conexão  
Centro à Shady
- 23 Estádio Riverwalk
- 24 Pavilhão do Legado
- 25 Cidade velha do  
Alabama
- 26 Tallapoosa Green
- 27 O Beco
- 28 Fazenda Urbana
- 29 Parque Irmãos Wright
- 30 Distrito de Arte Colina  
de Casa de Campo
- 31 Parque da Rotatória
- 32 Câmara Municipal
- 33 Centro Judicial do  
Condado de  
Montgomery
- 34 Parque pequeno  
Dexter
- 35 Fonte Praça do  
Tribunal
- 36 Beco Dexter
- 37 Tomada de lugar no  
centro de Montgomery
- 38 Frank M. Johnson
- 39 Igreja Batista Av. Me-  
morial Dexter King
- 40 Museu do Alabama  
e Departamento de  
Arquivos e História
- 41 Comissão Cultural  
Cinco
- 42 Centro Memorial Paz e  
Justiça
- 43 Memorial Nacional por  
Paz e Justiça
- 44 Biblioteca Juliette  
Hampton Morgan

O Museu do Legado acompanha a EJI em sua missão institucional:

- **Missão:** “A EJI está empenhada em acabar com o encarceramento em massa e a punição excessiva nos Estados Unidos, em desafiar a injustiça racial e econômica e em proteger os direitos humanos básicos das pessoas mais vulneráveis na sociedade americana.

Fundado em 1989 por Bryan Stevenson, um advogado de interesse público amplamente aclamado e autor do best-seller de *Just Mercy*, o EJI fornece representação legal a pessoas que foram condenadas ilegalmente, injustamente condenadas ou abusadas em cadeias estaduais e prisões. Desafiamos a pena de morte e o castigo excessivo e fornecemos assistência para a reinserção na sociedade de pessoas anteriormente detidas.

EJI trabalha com comunidades que foram marginalizadas pela pobreza e desencorajadas por tratamento desigual. Estamos empenhados em mudar a narrativa sobre raça na América” (EJI, 2018)

**3.2.1 O TRAJETO A MONTGOMERY**

No dia 29 de abril de 2019, o EJI comemorava 30 anos da instituição com um grande evento no teatro *Montgomery Performing Arts Centre* com capacidade para 1800 pessoas. Em conjunto ao aniversário da instituição, o lançamento do *Peace and Justice Memorial Center*, uma das edificações do complexo memorial da EJI na cidade, e a inauguração do Museu do Legado e do *Memorial da Paz e Justiça* também constaria na programação.

Com o ingresso garantido para a celebração, saí, na manhã do mesmo dia, de New Orleans em direção a Montgomery, por uma companhia tradicional de transporte rodoviário. O primeiro contato com a cidade foi pela rodoviária no centro da cidade, bem próxima à estação de trem. Montgomery é uma cidade pequena, o centro possui ruas e calçadas largas, sem grandes verticalidades nas edificações, salvo raras exceções. Além disso, não é tão frequente o trânsito de pessoas nas ruas, o que imprime um ar sóbrio à cidade.

Para minha surpresa, tive dificuldade em conseguir hospedagem na cidade durante o período. Na região central, todos os hotéis estavam com hospedagens quase esgotadas, preços altos, e todos eram de padrões incondizentes com a viagem de pesquisador estudante. Entre as opções, escolhi, com base na equação custo/distância do museu, a que achei mais razoável. A cidade pareceu oferecer, apenas, dois serviços de hospedagem, hotéis 4 e 5 estrelas no centro, ou hospedagens simples, no estilo pernoite no entorno da cidade.

No decorrer desta pesquisa, algumas informações foram reveladas e ajudaram a entender melhor as primeiras impressões com a cidade. Montgomery passa por investimento de revitali-

**24** Prefeitura de Montgomery (2021). **Downtown Montgomery – Buldins Permites and Projects Report 2014-2020**. Disponível em: <https://www.montgomeryal.gov/>

zação do centro desde os anos 2000, alguns projetos são catalizadores dessa revitalização como: *Riverwalk Stadium, The River Front Park, Anfiteatro e Cramptow Bowl* (PALEOWEST, 2020). O relatório de 2021 da prefeitura da cidade *Downtown Montgomery – Buldins Permites and Projects Report 2014-2020*<sup>24</sup> lista uma sequência de empreendimentos de interesse público construídos no centro da cidade, informações como: custos de investimento e breve descrição. Entre os empreendimentos relatados, estão o *National Memorial for Peace and Justice* e o *EJI Legacy Pavilion*, ambos promovidos pela EJI. O relatório também evidencia empreendimentos residenciais e hoteleiros, uma nova abordagem para uma área que historicamente foi pouco habitada.

O plano de desenvolvimento *Envision Montgomery 2040* (2020), apresentado pela prefeitura, traça um plano para reforçar o potencial de turístico histórico de uma cidade que é, simultaneamente, “o berço da Confederação e do Movimento dos Direitos Civis” (PALEOWEST, 2020). A seção histórica do plano, que apresenta as potencialidades e desafios de reavivar o centro da cidade e preservar a história, não aborda a relação entre as duas memórias, branca e negra, apenas as apresenta como algo a ser preservado. Não é percebido um interesse na reflexão sobre a intenção e manutenção das duas memórias no espaço público. Não se aborda os valores que as duas memórias carregam, e assim, beneficiam a memória do opressor que permanece preservada em uma espécie de revisionismo histórico por amnesia. Sendo a memória Confederada distanciada das raízes racistas e monumentalizada como resistência ao imperialismo de um governo central norte-americano em relação aos estados do Sul do país (EJI, 2018). Na omissão da centralidade do racismo na memória confederada, se

cria um novo valor heróico que justifique sua permanência nos espaços públicos.

Voltando à Montgomery, acessei aplicativo de transporte para chegar ao hotel reservado. Um hotel simples, afastado do centro, no cruzamento entre a rodovia South Boulevard e a U.S. Highway 82 que conecta Montgomery a Mobile - AL, no Golfo Mexico, importante rota comercial desde os tempos da formação da cidade. A recomendação do motorista, um homem negro, de que não saíssemos do hotel a partir do fim de tarde, mudou a perspectiva de hospedagem da viagem e, por segurança, decidimos voltar ao centro e nos hospedar em um dos grandes hotéis.

A reportagem de 2019 do *New York Times*, *Revitalizando Montgomery Conforme Abraço o Passado* (NEW YORK TIMES, 2019) aborda como a construção do *Museu do Legado quanto a do Memorial for Peace and Justice* provocaram aumento exponencial no fluxo turístico da cidade. Os empreendimentos de 20 milhões de dólares totais, no ano inicial da abertura, motivaram o crescimento de 400 mil visitantes a mais para a cidade de 200 mil habitantes, 60,5% negros (DATA USA, 2021).<sup>25</sup> O que justificaria a relativa dificuldade com opções de hospedagens dentro da cidade. São previstos três hotéis e mais 300 unidades residenciais para o centro da cidade (NYT, 2019). Os empreendimentos da EJI, memorial e museu, são âncoras de uma sequência de investimento que acontece em Montgomery, dois projetos que “buscam lidar honestamente com o passado [...] falando honestamente sobre a escravidão e segregação”, segundo o diretor do EJI e idealizador do museu, Bryan Stevenson, afirmou em entrevista ao jornal *novaiorquino* (NYT, 2019, tradução nossa).

Hospedei-me em um dos poucos hotéis do centro, na esquina entre a importante rua do Co-

**25** Data USA: Montgomery - AL. Disponível em: <https://datausa.io/profile/geo/montgomery-al/#demographics>.

mércio e a rua Bidd, poucos metros da estação de trem; do porto do rio Alabama; um quarteirão de distância da Fonte Praça do Tribunal, local que foi o principal mercado de escravizados; dois quarteirões de distância do Museu Rosa Parks, dedicado a ativista histórica dos Direitos Civis; atravessando a rua para o teatro *Montgomery Performing Arts Centre*, no mesmo quarteirão da sede do EJI e também do Museu do Legado.

No evento de comemoração aos 30 anos do EJI, o teatro estava com capacidade máxima e um público que aparentava ter, em média, entre 40 e 50 anos de idade. Entre apresentações de poetas, performances, músicos ganhadores do Grammy, duas falas eram as mais esperadas: o de Anthony Ray Hilton e a de Bryan Stevenson. Hilton, funcionário do EJI recém-contratado e ex-cliente, fez um relato bastante pessoal de sua relação com a instituição. Encarceramento por 30 anos, condenado à pena de morte, Hilton teve a pena revogada após a EJI comprovar sua inocência. Stevenson, por sua vez, agradeceu em nome da instituição e ressaltou a importância de se trazer para o espaço público, por meio do museu e memorial, o debate sobre encarceramento em massa da população negra.

A noite terminou com algumas reflexões sobre a primeira experiência com a EJI. A primeira referente ao poder de mobilização da instituição onde artistas e/ou ativistas que subiam ao palco ressaltavam a importância e o alcance da instituição, que a muito tempo já ultrapassara os limites do Alabama. Outra reflexão referiu-se à ligação da comunidade negra ali presente com o cristianismo. Diversas passagens e ritos de celebração cristã foram repetidos na cerimônia. Por último, a intenção de EJI impactar o espaço urbano.

## 3.2.2 VISITA AO MUSEU DO LEGADO



**Figura 10: entrada Museu do Legado**

Fonte: Acervo Pessoal (2019).

O Museu do Legado deixa claro o seu propósito de ser um museu de narrativa da *Escravidão ao Encarceramento em Massa*. Desde sua abertura em 2018, o Museu do Legado tem recebido boas críticas de diversos veículos de imprensa, dentro e fora do país. Bryan Stevenson, o criador do museu, afirmou em entrevista para o Art Forum (2018) que o intento com a fundação do museu era de que visitantes, ao saírem do museu, carregassem consigo o sentimento de que a história de racismo ali narrado não poderia se repetir. Stevenson ainda complementa dizendo que nos Estados Unidos existe uma romantização daqueles que lutaram pela manutenção da escravidão, que a iconografia sobre o tema evita a dor e angústia do legado da iniquidade racial. Para Stevenson, o museu busca a reconciliação com o passado através de uma abordagem honesta com sua história (EJI, 2018).

Para alcançar o objetivo de reconciliação com o passado, o museu recorre a alguns recursos que auxiliam sua expografia. Recursos tecnológicos, que facilitam a absorção e a retenção de informação pelo público; interatividade, recursos como fotografia, filmes, e áudios para desenhar a narrativa proposta que, apesar da precisão da construção, por vezes, falta um aprofundamento maior para uma compreensão melhor da experiência negra estadunidense atual (PIERCE; HEITZ, 2020).

Para quem pretende visitar o Museu do Legado, assim como em outros concorridos museus, os ingressos são agendados. Para este trabalho, a primeira visita foi feita pela manhã de uma terça-feira. Para aqueles que não possuem ingressos digitais, a bilheteria é localizada próxima a The Alley, um corredor de bares e restaurantes, inter-

no ao quarteirão entre a rua do Comércio e a rua Coosa, que faz parte dos investimentos de revitalização do centro da cidade. O corredor da bilheteria, transversal ao The Alley, conecta a sede do EJI na rua do Comércio e o Museu do Legado na rua Coosa. Próximo ao museu, como parte integrante dele, estão o café e a livraria, onde é possível comprar os relatórios de pesquisa do EJI e títulos relacionados à História das populações negras estadunidense e da Diáspora.

A visita feita ao Museu do Legado foi compartilhada com dois grandes grupos, uma excursão que acabava de chegar, todos com camisas iguais e faixa etária em torno dos cinquenta anos de idade. O segundo aparentava ser de uma escola de ensino médio. Ambos eram de maioria negra. Depois do detector de metal somos recebidos pela funcionária do museu que explica o percurso e comunica que dentro do museu é proibido fotografar e gravar, mesmo em caso de pesquisadores, como era o meu caso. Não existia nenhum formulário ou protocolo para eventuais pedidos.

Dentro do hall de entrada a primeira coisa a chamar a atenção é a frase “onde você se encontra, pessoas escravizadas foram armazenadas” (fig. 2)<sup>26</sup> A frase foi pintada em letras garrafais na parede de tijolos vermelhos, comuns às construções menos pomposas do período. Segundo a ativista e guia de turismo, Browder, tais tijolos, precisamente iguais, foram feitos, unicamente, por mulheres escravizadas.

A edificação onde hoje o museu se encontra foi um antigo armazém usado para alojar os escravizados antes de seguirem para seus destinos finais. Perpendicular à frase pintada, na mesma parede da entrada, se encontra uma sequência de dados demográficos que, através de recursos de vídeos, demonstram o processo de disposição

das populações negras aos estados do Sul, destacando o período do comércio escravagista interno, onde segundo o relatório *Slavery in America – The Montgomery Slave Trade* (EJI, 2018), a proibição do tráfico transatlântico de pessoas provoca enorme crescimento do comércio escravagista interno e Montgomery passa a ser o principal mercado.

“Escravidão é a coisa seguinte ao inferno”.<sup>27</sup> Esta é uma frase de Harriet Tubman (1822-1913), mulher negra que escapou da escravidão em 1849 e heroína abolicionista. Tubman foi figura fundamental para a luta abolicionista nos EUA, dedicou sua vida a libertar negros escravizados, ela teria voltado ao menos 15 vezes para resgatar escravizados no sul do país em uma rota de liberdade chamada *underground railroad*<sup>28</sup> (EJI, 2013). A frase está gravada na parede escura do ambiente intermediário e o salão de exibição principal. O acesso é feito por uma rampa que vence o desnível entre o lobby, no nível da rua, e o do salão principal. O espaço que se segue é um ambiente escuro com seis celas. Ao se aproximar do portão de cada cela, um holograma é disparado e uma história é contada. Imagens em tamanho real de personagens que conversam diretamente com o expectador e contando sua história relacionada à escravidão.

<sup>26</sup> Tradução livre de “you are standing on a site where enslaved people were warehoused”.

<sup>27</sup> Tradução livre de “slavery is the next thing to hell”.

<sup>28</sup> *Underground Railroad* era uma rede de abolicionistas que provia abrigo, comida, transporte e proteção a escravizados fugidos em busca da liberdade (EJI, 2013)



**Figura 11: Duas crianças: relatos sobre a experiência da escravidão.**

Fonte: Produção do autor (2021)..

Crianças procurando os pais, mãe procurando o filho, pessoas cantando músicas que costumavam ser cantadas nas plantações de algodão, entre outras histórias são constadas em primeira pessoa por esses hologramas. A experiência foi impactante. Logo no início da visita, observei que esta conecta o público aos tempos da escravidão de forma humanizada e direta. “Ouvindo as vozes e olhando dentro dos olhos de pessoas reais, os visitantes são presenteados com algo maior que o entendimento abstrato” (PIERCE; HEITZ, 2020). O espaço criado com pouca luz e vídeos por meio do portão que não possibilita a visualização simultânea de grupos, oferece uma experiência individual no espaço, como uma conversa entre você e aquela pessoa à sua frente que vive o horror da escravidão.

Ao sair do espaço das histórias contadas, à esquerda, na parede longitudinal que atravessa a área principal de exposição, a história da escravidão aos dias atuais é apresentada por uma extensa linha do tempo, da escravidão ao encarceramento em massa, com textos e imagens, cujas marcações vão desde o piso a parede, criando uma ambientação em que os visitantes atravessam os períodos através das marcações no piso. O EJI apresenta a narrativa a que o museu se propõe a contar, de como o encarceramento em massa é uma evolução da escravidão, em quatro Eras: *Escravidão na América, Terror Racial, Segregação para Sempre, Encarceramento em Massa*. Na linha do tempo que segue a parede, as eras são substituídas por quatro verbos: Sequestrados, Aterrorizados, Segregados e Encarcerados.



Por seguir ordem cronológica, a parte inicial da expografia é dedicada ao horror do sequestro das pessoas africanas, o processo de sua desumanização como forma de justificar a escravidão. O museu também aborda as resistências, revoltas e organizações negras contra a escravidão. O início da imersão na narrativa proposta pelo museu ao visitante é apresentado como a escravidão que-

brou *comunidades afetivas*, famílias que foram separadas pelo tráfico humano. É também ressaltado a centralidade da escravidão no sistema econômico, sendo o trabalho negro forçado o grande propulsor do desenvolvimento econômico.

Ao centro da primeira sessão do museu, a estátua *Doubt* do artista Titus Kaphar que retrata uma pessoa negra de joelhos envolta em tecido

**Figura 12: linha do tempo (TLM)**

Fonte: The Museum and Memorial (EJI).<sup>29</sup>

<sup>29</sup> Disponível em: <https://museumandmemorial.eji.org/museum>. Acesso em: 05 de julho, 2021.

**30** Conferir o artigo **Jim Crow Laws**, disponível em: <https://eji.org/news/history-racial-injustice-jim-crow-laws>

**31** Período da Reconstrução se refere ao momento seguinte a guerra civil onde os exércitos Confederados, dos Estados do Sul dos Estados Unidos, lutaram pela manutenção do sistema escravagista, contra os exércitos da União. Após a derrota dos Confederados, o período de reconstrução se refere a reconstrução físicas do pós-guerra e social econômica com a emancipação a cidadãos das populações negras. (IZECKSOHN, 2017).

é cercada por textos e imagens que são registros relacionados ao comércio da escravidão. Trechos de notas de jornal, cartazes de recompensa e contratos de venda são reproduzidos por toda a área.

O recorte seguinte a *Escravidão nas Américas é a Era do Terror Racial*, ligada ao período Jim Crow no Sul do país. Período em que se institucionalizaram políticas racistas de perseguição aos direitos civis dos negros estadunidenses, como a segregação racial e a redução de investimentos em vizinhanças negras. Jim Crow<sup>30</sup> (1890-1910) se refere à sequência de leis após o período da Reconstrução<sup>31</sup> que impactaram diretamente as populações negras que viviam nos Estados do Sul onde as leis entraram em vigência, segregação racial de escolas, parques, restaurantes passaram a ser legítimos por lei, além de perseguição aos direitos civis das populações negras, direitos como o de voto. Outra violência retratada são os linchamentos, registrados entre os anos de 1877 e 1950. São mais de quatro mil linchamentos registrados pela EJI nesse período pós escravidão em 800 cidades diferentes em todo território estadunidense. Os registros feitos pela instituição são trazidos a público com o nome das vítimas, data, local e motivo.

Um display interativo apresenta o levantamento feito pelo EJI dos linchamentos. Os visitantes são convidados a descobrir geograficamente as localidades, os nomes, as histórias. O museu apresenta algumas imagens reais dos linchamentos seguidos de texto contando o contexto da violência, onde as pessoas negras eram acusadas por esses grupos supremacistas e julgadas culpadas tinham suas vidas ceifadas no espaço público.

O EJI mantém alguns projetos que impactam diretamente as comunidades afetadas pelo legado de violência apresentado no museu, entre eles, o *Comunity Remembrance Project*, projeto

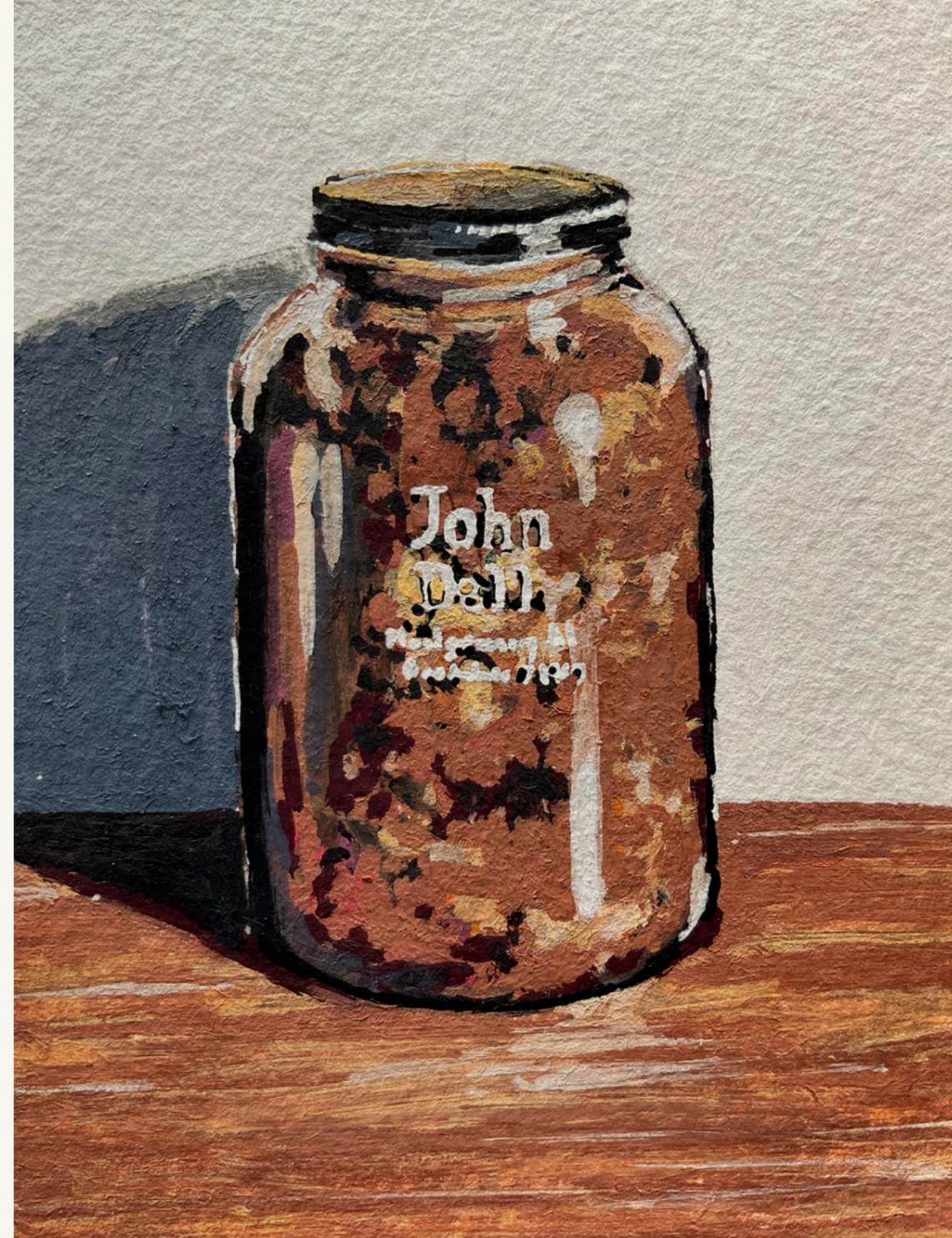
Memória da Comunidade em tradução livre, um trabalho junto com as comunidades para documentar vítimas de violência racial, homenageá-las em espaço público, contando suas histórias e fomentando debates sobre raça e justiça dentro das comunidades. Outro projeto é o *Community Soil Collection*, Coleta de Solo Comunitária, em tradução livre, que fornece oportunidade para envolver e conectar a comunidade com o legado dos linchamentos (EJI, 2018).

O *Community Soil Collection Project* reconhece que muitas das vítimas do terror racial nunca tiveram sua história de vida reconhecida, o projeto reconhece e mantém sua memória viva através da terra. Para cada vítima, um pote de vidro, com o nome da vítima, data e local é preenchido com terra do lugar onde aconteceu a violência. Uma das paredes do museu, próximo às telas interativas, é dedicada à memória dessas vítimas da violência racial. A sequência dos potes de tonalidades diferentes forma um grande painel de variação de tons de pele.

*Segregation Forever* se refere ao trecho de um discurso infame, o discurso de posse do governador George Wallace em 1963, em que ele diz “Segregação hoje, segregação amanhã, segregação para sempre”. A segregação criou guetos, provocou migrações das populações negras que fugiam da violência e naturalizou a política de retirada dos direitos civis das populações negras.

A expografia usa dos recursos parecidos da primeira era, Escravidão na América, com reproduções de placas, avisos, anúncios e textos do período que foram usados para reforçar a segregação racial e os valores compartilhados pela supremacia branca.

A última sessão é o Encarceramento em Massa, o tema que é diretamente relacionado à criação do EJI que advoga há mais de três



décadas contra o encarceramento em massa e excesso de punição do sistema judiciário norte americano. Nessa parte o museu usa das informações apresentadas como causa do encarceramento em massa, a escravidão. A perseguição às pessoas negras, principalmente homens, a ideia de inferioridade e do homem negro violento dão suporte a argumentação de relação intensa entre a escravidão e o encarceramento das populações negras.

O museu costura a expografia junto com a narrativa apresentada resgatando o uso do holograma como forma de comunicação direta entre o visitante e a história contada. Se no começo da visita se ouviam as narrativas pelas grades de uma cela, dessa vez o visitante é convidado a se sentar e ouvir os relatos biográficos daqueles homens sentenciados, com condenações como a de prisão perpétua, através de um simulador de cabine de visita penitenciária.

Entre as histórias contadas está a de Anthony Ray Hilton, o mesmo que discursou na comemoração dos 30 anos da instituição. O vídeo reproduzido no simulador é a imagem do próprio Hilton contando sua história para o visitante. O visitante se senta na cabine, põe o telefone que está na parede no ouvido e interage com esses clientes do EJI, ou melhor, com os hologramas, por meio do vidro. Novamente a comunicação se torna direta, pessoa a pessoa, o museu reforça a oralidade como estratégia de comunicação com o público.

**Figura 13: Vaso Community Soil Project**

Fonte: Produção do autor (2021).



**Figura 14: Simulador de visita a condenados a pena de morte**  
Fonte: Produção do autor (2021)..

Outra relação que a expografia traz para os dias atuais são as reproduções das cartas enviadas por clientes da instituição, homens, mulheres, crianças, todos eles em busca de apoio da EJI. Se, inicialmente, a expografia mostra reproduções de anúncios de venda de pessoas, ao final se lê os pedidos de socorro. A exposição mostra a enorme disparidade entre os dados demográficos da sociedade e dados das populações carcerárias, e, através de algumas narrativas pontuais, ilustra como as pessoas negras estão mais propensas a serem julgadas de forma injusta, seja por uma sentença tendenciosa ou até mesmo por serem inocentes das acusações, como no caso de Anthony Ray Hilton.

O museu, ainda, apresenta um espaço de celebração a lideranças e personalidades negras, no extremo oposto à entrada e saída do museu o espaço se relaciona por outras formas com a narrativa que se tem muita clara. A sala com as fotos e informações didáticas se torna, de alguma forma, um espaço a parte. Em conjuntos com os espaços expográficos, salas, localizadas entre a parte principal de exposição e a rampa que retorna os visitantes ao nível da rua, reproduzem vídeos dos projetos relacionados ao EJI, alguns citados neste trabalho, alguns relatos de clientes que dividem histórias que ilustram o alerta que tanto a EJI, quanto o museu se propõe a fazer.

Ao fim das visitas, fotos, pinturas e acompanham o visitante até a última obra artística antes da saída, "Bam (for Michael)" de Sanford Biggers, uma escultura em homenagem a Michel Brown, morto em 2014 pela polícia em Ferguson, Missouri.

### 3.2.3 MONTGOMERY: O CONTO DAS DUAS CIDADES

O Museu do Legado apresenta a história negra em Montgomery e nos Estados Unidos em quatro recortes temporais: Escravidão na América, Era do Terror, Segregação para Sempre e Encarceramento em Massa. Essa delimitação nos guiará na apresentação da cidade de Montgomery, sua história está intrinsecamente relacionada à história do país. Em diferentes tempos, a cidade foi palco de acontecimentos que conformaram a história dos Estados Unidos, seja como o local do marco revolucionário do Movimento Moderno de Direitos Civis da população afro-americana e como berço da Confederação dos Estados do Sul.

São notórios os esforços de reconciliação da cidade de Montgomery com a memória da população negra local. No decorrer das últimas décadas, a prefeitura realizou importantes registros históricos, relatórios urbanísticos relacionados às populações negras da cidade, frutos de consultorias financiadas pela cidade ou investidor externo. Entre os novos empreendimentos de maior relevância vinculados à memória negra na cidade, estão o Museu do Legado e a criação de um Museu Iconográfico no subsolo da modesta igreja onde o pastor Dr. Martin Luther King Jr. liderava as reuniões para continuidade do boicote aos ônibus, e recepcionou a multidão da Marcha de Selma.

#### Era 1 – Escravidão na América

Montgomery está localizada em posição central ao sul do estado do Alabama, às margens do rio que leva o mesmo nome do Estado. Os primeiros registros da região central do Alabama apontam a nação indígena Creeks como os habitantes originais da região, e destacam a importante rota comercial indígena que a região representava (WEST, 2020, p. 11). Obrigados a ceder grande porção das terras ao governo norte-americano, os conflitos gerados culminaram na Guerra Civil Creek (1813-1814), que, entre as consequências, levam a: a interrupção do comércio Creek, a criação do estado do Alabama a partir da divisão do território do Mississippi e o aumento da presença dos colonizadores na região central do Alabama (WEST, 2020, p.11), onde se encontra Montgomery. As plantações de algodão passaram a constituir o grande atrativo para os colonos.

A placa circular em bronze (fig.17) em base de concreto, localizada em uma das esquinas da Fonte da Praça da Corte, conta a história das duas cidades rivais que se tornaram uma. Com inscrição que atribui a criação do monumento de 2011 *Society of Pioneers of Montgomery County*, a placa justifica o desenho urbano do centro da cidade que possui os vestígios dos dois territórios, uma separação visual marcante a partir da forma diagonal em que o grid urbano dos quarteirões possui de uma área para outra. A região de Montgomery foi ocupada por duas cidades: *New Philadelphia* (1817), fundada por Andrew Dexter, e *East Alabama Town* (1818), fundada pelo general John Scott. Por benefícios comerciais para as duas cidades, a unificação se deu em 1819, e o nome Montgomery é em homenagem ao general Richard Montgomery que liderou o exército norte-americano durante o século XVIII.

As cidades de *New Philadelphia* e *East Alabama* se conectaram nas proximidades do poço artesanal, hoje Fonte da Praça do Tribunal. *New Philadelphia*, numa orientação Norte-Sul, Leste-Oeste, correspondente às adjacências da avenida Dexter, avenida que liga a fonte ao Capitólio do Alabama; e *East Alabama Town* corresponde à área próxima à rua do Comércio que liga o porto do Rio Alabama à Fonte da Praça do Tribunal.

O *Conto das Duas Cidades* é o título do registro urbano referido no parágrafo anterior, mas também diz muito da experiência que é vivida pelas duas populações majoritárias da cidade, a negra e a branca. Neeley (2019, apud WEST, 2020, p. 12) aponta que as terras férteis e a localização às margens do rio Alabama fez da cidade ideal para plantações de algo-



Figura 15: Marco Montgomery (conto das Duas Cidades)

Fonte: fotografia elaborada pelo autor (2019).

dão. A combinação geográfica e alta demanda por algodão fez com que Montgomery crescesse rapidamente nas décadas seguintes à sua criação. A mão de obra escravizada possibilitou a enorme proficuidade das plantações agrícolas e crescimento da cidade, que demograficamente registra aumento significativo da população branca, mas, principalmente, da população negra. A população negra é parte integrante da identidade de Montgomery (EJI, 2018).

Além do crescimento da demanda por algodão, a expansão das linhas férreas e possibilidade de navegação por barcos a vapor expandiram as rotas comerciais da cidade, possibilitando a competição comercial com a Costa do Golfo no extremo sul do Estado (WEST, 2020, p. 12). Após a proibição do tráfico transatlântico negreiro pelo Congresso (BANCROFT, 1931, apud EJI, 2018, p. 23), o comércio escravista interno se intensificou e Montgomery ganhou centralidade desse comércio, se tornando a capital do comércio escravagista interno. Entre os anos de 1810 e 1869, estima-se que um milhão de pessoas negras escravizadas foram removidas à força dos estados do Norte dos Estados Unidos, onde houve a emancipação legal inicialmente, para os estados do Sul (LIGHTNER, 2004, apud EJI, 2018).

A população negra na cidade passou de cerca de 400.000 escravizados – cerca de 40% da população total de Montgomery em 1820 – para 436.000 pessoas, e cerca de 45% da população total no ano de 1860 (EJI, 2018), mesmo ano em que houve a separação dos estados do Sul da União, e começo da Confederação dos estados do Sul que lutariam em guerra civil pela manutenção da mão de obra de escravizados em sua economia.

A arquitetura da cidade de Montgomery é um registro da presença negra, não somente por ter a mão de obra negra como principal construtora,



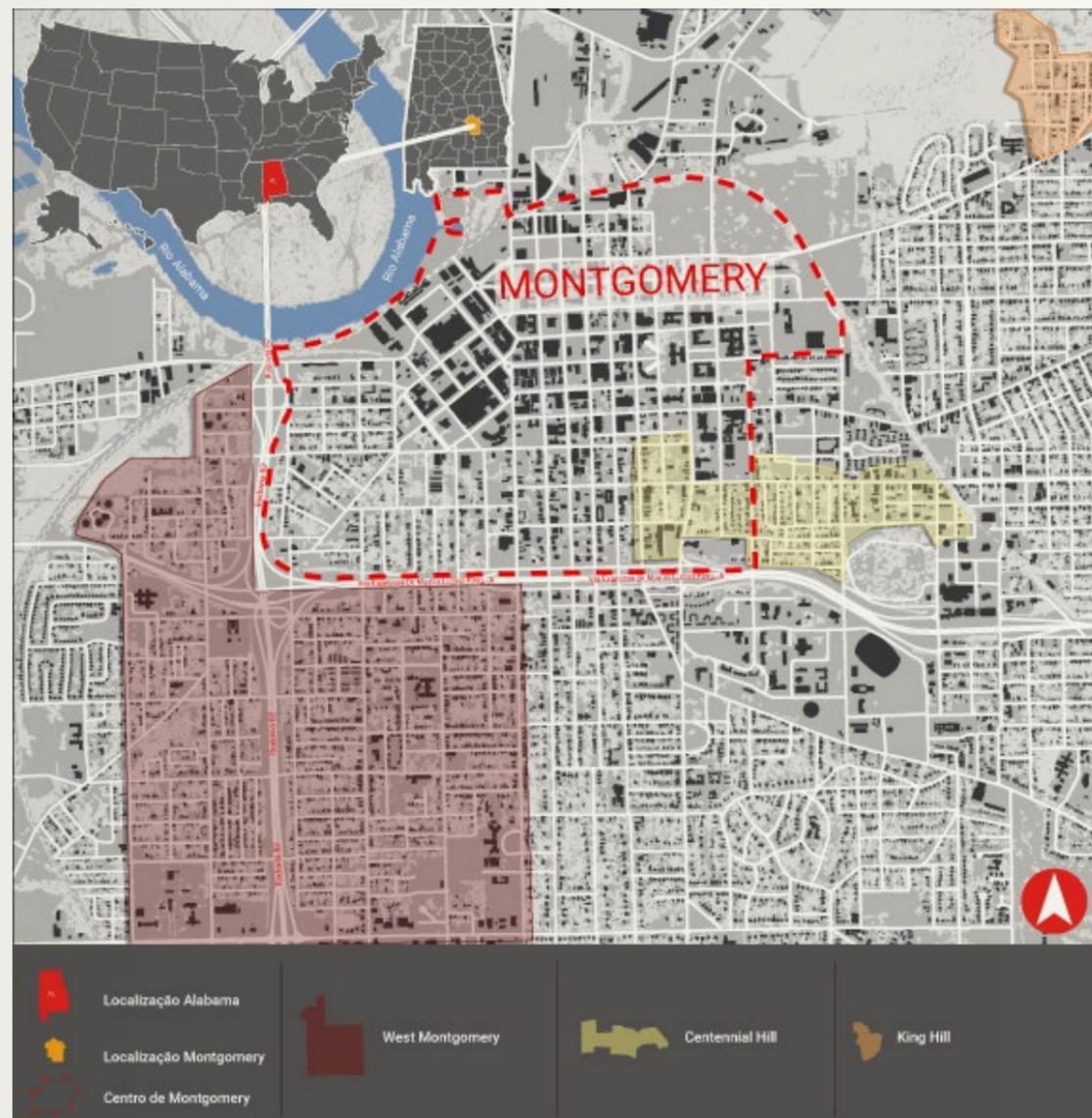
Mapa 12: Montgomery (rua do Comércio, ano 1860)

Fonte: The Museum and Memorial (EJI 2018) (Adaptação do autor)

desde o início da cidade, mas em relação às edificações preservadas que, em sua gênese, serviram ao intenso comércio escravagista. Os principais acessos por onde a população negra escravizada chegava, pelo rio Alabama ou por trem, estão próximos e localizam-se a noroeste do centro da cidade. O percurso do comércio escravagista consistia num trajeto das estações, passando pela rua do Comércio, onde existiam estabelecimentos relacionados a escravidão, como os armazéns de depósito da carga humana, seguindo até a fonte na Praça da Corte onde se realizavam os proclamos leilões (EJI, 2018). Os estabelecimentos relacionados a escravidão também se estendiam a avenida Dexter. Segundo o trabalho da própria EJI (2018), na década de 1860 o número de estabelecimentos relacionados ao comércio escravista ultrapassava o de igrejas e hotéis.

A escravidão em Montgomery permaneceu até a derrota do exército Confederado na Guerra de Secessão, 1861-1865, marcando a reincorporação dos estados do Sul à União e a Emancipação da população negra nos estados confederados. Com a emancipação, as populações negras que viviam em separado as experiências de escravidão e liberdade, se unificam na experiência de liberdade.

Apesar de não ter afetado fisicamente a cidade de Montgomery, com o fim da guerra civil, inaugura-se o chamado Período de Reconstrução; reconstrução das estruturas sociais e econômicas, assim como reconstrução física das regiões mais afetadas pela guerra. Nas décadas seguintes, houve migração das populações negras, as comunidades afetivas construídas nas *plantations* iniciaram um processo de migração para as periferias das cidades, concentradas em três principais vizinhanças: West Montgomery, Centennial Hill e King Hill (WEST, 2020, p. 14).



**Mapa 13: Montgomery (3 vizinhanças negras)**

Fonte: gráfico elaborado pelo autor

## Era 2 – Terrorismo racial

A Era do Terror Racial (1880-1940) refere-se às diversas execuções, linchamentos e políticas públicas que procuravam desincentivar a educação, emancipação econômica e ascensão social das populações negras. A própria existência do Museu do Legado na cidade de Montgomery é um sinal do fracasso das políticas de morte e privação da liberdade, o encarceramento em massa. Porém, as violências sofridas deixaram marcas indelévels na história destas comunidades. Mesmo reconhecendo impacto negativo da Era do Terrorismo Racial nas comunidades negras de Montgomery, a resistência e fortalecimento dessas comunidades culminaram no Movimento Moderno dos Direitos Civis norte-americano. Um exemplo de luta coletiva por direitos.

A Emancipação provocou uma onda migratória, voluntária, das populações negras da região para a cidade de Montgomery, e, para garantir os direitos civis destas populações recém libertas e a ordem social nos estados do Sul, durante a *Reconstrução*, o governo central do país criou uma instituição que fiscalizaria a transição social. *Freedmen's Bureau's*, escritório dos libertos em tradução livre, como ficaram conhecidos, eram os responsáveis pela inserção da mão de obra negra remunerada na sociedade. O período oficial de reconstrução no Alabama durou de 1865 a 1874 (WEST, 2020, p. 14).

A fiscalização federal não implicou uma efetiva proteção às populações negras que continuaram sendo alvos de diversas violências raciais. Entre os anos de 1877 e 1950 a EJI (2018) registrou mais de quatro mil linchamentos, só no estado do Alabama. As violências visavam ao controle político, social e econômico sobre as populações negras que eram impedidas de saírem das regiões de plantação, apesar da dita liberdade. O trabalho nas plantações para parte da população negra ainda era imposto por meio da violência (EJI, 2018).

Medo, intimidação, violência e terrorismo não eram táticas exclusivas de grupos privados. O Estado implementou as mesmas estruturas de terrorismo como forma de manutenção de poder dos supremacistas brancos. Segundo o relatório da EJI (2018), o governo Democrata dos estados do Sul, em eleição fraudulenta de 1874, elegeu um governo pautado na reimplantação dos ideais confederados que buscavam o reestabelecimento da hierarquia racial e dos principais argumentos para a manutenção da escravidão. Como forma de anulação do poder democrático das populações

negras, os limites da cidade foram redesenhados, excluíram os eleitores negros e representantes negros do jogo democrático.

A 13ª Emenda da Constituição Federal, ratificada em dezembro de 1865, proibiu a escravidão, exceto em caso de punição. Criou-se, então, um estímulo ao excesso punitivo às populações negras norte-americanas, uma vez que, dentro do sistema prisional, sua força de trabalho pode servir como mão de obra escrava novamente. E essa medida tem grande impacto na sociabilidade negra. A exemplo, assim como no Rio de Janeiro, leis de controle social coibiram a presença negra no espaço público. A Lei da Vadiagem, de 1941 no Brasil, encontra um par no contexto norte americano na lei da vadiagem inscrita na nova constituição do estado do Alabama de 1901.

O relatório histórico dos direitos civis de Montgomery (2020) aponta algumas das estratégias de sobrevivência das populações negras contra o Estado supremacista e seu ideal de re-escravidão. A autosegregação, como definiu o relatório, era uma das formas de proteção das violências do Estado e da população branca. A população branca, apoiada na justificativa de proteção à propriedade privada e da ordem pública, e a presunção de culpa das pessoas negras provocaram um grande aumento de prisões e linchamentos. Como resposta ao aumento da violência: o êxodo para os estados do norte do país e o fortalecimento de comunidades urbanas afro centradas (EJI, 2018).

Se, na Era 1, é evidenciado como a escravidão se desenvolve na cidade de Montgomery, na Era do Terrorismo Racial, é a transição social que equipara a estruturas racista com outras ferramentas com o intuito de manutenção do controle sobre as comunidades negras. Nessa Era, a violência dos brancos para com os negros é destacada, evidenciando a perpetuação da histórica violência dos brancos e da manutenção de um terror socio-racial por meio de punições e execução de pessoas negras que passa a ter motivos cada vez mais banais. Duas estratégias racistas que o Museu do Legado dedica atenção como forma de reconexão honesta com a própria história (STEVESON, 2021). A Era do Terror pauta a normalização social da violência algo que é essencial para as continuidades desse processo nas Eras seguintes, dentro da narrativa maior a qual o museu se pretende a contar.

### Era 3 – Segregação para sempre

Como reforçamos neste trabalho, para localizar o Museu do Legado em seu contexto urbano, é preciso aprofundar na história de Montgomery para entender como sua formação e os acontecimentos políticos a levaram a ser símbolo tanto da confederação quanto do movimento pelos direitos civis. Na capital do Alabama, o heroísmo dos exércitos confederados, forjado por revisionismo histórico (EJI, 2018), se contrapôs a lideranças locais como a do pastor da Igreja Batista, Dr. Martin Luther King Jr, um ícone da história negra norte-americana por seu papel fundamental durante o movimento pelos direitos civis.

Ao fim do período de reconstrução federal no Alabama (1865-1874), após a derrota dos confederados, forças representativas do governo federal asseguravam, em relação à escravidão e inserção das populações negras no novo modelo socioeconômico, a eleição de políticos conservadores representou retrocesso nas políticas de integração (ROBINSON, 1999, apud WEST, 2020).

Com o reestabelecimento democrático do poder político das lideranças brancas. Os direitos civis das populações negras passaram a ser atacados pela estrutura de poder supremacista que mobiliza esforços para legislar contra as populações negras. Em 1876 o redesenho dos limites da cidade de Montgomery, feito para excluir vizinhanças negras, impediu com quase toda população negra votasse no ano seguinte (WEST, 2020).

Posteriormente, houve as políticas de diferenciação das populações brancas e negras. A nova constituição do estado do Alabama (1901) é um dos marcos de consolidação do período das leis Jim Crow, oficializa as leis de segregação da população negra e privação de direitos. Esse pe-

ríodo é compartilhado com os demais estados do sul do país (WEST, 2020).

A combinação de todas as violências impostas pela sociedade branca, ainda no século XIX, configurou uma sociedade negra paralela que orbita o núcleo da cidade de Montgomery, operando sob outra ótica, de maneira a fomentar a própria identidade enquanto grupo (WEST, 2020). Portanto é a partir do ensimesmamento urbano, a intensificação do convívio e atividades variadas dentro da própria comunidade, das populações negras e o fortalecimento dessa *comunidade afetiva* que as vizinhanças negras sobrevivem as violências impostas. As vizinhanças de Centennial Hill, próxima ao capitólio do Alabama; West Montgomery, próximo ao vetor de expansão dos subúrbios; King Hill, com a maioria da população negra mais pobre de Montgomery; são essas vizinhanças negras históricas da cidade.

### Era 4 – Encarceramento em massa

O encarceramento em massa das populações negras nos Estados Unidos é parte final da narrativa contada pelo Museu do Legado. A quarta era diz respeito a atualidade, um trauma em andamento, o encarceramento em massa. O dado estatístico, apresentado em 2001 pelo *Beureau Of Justice Statistic*<sup>32</sup>, considerou os dados de encarceramento do momento do relatório. Segundo este, 1 em cada 3 homens negros nascidos nos Estados Unidos era esperado passar tempo de vida na prisão. Além desse dado pontual, o museu disponibiliza outros dados que demonstram o racismo

vigente no sistema penal norte americano.

Apesar das contribuições no campo político, da educação, do mercado de trabalho, moradia e acessos públicos, a justiça criminal não foi abordada pelo Movimento pelos Direitos Civis (EJI, 2018). A eleição do 37º presidente, Richard Nixon, que inicia a racista guerra às drogas em 1971, aumentou de 300 mil encarcerados para 2,3 milhões (EJI, 2018). A Era do Encarceramento em Massa é o momento que aborda questão raciais e violência no tempo presente. Ainda seguindo na linha de abordagem histórica honesta à qual Bryan Stevenson (2021) se refere ao museu, a respeito da narrativa proposta, da escravidão ao encarceramento em massa, a Era 4 é um dos reflexos da escravidão atualmente.

### Passado e presente

Para entender a dinâmica espacial da região central onde o museu do legado está inserido, consideramos os marcos importantes para a memória da população negra da cidade:

- Biblioteca e Museu Rosa Parks:** o museu é um tributo a Rosa Parks, mulher negra que se recusou a ceder seu lugar a um branco no transporte público, presa logo em seguida. A atitude de Parks foi o estopim para o início do boicote da população negra ao transporte público por manter os assentos segregados.
- Capitólio:** sede do poder legislativo do estado do Alabama, durante curto período, o local foi sede do poder político dos Estados Confederados do Sul durante a guerra civil.
- Casa Branca Confederação:** localizada próximo ao capitólio, a primeira Casa Branca da Confederação serviu de centro político por pelo menos um ano, em 1861, antes da capital ser movida para Virgínia.
- Fonte Praça do Tribunal:** atualmente, a fonte ornamenta a cidade com uma estátua de motivo mitológico grego. A princípio, o local serviu como aquífero para a cidade. O local era um dos pontos focais de comércio escravo.
- Igrejas Batistas em Montgomery:** as igrejas assumiram papel central na organização das ações coletivas durante o movimento pelos di-

reitos civis. Martin Luther King Jr. liderou encontros que articularam resistências como boicotes e marchas.

- Memorial da Paz e Justiça:** o memorial é um espaço sacro que relembra as milhares de vítimas por linchamentos nos EUA.
- Museu dos Direitos Civis:** o museu se dedica a contar a história do movimento por direitos civis dos negros e seus heróis. O museu dá atenção especial à intersecção do movimento com a cidade de Montgomery, especialmente a marcha de Montgomery para Selma, que protestava pelo direito ao voto dos negros.
- Rua do Comércio:** a rua foi responsável por abrigar diversos comerciantes de escravos e armazéns onde os escravizados eram mantidos.

<sup>32</sup> Paige M. Harrison, Allen J. Beck, Ph.D., *Bureau of Justice Statistics* (2002). Prison in 2001. Disponível em: <https://www.bjs.gov/index.cfm?ty=pbdetail&iid=926>.

## CONCLUSÃO

Esta dissertação teve o objetivo de analisar as noções de raça, memória e território, tendo como objeto dois museus que tematizam a escravização, luta pela liberdade e experiências de populações negras numa perspectiva histórica. Além da análise urbanística das cidades que figuram como expoentes dessa trajetória, procurou-se identificar relações entre características espaciais e significados aludidos por meio desses. Reconhecemos que museus são instituições que gozam de grande prestígio na sociedade e, por isso, têm forte influência na forma pela qual narrativas são transmitidas através dos tempos. Assim, os museus foram considerados, nesta dissertação, como lugares sociopolíticos relevantes para pensar relações entre raça e memória e como estas se apresentam no espaço construído.

A última etapa da pesquisa coincidiu com a eclosão da pandemia do Sars-cov2, cuja catástrofe ainda está em curso no Brasil, em que o número de vítimas fatais já passa de meio milhão.<sup>33</sup> Os efeitos severos e deletérios da crise social para as populações negras foram motivo de grande trauma social e revelam a face perversa de um país que não se conciliou com sua história. Em termos práticos, as limitações impostas pela condição que atravessamos demandou reorientações no curso da pesquisa. Novas informações foram adicionadas com base em intenções demonstradas de forma oficial em meios de comunicação como websites e trabalhos publicados recentemente, principalmente no caso do MUHCAB, cujo calendário de implementação foi interrompido.

Do ponto de vista teórico, diferentes autores que apresentamos contribuíram para pensar que a experiência negra e diaspórica é difusa e extrapola o espaço urbano. Cidade é um modo de ocupação do mundo, um signo indelével da experiência coletiva, por isso investigar as rela-

<sup>33</sup> Covid no Brasil, 2021. Disponível em: [https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19\\_html/covid-19\\_html.html](https://qsprod.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html). Acesso em: 10 de julho 2021.

ções das populações negras nesses espaços é algo que identificamos como relevante nas referências apresentadas. Ao propomos investigar as relações entre raça e história urbana, concluímos que as espacialidades criadas nos contextos estudados são indissociáveis do período da escravidão e relação entre raças. A arquitetura, às vezes, assume o papel de interlocutor entre o passado e o presente de forma a situar, espacialmente, um fato histórico, isto é, sendo algumas arquiteturas remanescentes dos tempos escravocratas, quando estimuladas de forma correta, podem conectar o observador com a história de forma única; afinal, o local é o mesmo, onde se deu o fato histórico. Portanto, os museus se inserem nas narrativas históricas contadas.

Dentro das abordagens históricas dos museus apresentados neste trabalho, o espaço público se torna fundamental nos esforços de resgate e preservação da memória negra em seus contextos. A memória negra presente e as populações negras que vivem nessas regiões dão caráter identitário aos territórios ao qual os museus estão inseridos. Existe o constante diálogo entre os museus e a identidade territorial forjada pela raça e memória no território. Estas conexões são fundamentais para a aproximação entre as instituições e o público negro local.

Como pesquisador, foi importante reconhecer as limitações de possíveis comparações de contextos históricos diferentes. Algumas aproximações construídas durante o trabalho, como a presença histórica de prolífico mercado escravagista nas duas cidades, explicita a forte racialidade territorial criada desde a colonização. Adentrar a história de formação da cidade de Montgomery se mostrou enriquecedor para o trabalho, assim como o contexto histórico racial nos EUA.

Desta forma, apresentar a narrativa histórica proposta pelo Museu do Legado amplia nosso olhar sobre a experiência negra diaspórica, no Brasil e nos EUA. Tal discussão possibilita caminhos para refletir sobre as exclusões e segregações territoriais criadas neste e naquele contexto, que intensificam o ensimesmamento destas populações negras. Fica, ainda, a reflexão sobre quais relações se criam a partir de instituição museal que aborda essa realidade pelos viéses simbólico e cultural das manifestações que surgem a partir deste agrupamento, ou ainda por uma abordagem das violências geradas pela segregação.

Montgomery e Rio de Janeiro são cidades muito diferentes quanto à história, geografia e composição populacional. No entanto, percebemos semelhanças e contrastes ao efetuarmos o recorte temático aqui proposto. O ponto de partida para as duas cidades refere-se ao fato de estas constituírem os *loci* de maior comércio escravagista em seus contextos nacio-

nais. As duas cidades enfrentam, ainda hoje, o legado da escravidão, que impacta dinâmicas sociais e influência as condições socioespaciais dessas populações negras. A cidade do Rio de Janeiro e Montgomery têm escalas muito distintas: enquanto o Rio de Janeiro se configura numa metrópole de estimativa de 6,7 milhões de habitantes (IBGE), Montgomery possui aproximados 200 mil habitantes (DATA USA, 2021).

Os territórios relevantes à nossa análise, ambos centrais nas duas cidades, foram locais de chegada de negros e negras a serem escravizados. Eles se constituíram de formas distintas.

Enquanto na Pequena África existe uma forte ocupação residencial, no centro de Montgomery a ocupação é majoritariamente comercial ou institucional, sendo poucos os grupos privilegiados que habitavam dentro do *SmartCode*. A Pequena África é espaço de sociabilidade, religiosidade e moradia; a permanência das populações negras, pela possibilidade econômica do centro e porto são pontos fundamentais para caracterizar o território negro. No caso de Montgomery, a territorialidade negra se dá nos registros espaciais que guarda as marcas das relações raciais como locais do mercado escravagista, e na disputa do espaço público ocupado pela monumentalização da memória confederada.

Há algumas diferenças históricas importantes sobre como a escravidão se dá nos dois contextos. No Brasil, a escravidão vive seus últimos momentos numa expansão da cultura do café, e é oficialmente abolida em 1888, após um processo gradativo e de lutas abolicionistas. As populações negras que habitavam pela Pequena África, à época, se dividiam entre as experiências da escravidão e liberdade. No pós-abolição, as populações negras sofrem constantes desterritorializações por parte das forças do Estado, que persegue essas populações em duas frentes: espacialmente, com redesenhos urbanos, e socialmente, por leis e violência institucional que buscam mitigar a presença negra indesejada em uma cidade em expansão. Essa perseguição afeta aquilo que se é preservado e valorado historicamente, dando ensejo a que lugares de memória negra sejam invisibilizados da oficialidade que o Estado representa, com destaque para o período de reformas da prefeitura Pereira Passos (1902-1906).

Nos Estados Unidos, mais especificamente nos Estados do sul do país, a emancipação das populações negras, isto é, a elevação do status social a cidadão norte-americanos, ocorre após guerra civil (1861-1865). A derrota dos exércitos dos confederados foi seguida da intervenção Federal para garantir a inserção das populações negras na sociedade. Os esforços de inserção se tornam inefetivos pela curta duração de poucos anos. Após a

saída das forças Federais, acontece um revés das populações negras, que passam a ser prejudicadas pela ascensão democrática de lideranças confederadas - em eleições nas quais a população negra teve seu voto cerceado. Em consequência do reestabelecimento político dos confederados, é oficialmente instaurada a segregação racial, acompanhada de um grande período de violentos linchamentos públicos a pessoas negras, que veio a ser conhecida como a Era do Terror. Outro elemento importante ressaltado pelo Museu do Legado é a 13ª emenda constitucional dos EUA. A emenda estabelece o fim da escravidão, a não ser em caso de punição; segundo a EJI, esse se torna o principal motivador do encarceramento em massa das populações negras, que continuam a ser escravizadas dentro do sistema penal.

As experiências negras relativas ao período pós-escravidão se aproximam nos dois contextos pela não integração negra à sociedade dominante, isto é, tais populações não gozam das mesmas possibilidades e acessos proporcionados pelo Estado. No Rio, as populações que não são movidas para os subúrbios, seguindo a expansão da linha férrea, se mantêm nas proximidades do porto e começam a ocupar de forma precária morros e cortiços. Com o passar dos anos, sofrem com a constante degradação das áreas. Em Montgomery, há a migração dos campos para a cidade e a formação de vizinhanças negras que, com o avançar das políticas racistas da era Jim Crow, sofre com um desinvestimento sistemático.

Os territórios da Pequena África e do Centro de Montgomery se aproximam enquanto experiência de visitação na medida em que os dois espaços são permeados por lugares de memória que recordam a experiência negra. Em Montgomery, a tensão racial consiste em lidar com esse problema de forma mais explícita na dualidade

entre conferados e negros. Hoje, o espaço público monumentaliza a memória negra, assim como a confederada, em uma espécie de balanço equitativo entre o certo e o errado, entre a resistência e a opressão. No Rio, esse contraste ocorre de forma menos combativa, mas, em nossa opinião, se expressa na ausência da importância necessária às memórias negras e um excesso de celebração do “Amanhã”, enquanto o passado negro continua na marginalidade da oficialidade do Estado.

As diferenças também são expressas nas formas como os museus se relacionam com a raça, memória e território. No MUHCAB, entendemos que esta abordagem ocorre de forma a celebrar os registros históricos, culturais e simbólico dos elementos que compõem o território. Enquanto no TLM, a abordagem é de denúncia de uma violência às quais as populações negras são acometidas, e que se impõem no território como forma de questionar a monumentalização da memória dos agressores.

As categorias analíticas elencadas nos ajudaram a compreender que o espaço edificado, nesse caso, os museus, somente interessam enquanto habitável, como subproduto das interações que tecemos estando juntos. Desse modo, esses museus podem ser descritos e interpretados com base nas pessoas. Por essa razão, iniciei esta dissertação por meio de narrativa de uma experiência na rua. Por isso, construí um raciocínio amparado nas vidas que cruzaram estes lugares. Uma única cena pode revelar um mundo.

O MUHCAB se divide entre sua sede na escola José Bonifácio e o território que é seu acervo. A escolha da sede é simbólica por se tratar de um prédio público que nasceu para abrigar a primeira escola pública da região. O edifício se destaca na paisagem pela conservação e imponência, em uma rua que se divide entre casas e

comércios de arquitetura que remete a tempos passados. No entanto, a arquitetura não dá pistas de se tratar de um museu que aborda a história e cultura afrobrasileiras. Tampouco o território, enquanto espaço expográfico. Em nossas visitas, não se encontram no território marcações da presença do museu enquanto instituição musealizadora daquela região. Em relação à Pequena África, como espaço museal, faltam elementos para nortear a experiência por esse território, e articular as ações comunitárias e participativas com o visitante, de forma geral. Mesmo reconhecendo o longo processo de implementação do museu, ressaltamos a inexistência do entendimento espacial para o visitante daquilo que dá sentido ao museu.

As intenções, enquanto projeto museal, são desenhadas de forma mais clara e acessível ao público com base no recente lançamento do site do MUHCAB. A instituição expressa o olhar sobre a Pequena África como a gênese de vários aspectos culturais que constituem a identidade nacional, como o(s) samba(s). Porém, este ainda se encontra no campo das intenções e diálogo expográfico, entre o valor histórico-cultural e a espacialidade do território. O MUHCAB se apoia em outros projetos governamentais como o Circuito de Heranças Africanas, mas não insere sua interlocução no território.

Em outro contexto, há o Museu do Legado que se apresenta na paisagem de Montgomery como fachada lisa pintada de branco, letreiros pretos e fotografias com referência direta a cada recorte histórico apresentado pelo museu. Internamente, o museu destaca sua inserção em um lugar de memória relacionado à escravidão e dialoga com a história local pela abordagem de denúncia de um processo histórico de violências à população negra. Em virtude de o museu estru-

turar-se em galpão onde armazenaram escravizados, a narrativa histórica a ser apresentada aos visitantes pela localização - aqui, onde você está em pé - se dedica a orientar o visitante por um processo educacional que traça a conexão da escravidão ao encarceramento em massa.

O museu se conecta de forma direta com o visitante, usa de holograma para humanizar relatos históricos, e projeta a oralidade, como se ali estivesse uma testemunha ocular dos tempos da escravidão. A espacialidade criada oscila harmonicamente, às vezes para um local mais íntimo, outras para espaços mais abertos, cheios de informação, manipulando a experiência da visita de forma a buscar variadas conexões. A arquitetura alude a outras espacialidades, tempos e vivências. Por esses instrumentos, o museu propõe, aos visitantes, experiência de espaços retratados inéditos à maioria dos seus visitantes.

É igualmente interessante como, simbolicamente, o museu traz o território para dentro da arquitetura e presta homenagem às vítimas dos linchamentos. Os potes preenchidos com terra de locais onde ocorreram linchamento dão dimensão da quantidade e diversidade desses lugares de memória que presenciaram o horror do linchamento. Ao mesmo tempo, ao identificar capa pote com o nome das vítimas e data, dão a dimensão das várias histórias encerradas pelo terror racial.

O diálogo do museu com o entorno ocorre pela identificação dos locais dos linchamentos e pelo apontamento, nas comunidades negras locais, das consequências diretas da escravidão e violência racial. O museu ganha as ruas do centro da cidade pelo conjunto que compõe todos os edifícios relacionados a EJI; um complexo memorial negro se junta a esforços com outras instituições de preservação da memória negra no espaço público.

Por meio desta dissertação, compreendemos que as noções e conceitos guardam correspondência com a realidade do partido plástico e com as características expo-gráficas dos museus. Porém, em cada espaço, as relações são tematizadas de modo diverso. No Museu do Legado, o cerne da concepção está amparado nas emulações e na visualidade, quer dizer, na comunicação através de repertório imagético e reconstruções espaciais como forma de conexão atemporal. Tal noção se apresenta de maneira diversa no MUHCAB, onde a experiência territorial é o ponto de partida, isto é, são os lugares de memória, comunidade e história da Pequena África que dão propósito ao museu.

Embora nosso objetivo não tenha sido realizar uma análise comparativa entre os dois edifícios, concluímos que as representações de mundo, mesmo quando remetem a realidades próximas, não são equivalentes. As experiências sensoriais identificadas nas duas cidades visitadas apontam para termos como maleabilidade e simultaneidade, flexibilidade e justaposição, o que guarda certa proximidade com as reflexões teóricas que foram aqui debatidas.

Começamos pela memória, termo que não porta distinção entre espaços e sujeitos, sendo composto por todos os elementos que interferem e tem significado na vida urbana. Por isso, é fundamental investigar como ressoam na vida cotidiana, buscando indícios de como suas significações são entendidas. A memória das cidades é tema ao qual se dedicaram diversos pesquisadores, em variadas áreas de pesquisa. Os limites de nossa abordagem apontam para inúmeras questões que ficam para ser investigadas. De que forma a memória se reflete na relação identitária com o território? Para além dos lugares de memória e eventos históricos, quais outras possibi-

lidades de memória podem ser mobilizadas por museus que pretendem impactar comunidades negras? Finalmente, como espaços de memória influenciam a experiência urbana de populações historicamente marginalizadas?

O entendimento do que seja território também se mostrou muito diverso. A experiência que recolhemos dos autores aqui considerados nos deixam entrever a formação do território como múltipla e por vezes interseccionadas. Desta maneira, apontamos a necessidade de investigar com maior profundidade a efetividade de territórios negros a partir de valores socioculturais em contextos de dominância socioeconômica de poderes hegemônicos. Outro ponto de destaque é a relação dos fluxos populacionais negros e a constância desses territórios.

Assim, ao considerarmos esses dois termos, vimos que as convergências e processos demandam reflexão e precisão terminológica quando investigamos um fenômeno. Em nossa investigação, elegemos as noções em torno de raça. É esta construção social que conecta as perspectivas apresentadas neste trabalho: as leituras espaciais e sociais estão em constante diálogo com o fato de afetarem um recorte populacional específico que compartilham de mesma ancestralidade, a África.

Nesta dissertação, considerar a cidade numa perspectiva racializada demanda reflexão sobre as interseções entre memória e território. Acreditamos na indissociabilidade da experiência urbana à experiência socioracial; isso significa que, se a interação urbana se dá entre o indivíduo e a cidade de forma socioespacial completa, não se pode desconsiderar interações raciais internas a grupos que partilham de mesma construção étnica, ou de construções diversas.

Consideramos que dissertar sobre dois museus em que estes temas estão entrelaçados, de

diferentes maneiras, nos permite concluir que estas instituições podem ser importantes ferramentas de conexão e educação socioracial. Afinal, estas instituições ainda ocupam lugares relevantes nas estruturas sociais. Não pode ser desconsiderado o lugar de onde estas instituições modelam seus discursos (se conectadas ao Estado, ou não). Em ambos os casos, tais instituições podem exercer contribuições relevantes às populações negras enquanto instituições agregadoras. Às populações negras, é preciso que se oferte a disputa a todos os espaços sociopolíticos, um acesso que lhes foi sistematicamente negado. Entendemos os museus, sejam eles derivados do Estado, mercado, sociedade civil, ou diferentes combinações desses atores, como um desses espaços. É preciso navegar entre as frestas da oficialidade.

Entendemos, no MUHCAB, um discurso de intenção, daquilo que se propõe a tornar efetiva a proposta deste museu híbrido; tal intenção tem sido impactada, porém, pelo interesse situacional da gestão do Estado. Ainda assim, alguma possibilidade de atingir objetivos monumentais de impactar narrativas de uma nação predominantemente negra, como o Brasil. Por outro lado, o Museu do Legado pode se constituir em um exemplo de mobilização do grande capital e sociedade civil em uma proposta que direciona seus esforços a contar/denunciar a estrutura racista de seu contexto nacional, e, segundo a instituição, promover a reconciliação com o passado através da verdade.

No Brasil, é quase inexistente museus negros que gozem do prestígio dos grandes museus baluartes da museologia nacional. Essas instituições afirmam sua história pelas narrativas que trazem e oficializam dentro da história nacional, além de marcarem a paisagem das cidades como

um grande símbolo de visibilidade de suas histórias. Em nosso entendimento, é esperado que as narrativas negras gozem de mesmas possibilidades dentro de um contexto nacional.

Como um pesquisador negro, nosso objetivo foi dissertar sobre projetos e espaços enquanto refletimos sobre esses conceitos. Agregando para o campo de estudos de arquitetura olhares que instersecionam com discussões raciais, já avançados em outros campos das ciências sociais. Os museus, que no início dessa dissertação eram instituições recém-inauguradas, foram meios escolhidos para se investigar diálogos entre arquitetura e raça. A conclusão desse trabalho na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília faz parte das novas possibilidades de pesquisa da instituição e diz sobre a urgência em visibilizar a discussões raciais dentro das instituições de ensino. Ficaram, ainda, questões sobre como aprofundar essa discussão, adicionando novos referenciais teóricos que dêem conta de pensar os termos mobilizados e intuições de memória negra a partir de pensamentos que tragam o negro como princípio fundamentador. No momento presente, em espaços racialmente segregados e historicamente injustos (como as metrópoles brasileiras), estes são assuntos da maior importância e a eles daremos aprofundado estudo e reflexão, futuramente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDERMAN, Derek; INWOOD, Joshua. **Urban redevelopment as soft memory-work in Montgomery, Alabama.** Journal of Urban Affairs. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/339956801\\_Urban\\_redevelopment\\_as\\_soft\\_memory-work\\_in\\_Montgomery\\_Alabama](https://www.researchgate.net/publication/339956801_Urban_redevelopment_as_soft_memory-work_in_Montgomery_Alabama). Acesso em: 20 de jul. 2020.

Angelou, Maya. **On the Pulse of Morning.** Random House, 1993.

ANJOS, R. S. A. Territórios étnicos: o espaço dos quilombos no Brasil. In: SANTOS, Renato E. dos (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil.** Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009. (Coleção Cultura Negra e Identidade).

APARTHEID MUSEUM. **Understanding Apartheid Learner's Book.** Cape Town: Oxford Univ. Press, 2008. Disponível em: <https://www.apartheidmuseum.org/uploads/files/Resources/Learners-Book/Learners-book-Introduction.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2020.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Recorrência Afro-Religiosa e Nova Mística in A capoeira dura e a religião afro-brasileira,** p. 39-69. Palestra no Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da PUC-SP, 1996. Disponível em: < <https://sites.google.com/site/dnbwilson/histriasocial> >. Acesso em: 20 maio. 2021.

BARONE, Ana Claudia Castilho. Estratégias de aquisição da casa própria: a trajetória de algumas famílias negras paulistanas nas décadas de 1920 a 1940. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 28, d1e8, jun. 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142020000100303&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142020000100303&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 20 jul. 2020. Epub 15 jul. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02672020v28d1e8>

\_\_\_\_\_, Ana Claudia Castilho. Introdução. **An. mus. paul.**, São Paulo, v. 28, e6intro1, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-47142020000100301&lng=en&nrm=isom](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142020000100301&lng=en&nrm=isom). Acessos em: 24 jun. 2020. Epub 10 jun. 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e6intro1>.

\_\_\_\_\_, Ana Claudia Castilho. Negra ou pobre? Migrante ou despejada? Carolina de Jesus e o enigma das classificações (1937-1977). **Afro-Ásia**, Salvador, n. 59, p. 43-76, 2019. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/24977>. Acesso em: 20 de jul. 2020.

BOSI, E. **Memória e Sociedade**: Lembranças de Velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Walisson. Lugares de memória do tráfico transatlântico de escravizados: Ilha de Gorée. **Fundação Cultural Palmares**, Brasília, DF. 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?p=51736> . Acesso em: 19 jul 2020.

BRULON, BRUNO. **Descolonizar o pensamento museológico**: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material [online]. 2020, v. 28 , e1. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e1>>. Epub 17 Jan 2020. Acesso em: 25 de abr. 2021.

CARVALHO, Bruno. **Cidade Porosa**: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2019.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Cidades Escravagistas. In: SCHWARCZ, Lilia M.; GOMES, Flavio (org). **Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

CASTRO, M. B. de; SANTOS, M. S. dos. Abdias do Nascimento e o Museu de Arte Negra. **MODOS: Revista de História da Arte**, Campinas, SP, v. 3, n. 3, p. 174-189, 2019. DOI: 10.24978/mod.v3i3.4235. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/mod/article/view/8663189>. Acesso em: 05 jun. 2021.

DATA USA, 2021. Disponível em: <https://datausa.io/>. Acesso em: 04 jun. 2021

DEGRUY, Joy. **Post Traumatic Slave Syndrome. How Is It Different From PTSD? | AJ+ Opinion**. 1 vídeo (5 min e 47 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Rorgjdvphk>. Acesso em: 20 abr. 2020.

DU BOIS, W.E.B. **The Souls of the Black Folk**. New York: Vintage Books, 1970.

DUFFY, T. M. **Museums of ‘human suffering’ and the struggle for human rights**. Museum International, Paris, v. 53, n. 1, p. 11-16, 2001.

EJI (Equal Justice Initiative). **Slavery in América**: the Montgomery Slave Trade. Montgomery, 2013. Disponível em: <https://eji.org/reports/slavery-in-america/>. Acesso em: 11 abr. 2020

EJI (Equal Justice Initiative). **The Legacy Museum**: From Enslavement to Mass Incarceration. Montgomery, 2018. Disponível em: <https://eji.org/news/new-eji-museum-enslavement-to-mass-incarceration/>. Acesso em: 11 abr. 2020

FABIO JUNIOR, Antonio Aparecido. **2 museus no Brasil: estudos sobre a Fundação Iberê Camargo e o Parque Nacional da Serra da Capivara**. 2010, 179 p. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

FRIDMAN, Fania. **Donos do Rio de Janeiro em nome do Rei**: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/Garamond, 1999.

FUINI, Lucas L. Território e Geografia no Brasil: uma revisão bibliográfica. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 21, p. 3-20, 2014. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/2661/2539>. Acesso em: 24 abr. 2020.

GARCIA-BARON, Blanca. Exhibit Review: The Apartheid and District Six Museuns, South Africa. In: **History in the Making**. v. 8, article 18. 2015. Disponível em: <https://scholarworks.lib.csusb.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1082&context=history-in-the-making>. Acesso em: 20 jul 2020.

GILROY, Paul. **Atlântico Negro**: modernidade e dupla consciência. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Editora 34, 2012.

GLISSANT, Édouard. **Poética da relação**. Lisboa: Sextante, 2011.

GONÇALVES, Guilherme Leite; COST, Sergio. **Um porto no capitalismo global**: desvendando a acumulação entrelaçada no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Boitempo, 2020.

GUIMARÃES, Roberta Sampaio. **A utopia da pequena África**: projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na zona portuária carioca. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton [et al.]. **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

\_\_\_\_\_, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALBAWCHS, M. A Memória Coletiva. **Revista dos Tribunais**. Trad. De Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Vertice, 1990.

ICOM. **Definición de museo**. 2019. Disponível em: <https://icom.museum/es/recursos/normas-y-directrices/definicion-del-museo/>. Acesso em: 20 jun. 2020.

INWOOD, Joshua; ALDERMAN, Derek. Urban redevelopment as soft memory-work in Montgomery, Alabama. **Journal of Urban Affairs**, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07352166.2020.1718507>. Acesso em: 01 abr. 2020.

IPHAN. **Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial**. jan. 2016. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie\\_Cais\\_do\\_Valongo\\_versao\\_Portugues.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf) . Acesso em: 20 out. 2019.

IPHAN. **Sítio Arqueológico Cais do Valongo, Rio de Janeiro, Brasil**. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista\\_valongo\\_12jun.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revista_valongo_12jun.pdf). Acesso em: 20 out. 2019.

IZECKSOHN, VITOR . **Guerra Civil nos Estados Unidos: Novo Balanço da Reconstrução..** ALMANACK , v. 15, p. 246-255, 2017.

JESUS, Clarisse. **Consultora de Museologia na Modalidade Produto (PRODOC/UNESCO), para realização do Projeto "Gestão compartilhada do Sítio Arqueológico Cais do Valongo e concepção de Museu de Território"**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < <http://www.rio.rj.gov.br/web/muhcab/pesquisas-academicas>>. Acesso em: 05 de jun. 2021.

KELLEY, Robert. **Public History: Its Origins, Nature, and Prospects**. The Public Historian, vol. 1, n.1, 16-28. 1978.

KIEFER, Flávio. Arquitetura de Museus. **ARQTextos**. Porto Alegre, 2000. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/prepar/publicacoes/ARQtextos/PDFs\\_revista\\_1/1\\_Kiefer.pdf](https://www.ufrgs.br/prepar/publicacoes/ARQtextos/PDFs_revista_1/1_Kiefer.pdf) . Acessado em: 27 out 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. De Bernardo Leitão et al. Coleção Repertórios. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Mônica. História, patrimônio e memória sensível: o Cais do Valongo no Rio de Janeiro. **Revista Outros Tempos**, São Luis, vol. 15, n. 26, p. 98-111, 2018. Disponível em: [https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros\\_tempos\\_uema/article/view/657/pdf](https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/657/pdf). Acesso em: 05 de jun. 2021.

THE MEMORIAL of the Abolition of Slavery (Press Kit). Nantes. 2019. Disponível em: <http://memorial.nantes.fr/wp-content/uploads/2019/04/EXE-Dossier-de-presse-Memorial-GB-2019.pdf> . Acesso em: 19 jul 2020.

MEMÓRIAS do Cativo: filme documentário, historiográfico e educativo. Direção de Guilherme Fernandez e Isabel Castro. Brasil: Labhoi . 2005. 42min 40s.

MILLIET, Maria A. Museu: memória e acervo. In: TEODORO, Maria de L.(org). **Ensino das Artes na Universidade: textos fundantes**. Curitiba: Appris, 2018.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1995.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. In: Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira [S.l: s.n.], 2004.Disponível em:

NASCIMENTO, Abdias do. Cultura e estética no Museu de Arte Negra. **Galeria de arte moderna (GAM)**, Rio de Janeiro, n.14, p.21-22, 1968.

\_\_\_\_\_, Abdias. **O Quilombismo**. Brasília/Rio de Janeiro: Fundação Cultural Palmares/OR Editor, 2002.

NEW YORK TIMES, 2019. **Revitalizing Montgomery as It Embraces**. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/21/business/montgomery-museums-civil-rights.html>. Acesso em: 11 jun 2020.

OLIVEIRA, Carlos Augusto de. A musealização do território como estratégia de gestão do patrimônio e administração da memória. **Revista Memorare**. Tubarão, SC, v. 2, n.2, p. 34-51, jan./abr. 2015. Disponível em: [http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare\\_grupep/article/view/3029/2158](http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/memorare_grupep/article/view/3029/2158). Acesso em: 20 abr. 2020.

PALEOWEST. Civil Rights Historic Survey, Planning, Research, Documentation, and Preservation Project, Montgomery, Alabama. **PaleoWest Technical Report** n. 20-218, apr. 2020.

PAZ, Francisco Phelipe Cunha. **Na Casa de Ajalá: comunidades negras, patrimônio e memória contracolonial no Cais do Valongo: a “Pequena África”**. 2019. 229 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. 2015, 252 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: [https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese\\_gabriela\\_leandro\\_pereira\\_1.pdf](https://ppgau.ufba.br/sites/ppgau.ufba.br/files/tese_gabriela_leandro_pereira_1.pdf) . Acesso em: abr. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/108> . Acesso em: 24 Jul. 2020.

\_\_\_\_\_, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 24 Jul. 2020.

RODRIGUES, Jaime. **O tráfico de escravos para o Brasil**. São Paulo: Ática, 1997.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato E. (org). **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o Negro na Geografia do Brasil** (Coleção Cultura Negra e Identidade). Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2009.

SANKOFA. **Edital 30/2018 – Programa SANKOFA 2019**. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2018. Disponível em: [https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital\\_2019.pdf](https://proae.ufba.br/sites/proae.ufba.br/files/edital_2019.pdf) . Acesso em: 25 jun. 2020.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_, Milton. O Dinheiro e o Território. **GEOgraphia**, v. 1, n. 1, p. 7-13, 9 set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/13360>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SANTOS, Desirree dos Reis. **E o pranto se fez canto: Reflexões sobre ações educativas no Museu da História e da Cultura Afro-brasileira (MUHCAB)**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [http://www.rio.rj.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?uuid=ee293bd2-d5f5-4a21-acb5-292826eaf0c9&groupId=12056510](http://www.rio.rj.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=ee293bd2-d5f5-4a21-acb5-292826eaf0c9&groupId=12056510). Acesso em: 05 de jun. 2021.

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHWARCZ, Lília. Por que temos poucos memoriais de abolição da escravidão? **Nexo Jornal**, 2018. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2018/Por-que-temos-poucos-memoriais-de-aboli%C3%A7%C3%A3o-da-escravid%C3%A3o> . Acesso em: 19 jun. 2020.

\_\_\_\_\_, Lília. **Abertura e O que significa considerar a memória como direito?** Com Lília Schwarcz e Luiz Antonio Simas. São Paulo: SESC, 2019. 1 vídeo, 2 h e 58 min. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oU-8BTghanBY>>. Acesso em: 14 maio 2020.

SILVA, Stéfany dos Santos; COELHO, Glaucineide do Nascimento. Cartografia do Invisível: memória e identidade negra na Pequena África. In: **Salvador e Suas Cores 2018**: cidades da diáspora negra: laços Africa-Brasil. Salvador, 2018.

SIMAS, Luiz Antonio. **O corpo encantado das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

SLESSOR, Catherine. Museum in Port Elizabeth, South Africa, by Neoero Wolff Architects. In: **The Architectural Review**. 2009. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/buildings/museum-in-port-elizabeth-south-africa-by-noero-wolff-architects/8622024.article>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Valongo, cais dos escravos: memória da diáspora e modernização portuária na cidade do rio de janeiro, 1668 – 1911**. Relatório de Estágio de Pós-Doutoramento (Programa de Pós-graduação em Arqueologia do Museu Nacional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade**: a forma social do negro. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora da UNESP, 2003.

\_\_\_\_\_, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurelio. O Conceito de Território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 38, v.2, p.84-112, ago./dez. 2016. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/5502/4101>. Acesso em: 24 abr. 2020.

STONE, Lawrence. O ressurgimento da narrativa reflexões sobre uma nova velha história. **Revista de História**, n.2/3, IFCH, UNICAMP, 1991;

TEOBALDO, Marco Antonio. **Pretos Novos**: Para entender sua importância. **IPN**, 2018. Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/museu-memorial/> Acesso em: 19 jul 2020.

VASSALLO, Simone Pondé; RODRIGUEZ CACERES, Luz Stella. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 25, n. 53, p. 47-80, abr. 2019. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-71832019000100047&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832019000100047&lng=pt&nrm=iso). Acessos em: 25 abr. 2019 e 24 abr. 2020.

VASSALLO, Simone e CICALO, André. **Por onde os africanos chegaram**: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 21, n. 43, p. 239-271, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-71832015000100010>>. Acesso em: 25 de abr. 2020

VELAME, Fabio M. Candomblé Terreiros and the Architecture of the City: Conflict and Resistance in Public Spaces in Bahia. In: **The Secred Groves & Secret Parks Colloquium**: Orisha Landscapes in Brazil and West Africa. Harvard University. Boston, 2019, vol. 1, p. 1-200.

VAINER, Carlos B. Pátria, Empresa e Mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: Carlos Vainer; Otilia Arantes; Ermínia Maricato (Org.). **A Cidade do Pensamento Único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 75-104.

WILSON, Mabel. **Negro Building**: Black Americans in the World of Fairs and Museums. Berkeley: University of California Press, 2012.

WILKERSON, Isabel. **Castas**: as origens de nossos mal-estar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

# ANEXO I

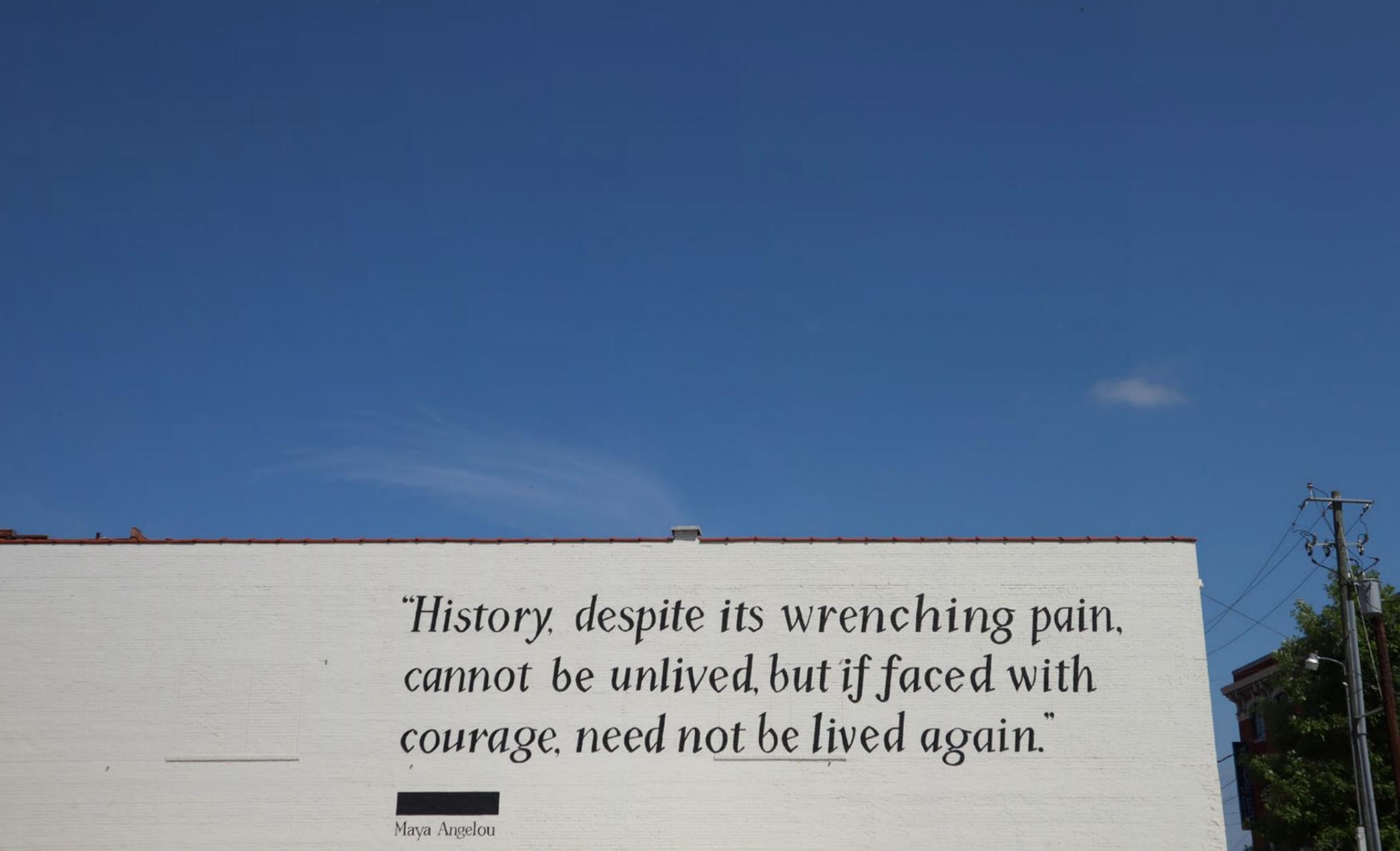
## FOTOGRAFIAS DO ACERVO PESSOAL REALIZADAS EM MONTGOMERY (2019)



**Figura 16: Entrada Museu do Legado.**  
Fonte: Acervo Pessoal (2019)



**Figura 17: Parede com vasos em memória das vítimas de linchamentos no Alabama.**  
Fonte: Acervo Pessoal (2019)



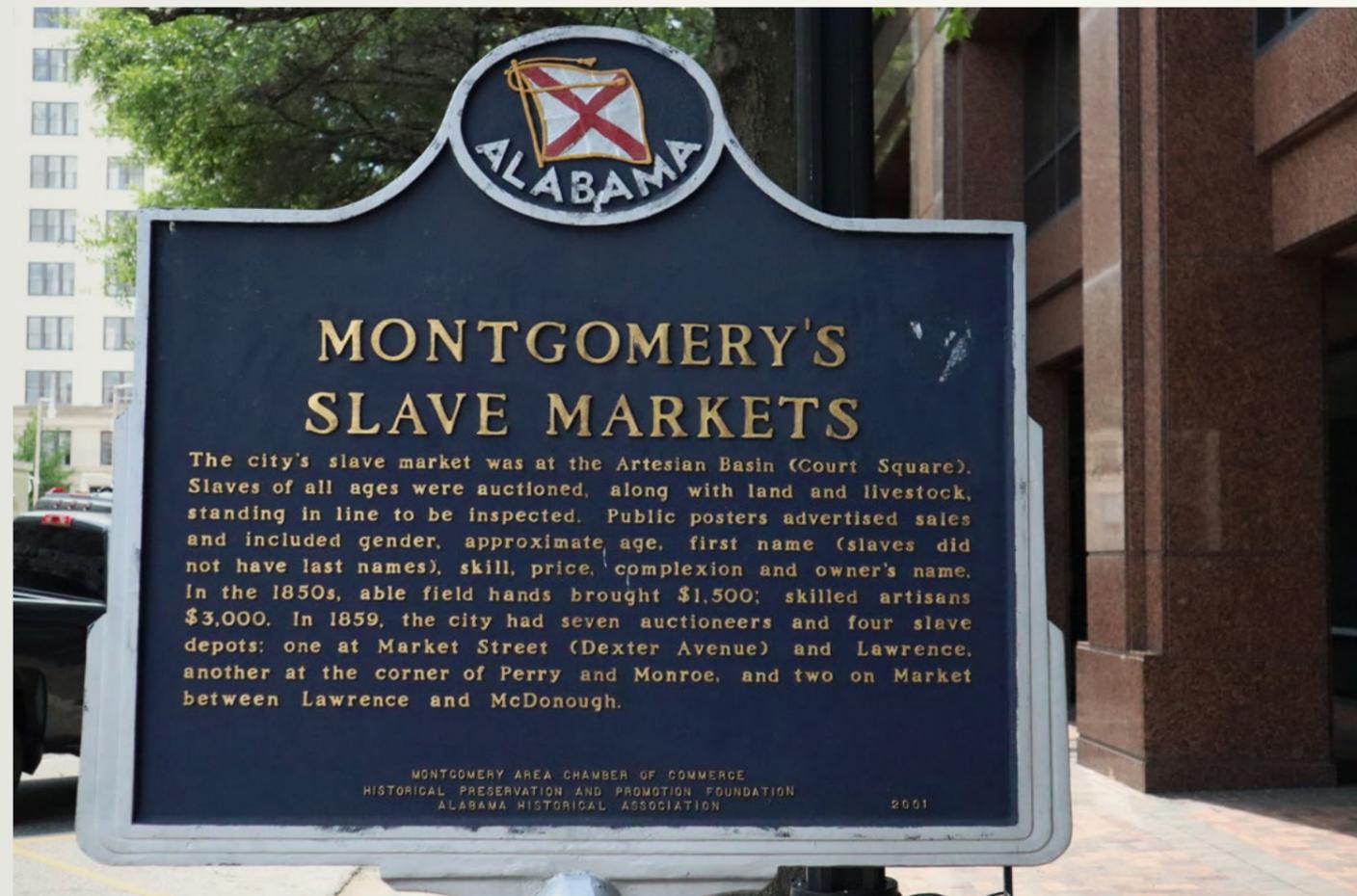
**Figura 18: Museu do Legado - fachada lateral com frase de Maya Angelou.**  
Fonte: Acervo Pessoal (2019)



**Figura 19: National Memorial for Peace and Justice - estátuas do artista Kwame Akoto-Bamfo.**  
Fonte: Acervo Pessoal (2019)

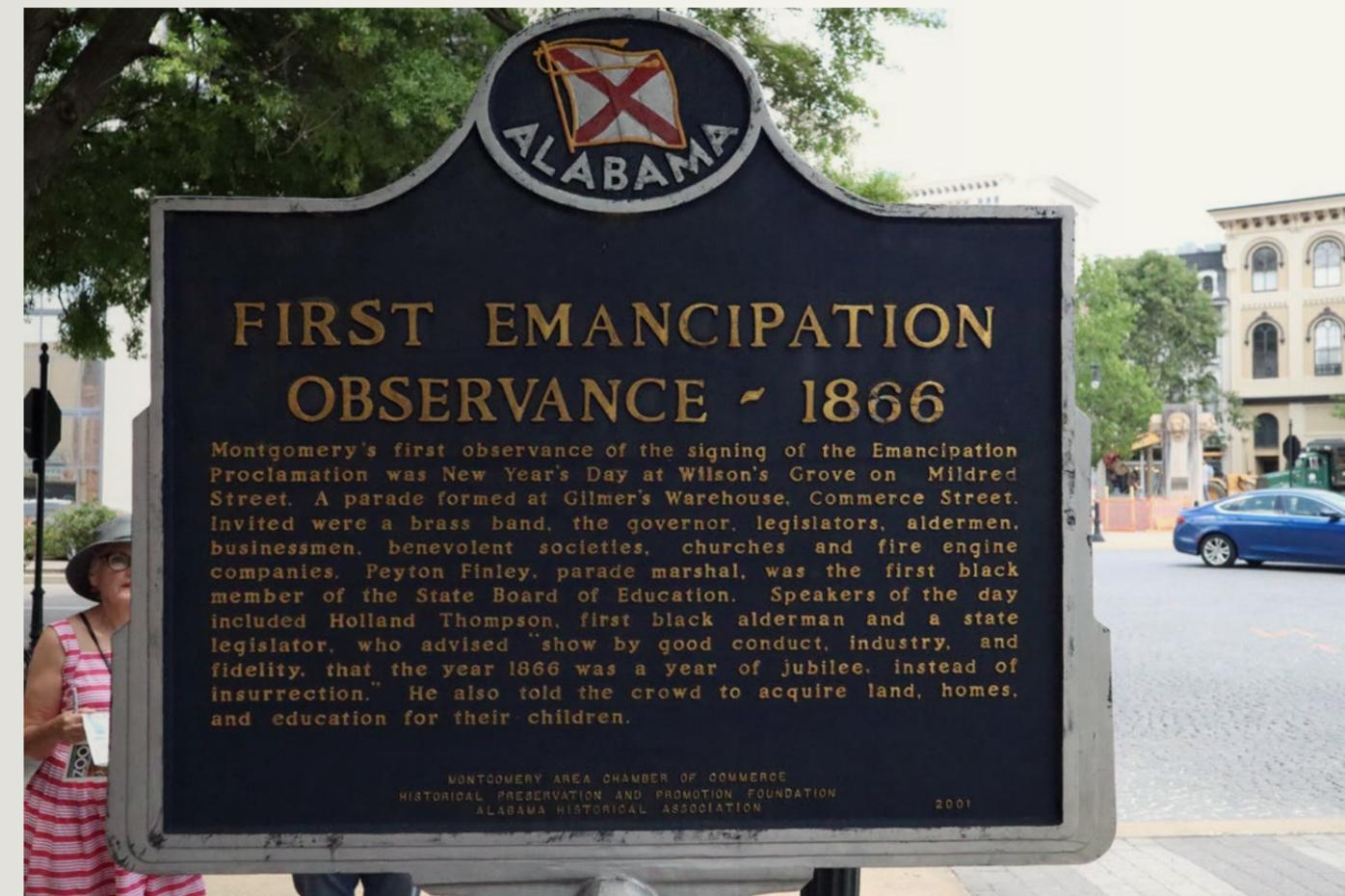


**Figura 20: National Memorial for Peace and Justice - estátuas do artista Kwame Akoto-Bamfo.**  
Fonte: Acervo Pessoal (2019)



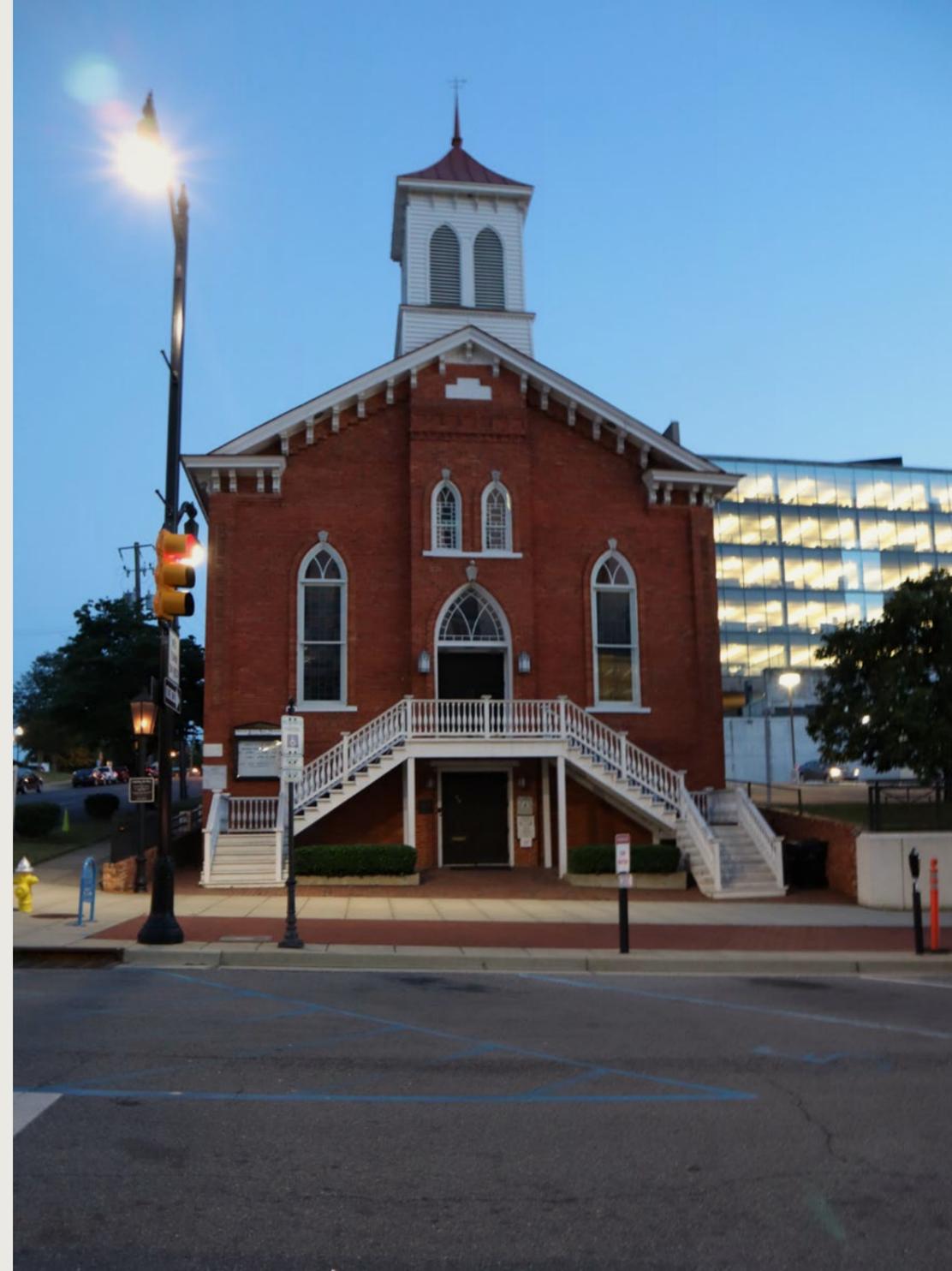
**Figura 21: Sinalização urbana - Mercado Escravo**

Fonte: Acervo Pessoal (2019)

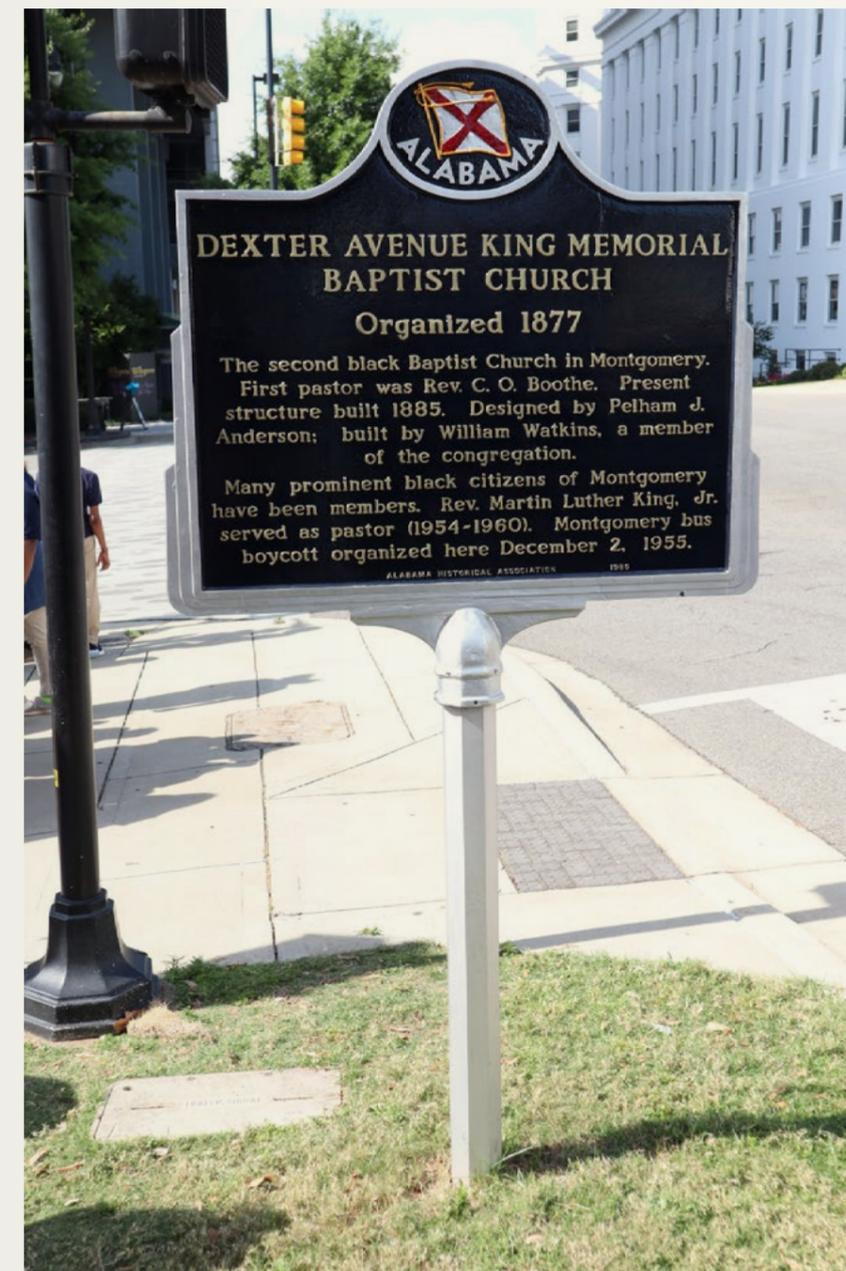


**Figura 22: Sinalização urbana - Personalidades Negras das história de Montgomery.**

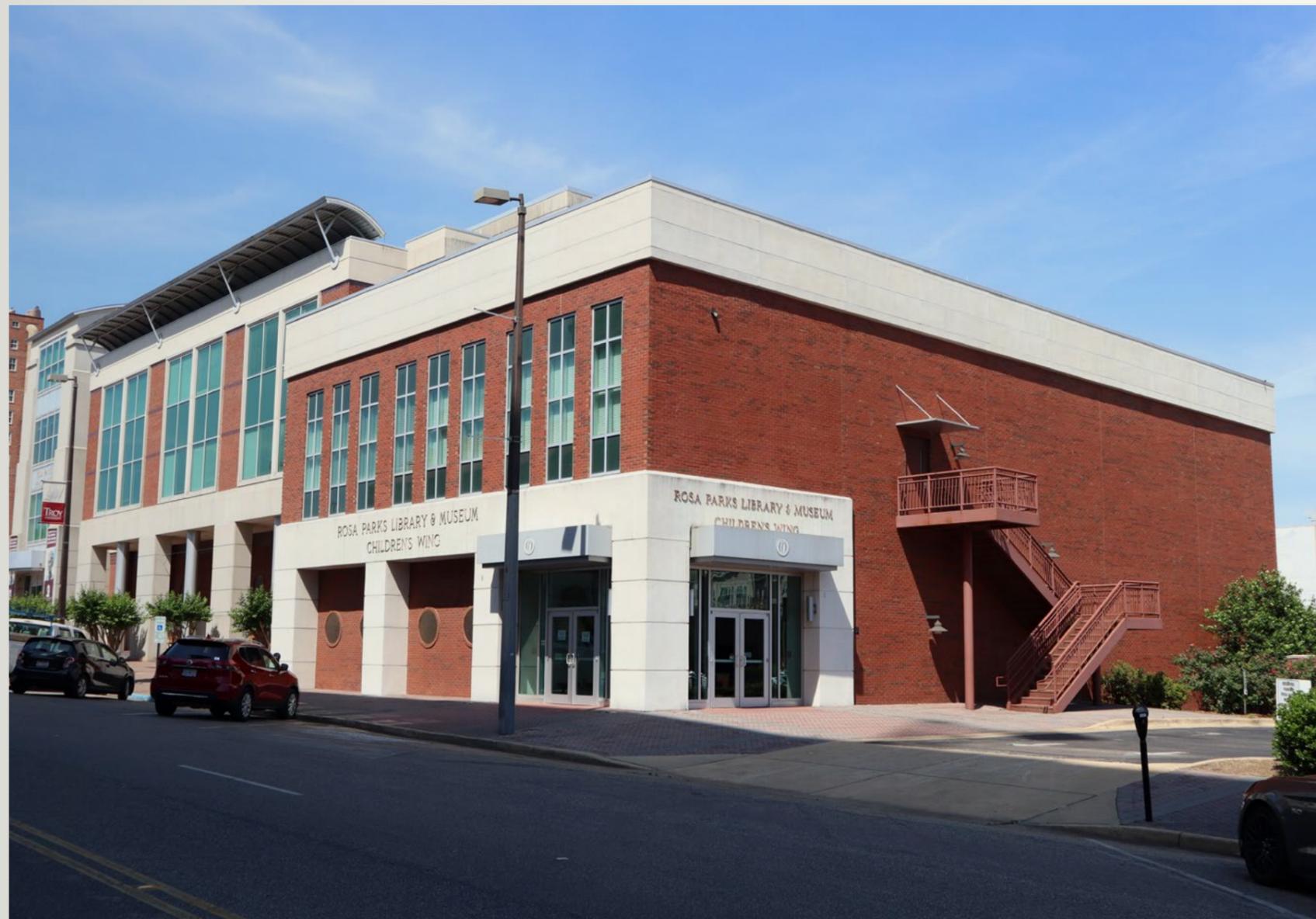
Fonte: Acervo Pessoal (2019)



**Figura 23: Dexter Avenue King Memorial Baptist**  
 Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 24: Sinalização urbana - Dexter Avenue King Memorial Baptist Church**  
 Fonte: Acervo Pessoal



**Figura 25: Rosa Parks Library & Museum**  
 Fonte: Acervo Pessoal (2019)

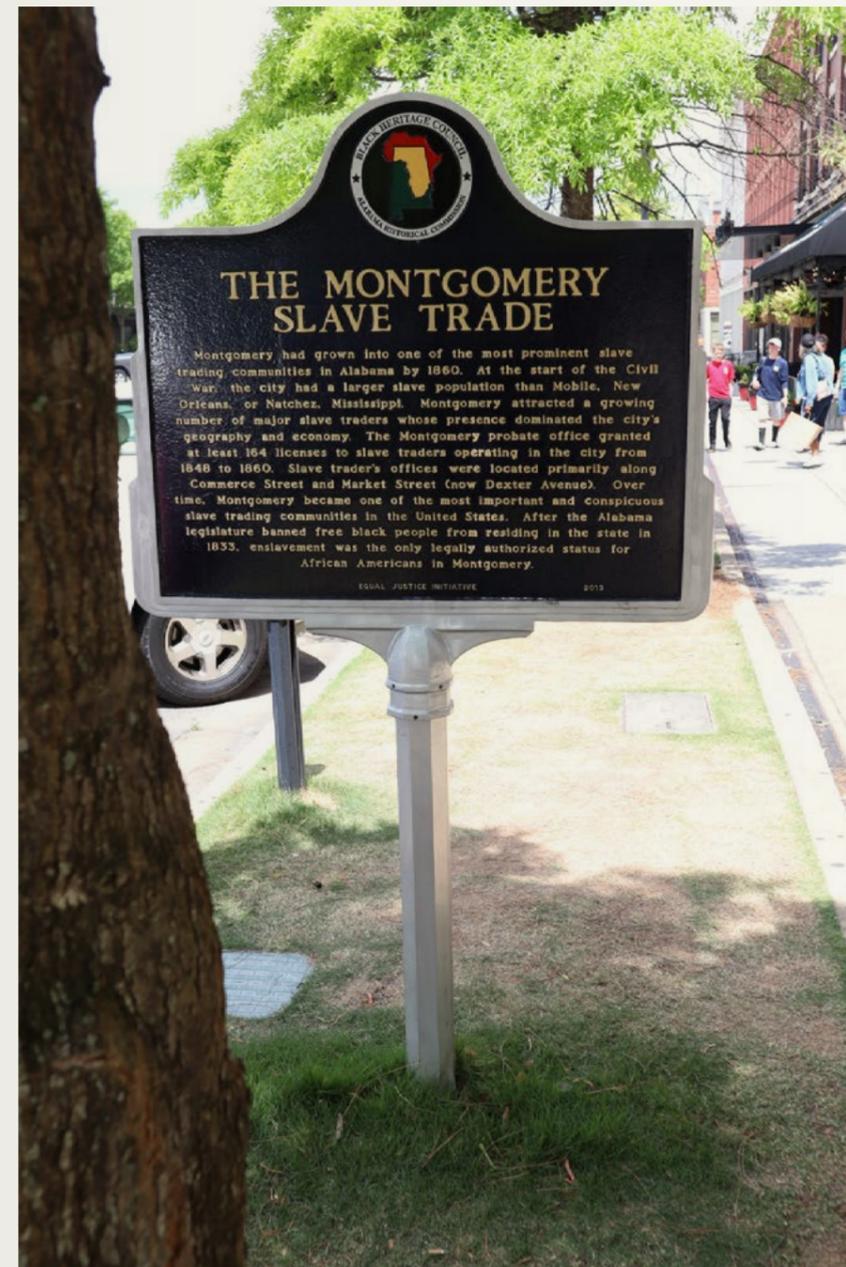


**Figura 26: Sinalização urbana - Rosa Parks Library & Museum**  
 Fonte: Acervo Pessoal (2019)



**Figura 27: Fonte da Praça do Tribunal, antigo local de leilão de escravizados, ao fundo, Capitólio do Estado do Alabama.**

Fonte: Acervo Pessoal (2019)



**Figura 28: Sinalização urbana – O mercado de escravizados de Montgomery**

Fonte: Acervo Pessoal (2019)



**Figura 29: Marcha Montgomery para Selma - arte urbana no centro de Montgomery**  
Fonte: Acervo Pessoal (2019)

